

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

***LUTAS PELO MONOPÓLIO DA APARÊNCIA: as representações do impeachment de
Dilma Rousseff nas revistas Carta Capital e Veja***

Antônio Rafael Alves Teotônio

Campina Grande, Dezembro de 2018

LUTAS PELO MONOPÓLIO DA APARÊNCIA: as representações do impeachment de Dilma Rousseff nas revistas Carta Capital e Veja

Antônio Rafael Alves Teotônio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

Campina Grande, Dezembro de 2018

T314I

Teotônio, Antônio Rafael Alves.

Lutas pelo monopólio da aparência: as representações do impeachment de Dilma Rousseff nas revistas Carta Capital e Veja / Antônio Rafael Alves Teotônio. – Campina Grande, 2018.

116 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra".

Referências.

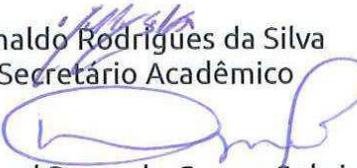
1. Mídia e Sociedade. 2. Produção Midiática – Impeachment – Dilma Rousseff. 3. Sociologia da Comunicação. I. Guerra, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 316.774(043)

Ata da 379ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado do aluno Antônio Rafael Alves Teotônio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

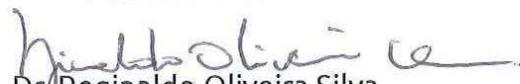
Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 14:00 horas, no Auditório da Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente da Banca e Orientador, Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima – PPGCS/UFCG, como examinadora interna e Dr. Reginaldo Oliveira Silva – PPGLI/UEPB, como examinador externo, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado do aluno Antônio Rafael Alves Teotônio, intitulada "LUTAS PELO MONOPÓLIO DA APARÊNCIA: As representações do impeachment de Dilma Rousseff nas revistas Carta Capital e Veja". A sessão pública foi aberta pelo professor Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, o candidato iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. O professor Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho convidou o professor Dr. Reginaldo Oliveira Silva para iniciar a arguição e a professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima prosseguiu com a arguição. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da assembleia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADO, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário acadêmico, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, assino, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

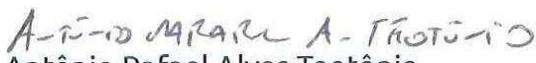
Campina Grande, 14 de dezembro de 2018


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico

Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Orientador/Presidente da Banca


Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Membro Titular


Dr. Reginaldo Oliveira Silva
Membro Titular


Antônio Rafael Alves Teotônio
Aluno

Agradecimentos

Para chegar até aqui foi necessário um grande esforço, conjugando a atividade profissional e a pesquisa. Trilhei um caminho nada fácil, mas com perseverança e vontade de concluir mais um ciclo da vida, pouco a pouco, os resultados foram aparecendo. Adentrei o universo das ciências sociais e logo percebi o que mais me atraía, o simbolismo produzido pelas relações sociais e a influência desse universo simbólico na configuração do que se define como realidade.

Atraído por essas questões e presenciando um momento crítico no que se conhece como ‘nossa democracia’, fui me aproximando do fenômeno do *impeachment* e o construindo meu objeto de pesquisa. Busquei nas leituras que me eram familiares não apenas um método de interpretação do fenômeno político, mas também uma ocupação, de certo modo, prazerosa, e por outro lado uma forma mais complexa de encarar o momento histórico que afetou não só a mim, mas todo o país.

Para chegar até aqui, meus profundos e sinceros agradecimentos:

Ao professor Lemuel Dourado Guerra, por toda a paciência que teve em me orientar, e pela leveza e liberdade em dividir seu conhecimento. Tenho enorme gratidão e satisfação por isso.

Aos demais professores do Departamento, essenciais na elaboração deste trabalho, em especial à professora Elizabeth Lima (Bebete), pois foram nas aulas da disciplina ‘Cultura Midiática e Práticas Políticas’, que me dei conta do que realmente queria pesquisar e estudar.

Também pelas contribuições fundamentais na qualificação, agradeço ao professor Reginaldo Oliveira. Obrigado por mais uma vez estar presente, desde a graduação em Filosofia, e agora no mestrado, por ter acompanhado de alguma forma meu percurso na academia. Obrigado pelas indicações de leituras, pelas conversas, tudo isso de algum modo contribuiu com este trabalho.

A Francisca Nirley, por ser paciente com minhas angústias, meus dramas. Só ela sabe o que passamos. Você foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui. Obrigado por todo carinho e afeto que você me ofereceu nos momentos mais difíceis. Sou muito feliz por ter você como namorada e grato por todo o companheirismo, por sempre me motivar a ir mais adiante.

Aos meus pais, por depositar confiança nas minhas escolhas, por terem me educado em plena liberdade, sem proselitismo e autoritarismo. Sou muito orgulhoso disso! O que tenho de mais valioso é o amor e a consciência dos verdadeiros amigos que vocês representam para mim. À minha irmã Rafaella Teotônio, por inspirar minha vocação científica e por saber que estamos trilhando um caminho muito semelhante, que teve início com nossa mãe, nossa primeira professora.

Por fim, à Capes, que possibilitou esta pesquisa junto ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

Para chegar à verdadeira dimensão de uma notícia, às vezes basta ler duas notícias díspares: o significado surge do vínculo, como a faísca que nasce de um curto-circuito elétrico.

Slavoj Zizek, In 'Vivendo no fim dos tempos'

LUTAS PELO MONOPÓLIO DA APARÊNCIA: as representações do impeachment de Dilma Rousseff nas revistas Carta Capital e Veja

Resumo

A presente dissertação se propõe como uma discussão mais geral do papel da mídia nas sociedades, a partir da análise do caso da produção midiática relativa ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Tomado como um conjunto de imagens capaz de afetar o mundo e a esfera política, na medida em que colocou em circulação espetacularizante determinados símbolos, representações, valores, identidades, que privilegiaram e desprivilegiaram modelos de estruturação da sociedade brasileira em disputa, propomos uma análise da espetacularização da vida social, como discutida por Debord (1988) e da política das representações e imagens, inspirada na perspectiva teórica de Hall (2016), e na crítica *imane*nteadorniana à produção cultural na sociedade industrial. Exercitando o que Hall denominou de *interrogatório das imagens*, pictóricas e textuais produzidas em torno do fenômeno político aqui destacado, e examinando os valores contidos nelas e *além* delas, buscamos refletir sobre diferentes formas de representar um mesmo acontecimento. Através da realização de uma análise de conteúdo, focalizamos os *corpora* de representações elaboradas por dois periódicos de circulação nacional: um autodeclarado contra o *impeachment* e outro favorável a ele, respectivamente as revistas *Veja* e *Carta Capital*, analisando o material nelas produzido e publicado durante os meses de dezembro de 2015 a setembro de 2016. Analisamos as capas e os editoriais de cada uma das revistas, com o propósito de descrever as estratégias discursivas, de cada uma delas, na construção de suas respectivas representações sobre o *impeachment*. Dentre as principais conclusões do estudo realizado, destacamos as seguintes: (1) referente às capas, a *Veja* buscou demonstrar que o país afundava numa crise por conta dos governos petistas, enquanto a *Carta Capital* denunciava uma estratégia da elite para tomar o poder; e (2) as revistas fazem uso ostensivo de recursos e efeitos visuais e textuais, recorrendo a temas, símbolos, signos que compuseram a espetacularização e as representações do *impeachment* – a *Veja*, insistindo no mote da corrupção e na mobilização de imagens com o objetivo de associar ao PT à corrupção e à ideia de um legado negativo de seus governos – destacando-se também a produção da desqualificação de Dilma, representada como ‘incapaz’ e mesmo como ‘louca’ e de Lula, como ‘venal’ e ‘corrupto’; a *Carta Capital*, mobilizando imagens, discursos, símbolos destinados a criar uma representação que associava o fenômeno estudado ao risco à democracia e de retorno da ditadura militar.

Palavras-chave: Mídia e sociedade; Produção midiática do *impeachment* de Dilma Rousseff

FIGHTS BY THE MONOPOLY OF APPEARANCE: Dilma Rousseff's representations of impeachment in Carta Capital and Veja magazines

Abstract

The present dissertation is proposed as a more general discussion of the role of the media in the societies, from the analysis of the case of the media production related to the impeachment of the president Dilma Rousseff. Taken as a set of images capable of affecting the world and the political sphere, inasmuch as it has put in spectacular circulation certain symbols, representations, values, identities, which have privileged and deprived the models of structuring the Brazilian society in dispute, we propose an analysis of the (1988) and the politics of representations and images, inspired by Hall's theoretical perspective (2016), and in the immanent Adornoian critique of cultural production in industrial society. Exercising what Hall called the interrogation of the pictorial and textual images produced around the political phenomenon highlighted here, and examining the values contained therein and beyond, we seek to reflect on different ways of representing the same event. Through a content analysis, we focused on the corpora of representations elaborated by two periodicals of national circulation: a self-declared against impeachment and another favorable to it, respectively the journals *Veja* and *Carta Capital*, analyzing the material in them produced and published during the December 2015 to September 2016. We analyzed the covers and editorials of each of the magazines, with the purpose of describing the discursive strategies of each of them, in the construction of their respective representations on impeachment. Among the main conclusions of the study, we highlight the following: (1) regarding the covers, *Veja* sought to demonstrate that the country was plunged into crisis by the PTs, while the *Carta Capital* denounced an elite strategy to take power; and (2) magazines make ostensive use of resources and visual and textual effects, using themes, symbols, signs that made up the spectacularization and representations of impeachment - *Veja*, insisting on the motto of corruption and the mobilization of images for the purpose of associating the PT with corruption and with the idea of a negative legacy of their governments - also highlighting the production of the disqualification of Dilma, represented as 'incapable' and even as 'crazy' and Lula, as 'venal' and 'corrupt' '; the *Carta Capital*, mobilizing images, speeches and symbols destined to create a representation that associated the phenomenon studied with the risk to democracy and the return of the military dictatorship.

Keywords: Media and society; Dilma Rousseff's impeachment media production.

Lista de Figuras

Figura 1 Percentual de ocorrências das categorias nos editoriais das revistas Veja e Carta Capital.	95
Figura 2 Categoria A - Aspectos sociais	96
Figura 3 Categoria B - Aspectos históricos.....	97
Figura 4 Categoria C - Aspectos políticos	98
Figura 5 Categoria D - Aspectos políticos	99
Figura 6 Categoria E - O papel da mídia.....	100
Figura 7 Categoria F - Aspectos econômicos.....	100
Figura 8 Categoria G - Aspectos dramáticos.....	101
Figura 9 Categoria H - Aspectos regionais	102

Sumário

Introdução	8
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL	11
CAPÍTULO 2 – A CRÍTICA IMANENTE DAS IMAGENS PROPOSTA POR ADORNO E A POLÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES E IMAGENS DE HALL	18
2.1 - A crítica imanente das imagens: os mecanismos de dominação da própria cultura, reveladas na dialética aparência-essência nelas inscrita.....	18
2.2 - Hall e a interrogação socioconstrutivista das imagens.....	20
2.3 – O produto midiático como materialização do discurso: a relação entre a mídia hegemônica, o poder econômico e a dominação cultural	28
2.4 – Revisão da literatura sobre a construção midiática do impeachment de Dilma Rousseff	31
CAPÍTULO 3 – O SOMBREAMENTO E A LUZ DAS IMAGENS NAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL	42
3.1 – A cronologia dos processos de impeachment da presidente Dilma Rousseff	47
3.1.1 A conjuntura anterior à abertura do processo.....	47
3.1.2 A abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff – o papel de Eduardo Cunha (02/12/2015).....	49
3.1.3 A votação na Câmara (17/04/2016) e no Senado (12/05/2016) para julgar a abertura do processo.....	50
3.1.4 O julgamento e afastamento definitivo de Dilma pelo Senado (31/08/2016)	51
3.2 Metodologia da pesquisa.....	52
3.3 – Representações sobre o impeachment nas capas e seus respectivos editoriais das revistas VEJA e CARTA CAPITAL.....	55
Considerações Finais	110
Referências	113

Introdução

Na presente dissertação discutimos o papel da mídia nas sociedades, focalizando o caso da produção midiática relativa ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a partir da análise de um *corpus* de representações elaboradas e disseminadas por duas revistas de circulação semanal no Brasil: uma autodeclarada contra o *impeachment*, a *outra* como favorável a ele, a saber, a *Carta Capital* e a *Veja*.

Na produção midiática de qualquer fenômeno podemos identificar configurações do real que implicam no uso do capital simbólico-representacional de modo a estabelecer modos de ver e significar o real para que prevaleçam versões a respeito das realidades sobre que atuam as representações midiáticas, com o objetivo de fazer prevalecer concepções e visões que contemplem os interesses dos grupos em disputa na arena política considerada.

No ano 2016 os holofotes da grande mídia brasileira estiveram direcionados sobre o *impeachment* da presidente do país, Dilma Rousseff. A aceitação do processo de admissibilidade na Câmara dos Deputados Federais, no dia 17 de abril, marcou formalmente o início de uma crise política que afetou de diferentes modos a sociedade, reconfigurando o real a partir do uso de elementos simbólicos e da ritualística jurídico-parlamentar.

Todo o processo foi mediado pela atuação da mídia impressa e eletrônica, marcando-se no campo mais geral das comunicações as posições favoráveis e contra o *impeachment*. Nesse campo, destacamos as editoras, que faturaram com a venda de diferentes produtos midiáticos, livros, revistas, jornais e outros em torno do fenômeno citado. Em cada um dos periódicos semanais ou mesmo diários é possível perceber a linha editorial, o pensamento político e ideológico de seus idealizadores, os quais contribuem para construir formas de pensar distintas, que se opõem a respeito da interpretação e construção midiática da vida social.

As formas pelas quais os indivíduos pensam os fenômenos sociais são afetadas pelos meios de comunicação de massa, que favorecem, através do que anunciam como

produção de informações, esclarecimentos ou argumentos, os interesses de grupos que estão em conflito no espaço social.

As representações do cenário político que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foram construídas a partir de pressupostos ideológicos diversos, sendo nesta proposta de análise pensadas em torno de uma bipolarização, como uma maneira esquemática de recortar e explorar as duas posições antagônicas em relação ao fenômeno citado. A escolha de dois periódicos de circulação semanal a *Veja* e a *Carta Capital*, nos permitirá analisar os usos de recursos simbólicos como meios de configuração do real, ambas recorrendo ao uso de imagens/representações – as quais mobilizam símbolos, textos, metáforas, como forma de veicular e compartilhar informações que objetivavam afetar de maneira significativa a opinião pública.

Nosso objetivo é compreender como foram produzidas imagens/versões sobre o fenômeno político selecionado, colocando em circulação conjuntos de símbolos, representações, valores, identidades, os quais favoreceram a ascensão e a queda de forças e grupos políticos, a inclusão e exclusão social de indivíduos, o privilegiamento e o desprivilegiamento de características, modelos e aspectos da moldagem dos modelos de sociedade em disputa.

Fazemos essa discussão das políticas das representações e de produção/circulação de imagens sobre fenômenos políticos, nos termos propostos por Hall (2016), que sugere interrogarmos as imagens e seu papel de produzir concepções e ações dos indivíduos e o curso que tomam os acontecimentos.

Pretendemos aqui refletir de modo geral o papel da mídia na sociedade, a partir da teoria crítica, conforme proposta por Adorno (2009), e seguindo Hall (2016), em sua proposta de abordar os fenômenos políticos como construções sociais, nas quais o papel da mídia e suas imagens são fundamentais.

Com base na *crítica imanente* adorniana, propomo-nos a fazer o que Hall sugere como o *interrogatório das imagens* (2016, p. 11), um questionamento *das* imagens e às imagens produzidas em torno do fenômeno político aqui selecionado, examinando e questionando os valores contidos nas imagens produzidas e *além delas*.

O interesse subjacente é o de compreender como a mídia pode incidir sobre as configurações do real, dado seu lugar de destaque na sociedade e o seu alcance nas sociedades contemporâneas. Nos casos das revistas *Veja* e *Carta Capital*, seus leitores passam a ser o alvo principal, cada uma dessas agências de notícias atuando segundo seus vieses ideológicos, de modo a fazer valer na esfera pública os interesses dos grupos sociais aos quais estão ligadas.

A metodologia da pesquisa incluiu a análise de conteúdo de textos e imagens, focalizando a produção do período indicado, seguindo o método como proposto por Laurence Bardin (2010): começando com a seleção dos *corpora* a serem analisados; depois fazendo uma ‘leitura flutuante’ dos editoriais destacados; concluindo por fim com a categorização e interpretação dos conteúdos encontrados. Os resultados dessa análise são apresentados através de gráficos.

A presente dissertação tem a seguinte estruturação: após esta introdução segue-se o primeiro capítulo, no qual apresentamos uma revisão da literatura sobre a espetacularização da política e o caso da produção midiática relativa ao *impeachment* de Dilma Rousseff; no capítulo 2, apresentamos as nossas inspirações teóricas, tendo como eixos centrais a contribuição de Hall, Adorno e Debord; no capítulo 3 apresentamos a análise de conteúdo do material produzido pela *Carta Capital* e *Veja* relativo ao fenômeno selecionado, capas e editoriais produzidos e publicados durante os meses de dezembro de 2015 a setembro de 2016, buscando descrever e interpretar os dois conjuntos de elementos que compõem os discursos produzidos e publicados em ambas as revistas. Seguem-se as considerações finais, as referências usadas no trabalho e os anexos.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

O desenvolvimento das mídias de comunicação de massa é análogo ao das formas de legitimação do poder. À medida que os meios através dos quais se organiza e ocorre a circulação de informações se transformam, mudam os modos de visibilização de acontecimentos em todas as esferas e particularmente na da política. Atualmente os líderes políticos se constroem e desconstroem não mais no espaço restrito das assembleias fechadas ou reuniões da corte.

As transformações na natureza da visibilidade midiática não impedem que se criem espaços mais e menos explícitos de construção de dinâmicas de poder, convivendo simultaneamente num espaço de construção da visibilidade e da invisibilidade das dinâmicas de dominação políticas. O exercício do poder nas sociedades modernas “permanece de muitas maneiras envolto em segredo e escondido da contemplação pública” (THOMPSON, 1998, p. 113).

A espetacularização da política coloca em curso estratégias de construção midiática de acontecimentos e de ‘desacontecimentos’, de modo a mediar a manipulação do que se chama ‘realidade’. As maneiras como os fenômenos políticos são representados pela ‘grande mídia’ influencia como os membros de uma sociedade se posicionam, atuando na moldagem do tecido da vida social em suas escalas micro e macro. O espetáculo da política, encenado através dos vários tipos de mídia, incluindo desde as tradicionais, a exemplo da imprensa – jornais diários e outros periódicos semanais – até os canais e conexões eletrônico, desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX.

Em termos históricos, o aparato tecnológico de produção e circulação de imagens no nível da comunicação de massas não cessa de se desenvolver. Os recursos simbólicos de dominação, nas sociedades contemporâneas, têm ganho uma crescente complexidade a partir da emergência dos meios de comunicação de massa. Com o desenvolvimento da mídia impressa e eletrônica, a instrumentalização dos meios de comunicação tem gradualmente aumentado sua importância nas arenas políticas. O uso político dos *mass*

media tem se baseado no conceito de enquadramento, a prática de selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em textos comunicativos, com o objetivo de produzir interessadamente a percepção pública de determinados eventos ou aspectos da vida social (HOFFMANN, 2017).

Hoffmann aponta para esse mecanismo, um dentre vários, pelos quais os fenômenos sociais em geral e os políticos especificamente são produzidos midiaticamente, destacando dois tipos principais: os *noticiosos* e os *interpretativos*. Os primeiros dizem respeito a padrões de apresentação, sendo utilizados por jornalistas como pontos de vista construídos através dos textos para destacar elementos de uma realidade em detrimento de outra; os segundos, geralmente são produzidos por terceiros e incluídos no texto jornalístico promovendo uma interpretação particular de temas e eventos políticos.

Focalizando a representação imagética do *impeachment* de Dilma Rousseff na imprensa, Hoffman (2017) destaca que a maioria dos principais jornais brasileiros se posicionou a favor do afastamento da presidente, o que poderia ser entendido pelo fato de que interessava aos grupos empresariais que controlam os meios de comunicação interferir e contribuir para que a presidente fosse impedida (HOFFMANN, 2017, p.11).

Para Melo (2013), a narrativa jornalística interfere na hegemonização dos temas e aspectos que serão destacados no debate político, como também contribui para a formação das imagens públicas dos políticos e demais agentes envolvidos nas disputas na esfera política.

A publicização das imagens dos políticos na nossa sociedade tem sido moldada crescentemente na direção da espetacularização. Courtine (2003) define isso como a hipertrofia do Estado-espetáculo, fenômeno que implicaria em modificações profundas da política na contemporaneidade.

Na esteira dessas discussões podemos encontrar estudos recentes sobre a espetacularização da esfera política brasileira. Deyse Ciocari (2015), analisando o fenômeno recente do aumento do número de representantes do entretenimento e do lazer, como jogadores de futebol, palhaços e ex-participantes de *reality shows* no cenário político brasileiro, que buscam ocupar cargos públicos ou se tornarem políticos sem seguir

trajetórias tradicionais, afirma que, na era do espetáculo, o capitalismo, aliado ao poder imagético, derrotou as ideologias, dando um crescente poder à publicidade. Surge, portanto, como uma necessidade essencial a administração da visibilidade midiática por parte dos líderes, partidos políticos, outras instituições e entes públicos.

Nesse período de incremento constante na tecnologia midiática, os meios de comunicação de massa tornam-se veículos poderosos na divulgação de acontecimentos e fatos em ‘tempo real’. Atualmente, renunciar à administração da visibilidade através da mídia pode significar praticamente o fim de carreiras políticas. A atividade de midiaticização das *personas* políticas e do exercício do poder é central não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais, fazendo cada vez mais centralmente parte também da própria arte de governar (THOMPSON, 1998, p.124).

Para Fernandes e Chagas (2016), a antiga prática teatral das representações políticas ocorridas em espaços públicos passou a ocupar um lugar privilegiado nas coberturas jornalísticas, que as narram de maneira espetacular, sobretudo diante de cenários controversos, como no caso que analisamos nessa pesquisa.

O crescentemente intensivo recurso à encenação da política acaba aproximando as sociedades modernas da tradição: elas mudaram o modo da representação, mas não tocaram no essencial, segundo pensa George Balandier (1980). Concebendo o poder como um jogo dramático que permanece ao longo dos tempos e ocorre em todas as sociedades, o autor supracitado, em sua obra ‘O Poder em Cena’ (1982), definiu o conceito de *teatrocracia* como uma espécie de regime permanente da encenação, através do qual os que detêm o poder governam dos bastidores. Propondo interpretar a sociedade como um jogo de encenações, para Balandier (*idem*) todo sistema de poder é um meio para produzir efeitos que se comparam às ilusões criadas no teatro. Segundo essa lógica, ele argumenta que o primeiro modo de teorizar sobre a esfera política é a análise dramatúrgica. Essa perspectiva parte do duplo sentido que a palavra *Drama* possui em sua origem grega: o de agir e o de representar o que está em movimento, a fim de provocar “a descoberta das verdades escondidas em todos os assuntos humanos” (BALANDIER, 1982, p.5).

Gomes (2004) é outro autor que chama a atenção para o fenômeno da imagem pública na era da comunicação de massa, propondo três fatores relevantes para a

compreensão dele: o primeiro, o advento do modelo de sociedades ‘democráticas’, que trouxe consigo a reconfiguração da esfera pública, na qual observamos a hipertrofia da publicidade na administração pública; o segundo, o advento do modelo das sociedades de massa, globalizada, na qual os limites da vida e da sociabilidade comunitárias tradicionais também passaram por redefinições radicais; e, por fim, o predomínio da comunicação de massa com base na internet como lugar e como recurso expressivo através dos quais se realiza muito da visibilidade social dos indivíduos e instituições públicas.

Na contemporaneidade estamos experimentando uma forma de fazer política que leva em conta a manipulação das imagens através dos meios de comunicação de massa, inscrevendo-se este trabalho no conjunto de esforços para a compreensão do papel dela na produção de versões sobre ‘a realidade’ que contribuem para impor aos indivíduos através de jogos sofisticados de linguagens diversas integradas, formas de vida socialmente sancionadas.

Outra contribuição nessa direção é oferecida por Lima (2016), que a partir de uma espécie de intersecção entre temas diversos como política, gênero e mídia, desenvolveu um estudo sobre a construção da imagem pública de Dilma Rousseff, apontando para as relações de confluência entre esses temas, na produção e circulação de imagens desqualificadoras da presidente, que terminou por ser impedida, em 2016. Demonstrando a importância de analisar as representações elaboradas e compartilhadas nos meios de comunicação de massa, mas especificamente no ciberespaço, ela constata a discriminação de gênero quando a mulher adentra na política, ocupa espaços de poder predominantemente ocupados por homens.

Para esta autora, a maneira como cada ator político se comporta dentro da esfera política diz muito sobre as definições e expectativas da sociedade a respeito dos papéis sociais de mulheres e homens (LIMA, 2016, p. 4.). No caso de Dilma, a autora ressalta o caráter machista e misógino dos discursos e imagens produzidos sobre ela durante os dois mandatos dela e mais acentuadamente no período do processo do seu *impeachment*.

A lógica sob a qual opera a mídia é o drama, o espetáculo, a encenação, o entretenimento; a midiaticização da política se realiza também sob essa lógica. Os fatos da esfera da política são tratados com o intuito de seduzir os cidadãos configurados enquanto

espectadores, criando produtos e públicos com os mais variados recursos tecnológicos midiáticos disponíveis.

A reflexão a respeito das transformações contemporâneas das políticas de representações do real tem em Debord (1997) sua inspiração mais remota, em sua concepção da contínua mobilização de elementos espetacularizantes na constituição imagética das ‘realidades’ contemporâneas. Para ele, o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens (DEBORD, 1997, §4, p.14).

Em sua obra clássica, “A sociedade do espetáculo” (1967), Debord concebe a sociedade do espetáculo como um novo estágio da sociedade capitalista, no qual a alienação teria atingido um novo patamar qualitativo. Se o capitalismo havia degradado o *ser em ter*, Debord constata na sociedade espetacular um momento suplementar no processo de alienação em direção ao *parecer*, no qual o tempo livre dos indivíduos é ocupado centralmente pelo consumo de imagens. Essa seria a crítica debordiana do espetáculo: “o momento da economia em que a mercadoria teria atingido a ocupação total da vida cotidiana” (AQUINO, 2007, p. 169). Sob este viés, torna-se possível certa compreensão da realidade aparente fetichista da sociedade capitalista, constituída pela circulação de mercadorias e dinheiro, estendida a sua lógica às relações e atividades cotidianas. O espetáculo seria uma forma de aparição do capital, determinante do mundo vivido, no qual a linguagem possui um caráter relevante no processo de alienação, transmitindo, através de uma pseudocomunicação, as imagens aparentes de um mundo fabricado em todos os seus aspectos, inclusive os relativos às dinâmicas da política.

Ainda sobre Debord, o conceito de ‘sociedade do espetáculo’ não deve ser entendido como uma simples referência aos meios de comunicação de massa, pois estes são um dos aspectos do próprio espetáculo, ‘sua manifestação superficial mais esmagadora’ (DEBORD, 1997, § 24, p. 20). Mas, por outro lado, podemos, através desses meios, perceber características das relações sociais de poder, que estão em conflito, e parecem encontrar satisfação com essa mediação, produzida pelas necessidades sociais da época, que só exercem qualquer contato entre os homens por intermédio dessa *comunicação instantânea*.

Foi pensando sobre a importância da mídia na vida das sociedades, que Debord nos seus *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, escrito em 1988, duas décadas depois da sua obra-prima, que o pensador francês chegou ao conceito de *espetáculo integrado*. Destacamos esse ponto do seu pensamento, porque nossa pesquisa busca investigar a produção de representações sobre o *impeachment*, e ao fazer isso nos deparamos com formas, espetacularizantes, que são produtos de dominação de uma sociedade que escapa das tradicionais classificações políticas de ‘esquerda’ e ‘direita’.

Para Debord (1988), há dois tipos de espetáculo: o ‘concentrado’ e o ‘difuso’. O espetáculo concentrado é típico do capitalismo burocrático, vinculado aos regimes totalitários, destacando-se nele a ideologia centrada em torno de uma personalidade ditatorial – os exemplos usados pelo autor são os do nazismo e do stalinismo. O segundo tipo de espetáculo, o difuso, estaria presente em regimes democráticos, os quais ao produzirem as mercadorias em larga escala, dão a impressão ao consumidor de que ele tem a possibilidade de escolha. Segundo Debord (*idem*), esse tipo de espetáculo representa a ‘americanização’ do mundo (*idem*).

Ao destacar na sua segunda publicação, quando afirma que a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia (DEBORD, 1997, III, p. 171), o autor institui um terceiro tipo de espetáculo, o ‘integrado’. O espetáculo integrado constitui-se pela combinação das duas formas anteriores e tende a disseminar-se mundialmente devido à força com que se apresenta diante dos cidadãos. Sua lógica de integração se dá através da alienação, o que faz com que a sociedade compartilhe certo tipo de intersubjetividade passiva, cuja moldagem se operacionaliza pelo funcionamento de setores hegemônicos dos *mass media*.

Segundo Debord (*idem*), a sociedade modernizada no estágio do ‘espetacular integrado’ se caracterizaria pela aceitação automática dos simulacros dos fenômenos sociais em geral e políticos particularmente, produzida pela combinação de cinco aspectos principais: (1) a incessante renovação tecnológica; (2) a fusão econômica-estatal; (3) o segredo generalizado; (4) a mentira sem contestação; e (5) o presente perpétuo.

A generalização da inexistência de contestação dá ao espetáculo integrado uma nova qualidade. Ao mesmo tempo, a preocupação com a veracidade deixou de existir quase em

toda parte, e a mentira sem contestação consumou o desaparecimento da opinião pública, constatando Debord (1988) a incapacidade crescente dos indivíduos resistirem às estratégias de construção de encenações midiáticas do ‘real’. Esse ‘desaparecimento da opinião pública’ na sociedade do espetáculo trouxe consequências importantes para a política.

O espetáculo organiza com muita habilidade a ignorância do público, uma ignorância que foi gerada por ele mesmo, e logo em seguida proporciona o esquecimento de tudo aquilo a que deu *status* de *conhecido*. O primeiro intuito da dominação espetacular, é, segundo Debord (1997, VI, p. 1776), “fazer sumir o conhecimento histórico geral, todas as informações e todos os comentários razoáveis sobre o passado recente”.

Um aspecto do desaparecimento de todo o conhecimento histórico objetivo se manifesta a propósito das reputações pessoais, que se tornaram maleáveis e “corrigíveis” segundo os interesses daqueles que controlam a informação. Sendo os acontecimentos representados segundo os interesses dos controladores dos meios de comunicação, nosso esforço de pesquisa se refere à tentativa de entender como se constituem essas formas de gestão da informação, propondo uma interpretação das representações elaboradas pelos veículos de comunicação de massa, em nosso caso duas agências de notícias de orientação ideológica oposta.

Nossa abordagem da produção de representações sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff foi construída também a partir dessa inspiração debordiana no tocante à política, de imagens que, apresentadas pelos meios de comunicação de massa (*mass media*), moldam o *mundo vivido* da política globalmente e especificamente no Brasil. Pensamos a feitura dos sentidos do fenômeno selecionado como construções midiáticas, nas quais as relações de força no campo político e social são mediadas pelo poder simbólico e pelas políticas de representações do *real* que mobilizam elementos espetacularizantes, no sentido *debordiano* (DEBORD, 1988). A essa visão agregamos as contribuições de Adorno e de Hall, as quais apresentamos a seguir.

CAPÍTULO 2 – A CRÍTICA IMANENTE DAS IMAGENS PROPOSTA POR ADORNO E A POLÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES E IMAGENS DE HALL

2.1 - A crítica imanente das imagens: os mecanismos de dominação da própria cultura, reveladas na dialética aparência-essência nelas inscrita

Adorno (2001) propõe a crítica cultural não apenas como um questionamento do *mercado dos produtos culturais*, mas como crítica da razão. Isto quer dizer, que os fenômenos da cultura, por mais singulares ou particulares que inicialmente possam parecer, podem ser analisados colocando em cena processos de racionalização social e padrões de racionalidade. A proposta adorniana tem em vista um tipo de atividade intelectual que não reduza o objeto estudado a princípios externamente projetados sobre ele, mas que seja capaz de refletir de modo o mais complexo possível as dinâmicas internas e externas das quais eles resultam.

A noção de crítica imanente da imagem formulada por Adorno (2001) é complexa, não se reduzindo a um método de apreciação de fenômenos culturais, nem a uma investigação rigorosa, analítica, de ‘uma obra’. Essa proposta surge em um contexto específico, de crise da crítica de arte na Alemanha, a qual foi, durante os anos do nazismo, suprimida pela noção de ‘apreciação’ ou ‘contemplação de arte’. A crítica da arte na Alemanha durante a ascensão e glória do nazismo estaria reduzida apenas a uma interpretação sofisticada sobre arte, acarretando, segundo Adorno (2001), na impossibilidade de se distinguir um crítico literário de um escritor de resenhas.

Segundo o autor citado, o papel social da crítica de arte e social sempre sofreu os constrangimentos do mercado na sociedade burguesa alemã, submetendo-se mais ou menos aos seus interesses. Para Adorno (*idem*) importava construir uma crítica que recusasse a função afirmativa e ideológica da cultura. Para uma crítica imanente da cultura, das imagens, seria necessário mergulhar nelas o suficiente para ser por elas afetado, mas cultivando a possibilidade de extrair dessa imersão as forças para denunciá-las. Dessa forma, o autor nos mostra que o crítico seria capaz de imergir plenamente nos objetos

culturais, trazendo à tona os mecanismos de dominação presentes na própria cultura, revelando suas aparências.

A ‘crítica imanente’ resultaria da participação do teórico na cultura, de modo a possibilitar a transcendência dos aspectos aparentes dos fenômenos na direção dos essenciais, partindo da concepção dialética e de necessidade da relação entre aparência e essência das imagens, dos artefatos, dos fenômenos culturais e dos discursos por eles mediados. O objetivo da crítica imanente das imagens pode ser descrito como a busca da percepção das maneiras pelas quais nelas se registram disposições históricas mais amplas e tendências de transformação social que são postas em movimento. A tarefa do crítico das imagens não se limitaria à descrição do funcionamento delas, mas sim descobrir através da análise o funcionamento concreto das coisas à luz, trazendo à luz as subjacências das relações sociais inscritas na relação aparência - essência das representações produzidas e materializadas em imagens circulantes, considerados o tempo e o espaço a que se referem.

O estudo que aqui propomos das representações/imagens construídas e disseminadas pelas revistas selecionadas a respeito dos processos que resultaram no *impeachment* de Dilma Rousseff é tributária da concepção mais geral segundo a qual a produção de significados mediados por imagens que pretendem conquistar a adesão dos indivíduos de cada sociedade, atua na produção e reprodução das relações sociais e da cultura às quais elas correspondem.

Em cenários de crise política os meios de comunicação de massa assumem um papel relevante, exigindo dos analistas da sociedade uma atenção concentrada sobre as imagens produzidas pelas agências produtoras de versões que circulam de modo massivo, sendo produtoras de sentidos relativos aos jogos de poder colocados em curso a cada momento histórico e espacialidade considerados. Questionando, interrogando essas imagens/representações, podemos *desocultar* mecanismos determinantes do funcionamento do mundo em que vivemos.

A linguagem e a produção midiática/imagética de fenômenos são inseparáveis de toda prática social, sendo os meios de comunicação os mediadores dos sentidos construídos culturalmente das coisas, através dos quais se constrói a partilha do sensível, a qual se

desdobra sobre relações de conflito entre grupos de interesses que se enfrentam na arena política considerada.

2.2 - Hall e a interrogação socioconstrutivista das imagens

A partir de uma epistemologia não positivista, entendemos a construção midiática dos fenômenos como “uma pragmática da disseminação de mapas conceituais compartilhados, sistemas de linguagem compartilhada e códigos que governam as relações e condições de tradução entre eles” (HALL, 2016, p. 42).

Seguindo essa lógica, Hall (*idem*) apresenta seu conceito de *representações*, entendendo-as como resultados do exercício intencional da linguagem. Para esse autor, a economia imagética implica em fontes produtoras de sentidos atribuídos aos fenômenos sociais, representados de modo a produzir interpretações que favoreçam alguns grupos e seus interesses e desfavoreçam outros grupos e seus interesses (HALL, 2016, p. 20).

Através da partilha de léxicos gramaticais e imagéticos, produtores de representações em geral caracterizam/definem o mundo atribuindo significados às coisas. A partir dessa produção, os indivíduos receptores/consumidores de imagens “constroem” suas versões das coisas. Inseridos numa linguagem comum, que funciona como um sistema de representações, produtores e consumidores de imagens compartilham pensamentos, sentimentos e modos de narrar os cursos dos fenômenos sociais. As representações tornam-se centrais para a análise da vida social, na medida em que nelas se conectam sentido e linguagem e as operações de partilha de significados entre os membros de dada sociedade (HALL, 2016).

Essa perspectiva de análise associa-se a uma abordagem socioconstrutivista, segundo a qual as representações/imagens produzidas e disseminadas ao longo do tecido social tornam-se fatores constituintes das coisas, dos fenômenos sociais (HALL, 2016).

A aceitabilidade das representações das coisas, dos fenômenos em cuja presença somos colocados, depende das correspondências construídas pelos indivíduos entre elas, as coisas e os sistemas de conceitos aceitos como verdadeiros e os sistemas de valores aos quais se afiliam os indivíduos, definidos por Hall como mapas conceituais/cognitivos.

O sentido, nessa lógica, depende da relação entre as coisas no mundo – pessoas, objetos e eventos, reais ou fictícios – e os sistemas conceituais/cognitivos em cujo âmbito se constrói a aceitabilidade das representações das coisas e fenômenos disponibilizados histórica e espacialmente (HALL, 2016).

Ainda segundo o autor citado acima, em uma espécie de tradução para uma língua comum, correlacionamos nossas ideias com certas palavras escritas, sons pronunciados ou imagens visuais. O termo geral que usamos para palavras, sons ou imagens que carregam sentido é *signo*. Os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente, ponto principal para a construção das formas de significação das coisas e dos fenômenos sociais.

A presente dissertação surge do reconhecimento da relevância do estudo dos processos de construção midiática das coisas e dos fenômenos sociais nas sociedades contemporâneas (HALL, *idem*; DEBORD, 1997). Essa construção imagética parece ser administrada através dos meios de comunicação de massa, que sustentam o funcionamento ideológico dos signos que são conjurados nos espaços de disputas pelo poder.

A nossa hipótese é que os discursos e as imagens produzidas pelas revistas citadas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff colocam em circulação símbolos e narrativas destinados a influenciar práticas sociais, não se efetivando apenas em seu aspecto linguístico ou sócio, mas também em termos pragmáticos. Os discursos em suas várias modalidades

produzem os objetos do nosso conhecimento, governam as formas com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como as ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. Assim como o discurso “rege” certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se abordar um tema de forma aceitável e inteligível, por definição, ele “exclui”, limita e restringe outros modos. (HALL, 2016, p. 80)

O que Hall (*idem*), influenciado pelas ideias de Foucault, nos sugere perceber é o sentido que as coisas ganham através dos discursos. Assim, essas coisas acabam se tornando objetos de conhecimento dentro do discurso, sendo este o ponto chave da teoria construtivista sobre o sentido e a representação, como elaborada por Hall (*idem*).

Analisando as imagens/representações/discursos produzidos a respeito do *impeachment* de Dilma Rousseff pelas revistas selecionadas, identificamos elementos que podem revelar as relações de poder no campo da política e social que subjazem aos produtos colocados à disposição dos seus públicos consumidores, procurando responder a questões tais como as seguintes: Quais forças se rivalizam na arena política, buscando em diversas linguagens a hegemonia na agônística das imagens colocadas em circulação? Como entender os núcleos argumentativos, os sistemas de valores partilhados, a vinculação dos discursos/representações/imagens produzidos sobre o *impeachment* com classes sociais em disputa no cenário político do período considerado pode nos ajudar a entender a sociedade e a política no Brasil?

Nossa tarefa será identificar quais elementos, significados, sentidos são compartilhados na produção discursivo/imagética das duas revistas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, interrogando os elementos das representações constituídas sobre o fenômeno, de modo que permita entender os termos em que eles se apresentam como *espetáculos* diversamente intencionados, produzidos e endereçados (HALL, 2016).

Os *mass media* ganham força pela capacidade de alcance, pelo número de pessoas que são atingidas de alguma maneira, ouvindo rádio, vendo televisão, lendo revistas encontradas em bancas de jornais, em consultórios, ou outros lugares públicos. Através do acesso às redes sociais digitais, o que vira notícia exaustivamente repetida ganha plausibilidade e entra na disputa pelo estabelecimento enquanto verdades legitimadas.

Por outro lado, a monopolização dos meios de comunicação de massa no Brasil por parte de poucas famílias afeta de modo significativo a circulação de contraversões espetacularizadas dos fenômenos sociais em geral e políticos especificamente, afetando as formas como interpretamos o mundo. A produção em massa da notícia sugere um consumo padrão da mesma, uma demanda necessária que absorve para si uma possível visão sobre o mundo. Não é por acaso que os agentes políticos estão tão preocupados com a qualidade de sua visibilização midiáticas nos diferentes meios de comunicação. Muitos deles são proprietários de redes de TV, jornais, revistas, programas de rádio, disputando concessões governamentais de modo ferrenho e pragmático.

A efetividade comunicativa de produtos imagéticos, representacionais/discursivos passa pelo compartilhamento de ideias, sentimentos, estoques de significados, com os quais representamos o mundo através de mapas conceituais, como definidos por Hall (2016), os quais condicionam a aceitabilidade das representações das coisas. Através de elementos simbólicos percebidos por nós quando consumimos produtos culturais, quando lemos algum texto, a adesão ou não às versões da vida social é constantemente produzida e reproduzida, bem como construída e desconstruída.

Essa exposição contínua à espetacularização da vida social nos coloca sobre os modos de afetação do que Bourdieu (1989, p.8) definiu como *poder simbólico*, um poder invisível, o qual não é exercido com violência explícita e apenas funciona ao encontrar a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Esse poder é exercido em todos os espaços sociais e especificamente no mercado das notícias, das informações.

O significado das representações não se resume a um conceito linguístico, relacionando-se também com a prática. Assim como pensou Foucault (2007) acerca da definição do discurso, Hall (*idem*) suprime a tradicional distinção entre a fala e o agir, as representações discursivas midiáticas referidas às coisas, aos fenômenos sociais em geral e especificamente da política e as coisas, os fenômenos representados.

Para Foucault (2007), o discurso mobiliza regimes de verdade, implica na apresentação dos seus objetos enquanto conhecimento válido, define sujeitos, identidades, acontecimentos e desacontecimentos, moldando e posicionando quem são os sujeitos e o eles podem dizer/fazer. Sendo assim, é possível examinar relações de poder através da desconstrução histórica de sistemas ou regimes de produção de opiniões, significados e representações hegemônicas das coisas e dos fenômenos. Isso faz com que possamos ver como e por que algumas categorias do pensamento e linhas de argumentação ganham aceitabilidade social enquanto outras maneiras de pensar, ser e agir são questionadas, rejeitadas, marginalizadas.

Seguindo a perspectiva de Hall (*idem*) existem vários estudos que analisam a relação entre a política e a mídia. Charaudeau (2006), Rubim (2004), Melo (2013), Gomes (2004), Fernandes & Chagas (2016), são exemplos de autores que analisam aspectos

relevantes dessa relação reconhecendo a importância de interrogar as imagens ou representações que são construídas a partir do exercício da linguagem, do meio pelo qual são mobilizados elementos que privilegiam versões da vida social em detrimento de outras.

Para Hall (2016) a cultura é entendida como um conjunto de valores e significados compartilhados. Essa definição da cultura é distinta da noção desenvolvida historicamente, que relacionava a cultura com um conjunto de ideias de uma época, relativa à erudição, que associava também a mesma a práticas populares genuinamente autênticas e rudes, e que por fim apresentava a cultura como uma oposição entre essas duas concepções a partir de suas especialidades, a ‘alta cultura’ e a ‘cultura popular’.

Foi a chamada *Virada Cultural* responsável por essa renovação teórica, partindo do desenvolvimento da definição de cultura proposta pela Antropologia, segundo a qual ela se caracterizaria como um modo de vida comum a um grupo e a uma época. Foi a partir do entendimento da cultura com ênfase no significado, na importância da construção de um senso comum, de conjuntos de representações e produções materiais e imateriais compartilhadas, as quais resultam em conjuntos de práticas organizadas pela produção e intercâmbio de significados, que surge o conceito de representação como fundamental para análise da cultura.

Essa concepção da cultura como um conjunto de significados compartilhados é o ponto de partida da reflexão de Hall (2016) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação. Se a linguagem atribui sentido às coisas, conforme pensa o autor, os significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem, que constitui sistemas de representações coletivas, que emergem como elementos centrais para o estudo dos processos nos quais são produzidos o significado e as dinâmicas sociopolíticas e históricas (HALL, 2016, p. 31). Ainda segundo Hall, elas envolvem o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Resumidamente, dizem respeito à produção de sentidos pela linguagem.

Esses sentidos são produzidos em diferentes áreas, por vários processos e práticas, definidos por Hall como “circuito cultural”, em cujo âmbito são constantemente elaborados e compartilhados em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte (HALL, 2016, p. 22).

A linguagem se apresenta como território construído e construtor de sistemas de significados partilhados da nossa cultura. Por ela compartilhamos nosso mapa conceitual e somos capazes de representar e de trocar sentidos e conceitos. Se vivemos num mundo mediado por imagens, vivemos entre imagens, também vivemos entre textos, e ambas as linguagens carregam sentido, estabelecendo e comunicando as diferenças e o poder dos falantes em determinado período, espaço e cultura.

O papel da mídia no Brasil se apresenta como decisivo no processo do *impeachment* de DR. Todo o processo não se resume ao plano do pensamento, tendo ressonâncias também na regulação das relações entre indivíduos, grupos e classes, afetando as práticas sociais.

Analisando o conteúdo veiculado nas revistas selecionadas para o estudo em relação ao fenômeno do *impeachment*, podemos verificar os modos pelos quais a luta pela hegemonização de versões sobre o “real” se deu, através da produção de significados constituídos por e constitutivos da realidade social focalizada. A seleção de imagens representadas por ambas as revistas nos remete a lutas pela dominação simbólica, nas quais os discursos produzem sujeitos, determinando seus lugares e suas práticas.

Pensando dessa forma, não estamos negando a existência material das coisas, sua existência concreta. O que Hall, influenciado pelas ideias de Foucault, orienta a fazer é analisar os sentidos que as coisas ganham através dos discursos através dos quais elas são faladas e constituídas. Seguindo essa ideia, tomamos como *corpora* para a análise as publicações semanais de ambas as revistas sobre o tema do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Partindo de uma crítica tradicional à noção de sujeito como dotados de consciência independente, autônomo e estável, Foucault e outros construtivistas-discursivos compreendem o sujeito como algo produzido por meio do discurso. O próprio discurso produz “sujeitos” – figuras que personificam formas particulares de conhecimento que o discurso produz (HALL, 2016, p. 100).

No entendimento de Hall (2016), Foucault desvia a atenção da “linguagem” para o “discurso”, estudando esse como um sistema de representações. Esse sentido diferente

atribuído ao discurso, que se afasta da mera conceituação linguística, sugere uma compreensão do nosso sistema de trocas, de mapas conceituais, que produzem sentido e influenciam nossas práticas sociais.

Sobre a análise de discursos midiáticos, vistos como conjuntos articulados de signos, também levamos em consideração o legado de Saussure, segundo o qual o signo pode ser analisado de duas maneiras: o *significante*, que é a forma como a informação se apresenta (palavra, imagem, foto, *etc.*) e; o *resultante* que é provocado em nossa mente a partir dessa informação, que é o significado. Os dois são necessários para produzir sentido, sendo a relação entre eles nas culturas/sociedades dadas, códigos ou linguagens, o que define um território como que fundamenta as representações produzidas a respeito das coisas, do mundo, dos fenômenos.

Os significados, nesse contexto, não são fixos, nem *verdadeiros*. A tentativa de fixá-los é um trabalho de uma prática representacional que intervém nos vários significados potenciais de uma imagem e tenta privilegiar um deles (HALL, 2016, p.143). Nosso trabalho se propõe a descrever as imagens produzidas como já citado, de modo interrogativo, fazendo a crítica imanente delas, com o objetivo de analisar quais dos muitos significados existentes acerca do *impeachment* as revistas selecionadas para a análise desejaram privilegiar. Quais os preferidos? Como o evento foi mostrado por ambas as mídias, e como as mensagens ou significados foram por elas construídos? Ou, ainda, qual *regime de representação*, formas discursivas ou repertórios de representação foram utilizados nas revistas aqui analisadas?

A partir deste ponto, surge a importância da *diferença* como algo que permite a existência do significado. Para entender sua importância e seu caráter ambivalente, Hall apresenta quatro abordagens teóricas nas quais a diferença é essencial ao significado, tornando-se tanto *necessária* como *perigosa*, as quais apresentamos a seguir.

A primeira abordagem é a linguística de Saussure (2012), que vê a linguagem como um modelo do funcionamento da cultura. Para ele a diferença é portadora da significação, ela é essencial ao significado, que é relacional. Por exemplo, o significado de preto não está em alguma essência da “negritude”, mas porque podemos contrastá-lo com seu oposto – o branco (HALL, 2016, p.153). Dessa maneira o significado depende da diferença entre

os opostos. Por um lado, essa argumentação pode apresentar a diversidade do mundo, através de oposições binárias, mas também se mostra vulnerável por esse caráter reducionista, que não consegue captar a dimensão de poder do discurso.

Outra abordagem da diferença vem das teorias da linguagem, que têm em Mikhail Bakhtin (1997) uma relevante referência. Para este, tudo o que dizemos e significamos é modificado pela interação e pela troca com o outro. O significado surge através da “diferença” entre os participantes de qualquer diálogo (HALL, 2016, p.155). Nesse sentido é a existência do outro um elemento essencial para o significado. Essa abordagem também se mostra vulnerável por tentar fixar os significados, como se eles pudessem ser controlados por grupos de pessoas. Por exemplo, *ser brasileiro* é um significado que não depende apenas dos brasileiros, mas também da relação com outros povos e culturas.

Uma terceira abordagem vem da antropologia, segundo a qual a cultura depende do significado que damos às coisas, isto é, a construção do sistema de posições dentro de um sistema classificatório (HALL, 2016, p.156). A diferença torna-se o fundamento da ordem simbólica que chamamos de cultura. A cultura desestabiliza quando o aparecimento de algo novo transgride as fronteiras simbólicas que fazem com que cada coisa esteja em seu “devido lugar”. Essa marcação da diferença, segundo Hall, e esse é seu aspecto negativo, faz com que muitas culturas se fechem para estabelecer ou fortalecer a ordem. Como exemplo, temos algumas recentes políticas de imigração de países da Europa, as quais tratam os estrangeiros como intrusos, como estranhos que devem ser expulsos.

Por fim, temos a abordagem psicanalítica, que se relaciona com o papel da diferença em nossa vida psíquica. O argumento é que o *outro* é fundamental para a constituição do *self* dos sujeitos e para a identidade sexual (HALL, 2016, p. 158). Essa abordagem parte dos estudos de Freud e Lacan. Para o primeiro, a identidade sexual seria forjada nos momentos iniciais da infância, na relação da criança com seus pais. O indivíduo desenvolveria o que chamamos de identidade sexual a partir de uma atração erótica inconsciente, o complexo de Édipo, tanto da figura materna, no caso da sexualidade masculina, como também da figura paterna, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma sexualidade feminina. Lacan defende a ideia de que a constituição do *self* surge num momento de reflexão fora de si mesmo, na forma como se é visto pelo *outro*. O ponto

negativo dessas concepções, segundo Hall, seria a não existência de um núcleo interno, estável e determinado. Trazendo a ideia de que nunca seríamos sujeitos totalmente unificados, psiquicamente, nossa subjetividade seria formada por uma espécie de diálogo problemático nunca concluído e inconsciente com o *outro*.

Apresentando o debate sobre a diferença e o outro, Hall (*idem*) mostra como sua análise da representação poderia se basear em estudos diversos. Mostrando que essas abordagens não são mutuamente exclusivas, por mais que se refiram a diferentes níveis de análises, o social, psíquico e o cultural, elas demonstram a relevância acerca do estudo da diferença e da alteridade, para a compreensão dos processos comunicativos que constituem a cultura.

Nosso trabalho leva em consideração esses diferentes níveis de análise para a compreensão dos recursos simbólicos utilizados pelas revistas para construir e disseminar suas versões do *impeachment* de Dilma Rousseff, buscando entender como os modos de produção, das notícias em nosso caso, são capazes de constituir conceitualmente as relações existentes, que são materializadas e mobilizadas pelo discurso hegemônico da mídia.

2.3 – O produto midiático como materialização do discurso: a relação entre a mídia hegemônica, o poder econômico e a dominação cultural

As revistas selecionadas para a análise atuam no campo da produção e circulação de informações, as quais são crescentemente instrumentos poderosos nas lutas sociais pelo poder. As empresas jornalísticas são agentes com interesses de classes ou frações de classe e se inserem no jogo de disputas políticas, operando na formulação de consenso em torno dos projetos políticos em questão (CARVALHO, 2012, p.113). A mídia impressa e eletrônica torna-se uma instância política formadora de opinião pública, conduzindo os indivíduos à aceitação ou recusa de determinados projetos políticos, dentre outros aspectos em disputa na vida social.

Operando intervenções capazes de alterar o caráter e os efeitos dos fatos, a atividade jornalística constrói a realidade, a partir de linhas ideológicas que correspondem aos interesses dos seus proprietários e dos grupos que eles representam. Sobre a veiculação de

ideologias na atividade jornalística, Carvalho (2012, p. 112) comenta que ela se utiliza de elementos tais como:

a personalização, que aborda os fatos sob a ótica de indivíduos particulares, seus efeitos e suas desventuras, retirando dos fatos sua relação histórico-estrutural mais ampla; o uso de formas linguísticas, como o tom oficial, o argumento de autoridade, o maniqueísmo que opõe conceitos antagônicos (liberdade-totalitarismo, democracia-ditadura, atraso-modernidade) objetivando tornar evidente e inquestionável uma visão dos fatos.

Por ser uma atividade empresarial, os meios de comunicação participam do conflito de interesses nas sociedades e expressam seus projetos políticos-ideológicos. A imagem de um jornalismo neutro, imparcial, não passa de uma mera ilusão. Nesse, como em todos os outros campos da vida social, a neutralidade e a objetividade são elas próprias ideologias (CARVALHO, 2012, p. 113).

Portanto, a mídia se configura como um ator político que funciona de maneira relacional com o poder de Estado, o poder econômico, a dominação cultural e o poder simbólico, colocando em ação entes particulares institucionais, através dos quais são disseminados os elementos ideológicos que condicionam a sociedade.

Segundo Patrick Charaudeau (2006), as mídias ao relatarem um acontecimento, constroem uma representação que toma o lugar da realidade. Em sua obra *Discurso das Mídias*, Charaudeau demonstra que no ato da comunicação existe a troca entre duas instâncias: a da produção e a da recepção. A produção estaria relacionada à questão econômica, já que as mídias se constituem como empresas. Nesse sentido, o plano econômico interferiria diretamente na produção informacional que as mídias estão produzindo diariamente.

Nesse lugar de produção, existem ainda as questões do sentido que o autor denomina de *condições semiológicas*, que são os critérios do que deve ser posto na ordem do discurso midiático. No que tange à recepção, esta se referiria ao público que consome a informação midiática, que interpreta as mensagens de acordo com suas próprias condições de interpretação. Concatenado a essas duas instâncias teríamos o texto, em suas várias modalidades, o produto midiático que se configuraria como a materialização do discurso, que forneceria os diversos sentidos e interpretações possíveis.

Oliveira (2015) demonstrou o papel da linguagem na construção do mundo social, analisando representações discursivas produzidas por quatro revistas sobre os *Black Block*, identificando, mapeando e analisando as imagens do movimento em discursos midiáticos. Para ela o poder simbólico da mídia em rotular ou ignorar formas de protestos exerceu uma influência relevante no Brasil, e a imagem construída pela mídia brasileira pareceu ter justificado retoricamente a truculência contra as manifestações sociais no país.

A *grande mídia*, a hegemônica e semiexclusiva, no Brasil é propriedade de algumas famílias, as quais historicamente monopolizam, desde o *boom* dos meios de comunicação de massa no Brasil, nos anos 60, quando o regime militar, que tanto investiu na propaganda governamental, produzia uma representação ufanista de um país *sem problemas* e de *avanços*. A maior parte da mídia impressa, de rádios e televisiva no Brasil vem se concentrando nas mãos de

nove clãs, que controlam mais de 90% de toda a comunicação brasileira. Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações, (...) associados a famílias do estamento patrimonial dominante. (SODRÉ, 1996, p. 43)

Essas famílias, estudadas por Rodrigues (2009), são responsáveis por transmitir aquilo que aparenta informação sobre a sociedade brasileira e sobre o mundo, constituindo grupos empresariais que tornam o sistema cada vez mais dominante, oligárquico e persuasivo. Esses grupos empresariais, resumidos a algumas famílias, também possuem interesses, como demonstra Rodrigues (2009), e torna preocupante a situação da mídia no Brasil, porque eles decidem o que deve ser informação ou não, exercendo um relevante poder sobre o que é noticiado e silenciado no país.

Nesse processo de constituição midiática da cultura e dos cursos dos processos políticos, produz-se o intercâmbio de sentidos entre os membros de uma sociedade, na qual os significados culturais são partilhados, regulando práticas e modos de ver e interpretar o mundo. Atualmente, com a concorrência dos diferentes meios de comunicação de massa, com a velocidade dos canais em operação através da internet, as revistas sentem-se obrigadas a rever seu campo de exploração, buscando novos ângulos, notícias exclusivas, ou até mesmo aprofundar um assunto conforme o consumidor de cada mídia.

Nossa análise busca reconstruir as representações que foram partilhadas pelas revistas selecionadas, observando os valores, as atitudes, as opiniões, os preconceitos e estereótipos mobilizados, os procedimentos semânticos utilizados nos textos escritos sobre o fenômeno em pauta. A intenção é desvelar como o fenômeno do *impeachment* de Dilma Rousseff foi sendo construído e compartilhado através de uma linguagem comum, produzindo sentidos e interpretações consonantes às posturas ideológicas presentes em cada uma das revistas selecionadas.

2.4 – Revisão da literatura sobre a construção midiática do impeachment de Dilma Rousseff

No conjunto de pesquisa sobre a construção midiática do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, destacam-se os estudos de gênero, os quais apresentam um mapeamento sobre as diversas formas de violência às quais as mulheres estão constantemente submetidas tanto na política como de maneira geral. Cardoso (2016), autora que é um exemplo desse grupo de estudos, usando o método de análise de conteúdo, buscou compreender de que forma a revista brasileira *ISTOÉ* representou o *impeachment*, demonstrando que para além do questionamento da autorização dos decretos de créditos suplementares, fator decisivo na confecção do processo político em questão, a presidente foi vítima da violência de gênero e de misoginia. A misoginia configura-se como uma espécie de ódio direcionado as mulheres, sendo estrutural e estruturante, segundo a autora, verifica-se cotidianamente, nas práticas e nos discursos, e no que tange à mídia, ela repete e reforça discursos desqualificadores em relação a mulheres.

O elemento da diferença se associa ao ódio à mulher e todo um sistema ideológico vai sendo criado na tentativa de fixar características que a depreciem e a marquem negativamente. Para Cardoso (2016) inventa-se uma essência desqualificadora para elas, criam-se ideologias a respeito do feminino associado ao frágil, ao incompetente, à maternidade, associadas às demandas de juventude e sensualidade. Ao mesmo tempo as afastam da ocupação de posições públicas de poder. A autora ainda demonstrou como um conjunto de características negativas associadas a ser mulher foi sendo associado à figura da presidenta, encontrando na revista analisada representações que sugeriam que ela estava

ficando “louca”, apresentando-a como proferindo palavrões e vociferando, dando a entender que era uma mulher ‘autoritária’ e ‘desequilibrada’.

Cardoso (2017) conseguiu extrair características gerais do processo de impedimento da presidente Dilma, como a presença do ódio na política, a polarização de grupos antagônicos, a articulação da grande imprensa com parte do empresariado nacional e a disseminação do medo (CARDOSO, 2017, p. 3), associando-se a aquelas o machismo, um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição das mulheres pelos homens.

Ainda no grupo de estudos sobre o fenômeno político aqui focalizado com base na variável ‘gênero’, Ghiorzi (2017) demonstrou como as imagens produzidas pela mídia pode ser um dos principais fatores para construir ou desconstruir carreiras políticas de mulheres. Para a referida autora, quando não existe uma completa invisibilização nas representações das mulheres políticas, existe a prevalência de estereótipos de gênero associados com características inadequadas para o exercício de atividades relacionadas a cargos políticos. A Ghiorzi (*idem*) percebeu como no período que antecedeu o *impeachment* da presidente foram acionados preconceitos de gênero.

Usando o método etnográfico na descrição e análise de telas nos *sites* de notícias da grande imprensa, de *blogs* feministas e redes sociais, entre os anos de 2015 a 2016, Ghiorzi (2017) percebeu, a partir de uma análise qualitativa, a existência de uma disputa para a construção da relação entre feminilidade e poder em relação à presidente. Refletindo sobre as disputas discursivas que buscaram rotular, classificar e formar a personalidade da presidente, a autora lançou mão de inúmeras fontes, como material empírico, que exploravam a feminilidade da Dilma Rousseff, e visavam criar imagens compatíveis ou não com o cargo que a mesma ocupava. Segundo a autora da pesquisa, alguns estudos nesse sentido mostraram que nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014, especialistas em moda e os responsáveis pelo marketing político da presidente tiveram que reformular a imagem da mesma, numa tentativa de construção de uma imagem mais “feminina” e menos “severa” dela. Nesses mandatos, e mais fortemente quando os discursos favoráveis ao *impeachment* começaram a ganhar força, mais uma vez a ‘feminilidade’ da presidente foi objeto de controvérsia midiática. Por um lado, os grandes meios de comunicação a depreciavam,

atacavam diariamente, questionando sobre sua vida amorosa, sua forma de vestir, maneira de falar, seus gestos. Em contrapartida, os discursos feministas produzidos em *sites* alternativos construía uma imagem honesta da presidente, e viam no *impeachment*, não apenas um *Golpe de Estado*, mas também um golpe contra as mulheres.

Para Ghiorzi (2017), em ambos os discursos o que sempre esteve em questão era o gênero de Dilma, observando-se uma constante tentativa de fixar estereótipos relativos a sua figura, mobilizando definições de feminilidade e masculinidade hegemônicas em nossa sociedade, com o objetivo de desautorizá-la, depreciá-la, desqualificá-la. As análises do impedimento da então presidenta do Brasil, portanto, trazem significativas contribuições para essa pesquisa que estamos desenvolvendo, não apenas por fornecer elementos que nos guiaram na análise, mas por também por nos fazer perceber a importância da linguagem, que confere às interações verbais um lugar central nas relações sociais.

Ainda Priori & Polato (2016), que tomam como base a teoria bakhtiniana, a história das mulheres e a teoria de gênero como ferramentas epistemológicas de análise do processo sócio-histórico, desenvolveram um estudo interdisciplinar de um adesivo automotivo da então presidenta do Brasil. No referido adesivo, a presidente era representada com as pernas abertas, vestindo roupa vermelha, sendo o mesmo elaborado para ser fixado no bocal de abastecimento dos veículos, cujo orifício era representativo da genitália da presidente da República. Tomado como signo, o adesivo torna-se um elemento carregado de significados, valores e sentidos, é uma criação ideológica construída numa interação comunicativa e social. Por serem os signos sempre sociais, as interações de linguagem não ocorrem no vazio, mas estão submetidas ao confronto histórico das múltiplas vozes que constituem as relações de poder e as tomadas de posição nos discursos (PRIORI & POLATO, 2016, p. 43-44).

É nas interações sociais que podemos compreender os processos comunicativos que transmitem sentidos, que aproximam as consciências subjetivas individuais, na materialidade do ato social. O signo também pode ser compreendido como ideológico, por estabelecer a relação de troca entre as subjetividades na direção do atendimento dos interesses dos grupos dominantes, que protagonizam mobilizações discursivas através das quais circulem no seio do social os sentidos construídos nas interações sociais objetivando

a hegemonização de versões que os favoreçam. No que se refere às mensagens de comunicação de massa disseminadas em uma dada situação imediata, elas nunca são de um para um. Elas sempre são de uns para um e de um para outros (PRIORI & POLATO, 2016, p. 44). Quando um enunciado é inserido na cadeia da comunicação verbal e encontra certa adesão ou refutação do seu conteúdo, isso significa que ele é representativo, que ele foi capaz de mobilizar outras vozes sociais na defesa ou apoio de uma só voz organizada socialmente. Nesse sentido, os níveis de aceitabilidade e de reprodução social dos enunciados mobilizados no referido adesivo automotivo mediaram o reforço de valores sociais relacionados a códigos masculinos de dominação presentes na sociedade em geral e especificamente na esfera da política brasileira.

Inúmeras formas de violências foram catalogadas pelas estudiosas acima citadas a partir da reflexão sobre o caráter ideológico e social dos signos, sobre a representação simbólica do adesivo: violência etária, pois a presidente é uma sexagenária; contra as chefas de Estado, e direcionada a todas as mulheres de maneira geral, pois era um adesivo com traços de ‘obscenidade’, refletindo a cultura do estupro, das desigualdades políticas e de gênero do país. Por fim, tornou-se clara a afirmação de um desejo predominante na sociedade brasileira, de que a mulher não ocupe espaços de cargos públicos de poder.

Para Lemos (2017) a imprensa contribui para a perpetuação de estereótipos sobre as mulheres, sua aparência, sexualidade, sanidade mental e capacidade intelectual, especialmente quando elas ocupam cargos públicos ou políticos, como o caso de Dilma Rousseff. Partindo da noção de representação social, como sistemas de interpretação que exercem influência sobre nossas relações com o mundo e com os outros, a autora destaca o papel da mídia somado a interesses políticos, na tentativa de desqualificar a imagem da presidente com argumentos de gênero sexistas e misóginos. Tanto no primeiro mandato como nos momentos de intensificação da crise no seu segundo mandato, que levou à consumação do processo de *impeachment*, a presidente foi sendo representada de maneira muito agressiva, que buscavam sua deslegitimação. Ora associada a uma “puta”, na tentativa de criticar seu programa eleitoral, através de uma charge que retratava uma “candidata de programa” que agrada seus aliados. Num outro momento, sendo vinculada à existência de uma cultura do estupro no país, na medida em que representava a presidente

com as pernas abertas, numa alusão a estar sendo penetrada, no adesivo automotivo ao qual já fizemos menção. Ainda segundo Lemos (2017), a discriminação das mulheres que exercem profissões tradicionalmente “masculinas” é nítida, e isso se revela nas desigualdades de salários, nas manifestações de violência contra as mulheres, no assédio no trabalho, dentre outros desdobramentos da cultura machista e misógina hegemônica em nossa sociedade.

Lemos (2017) também demonstrou como a noção de loucura foi sendo associada à figura da presidente. Sua sanidade foi sendo atacada, por mais que a histeria feminina tratada como doença, há séculos não se sustente mais como patologia. Para a autora, as mulheres ainda são tratadas no imaginário social como “instáveis”, “nervosas”, “emotivas” e “incapazes de lidar com a pressão que exercer cargos públicos com tamanha distinção social implica”. Os padrões normativos de gênero ressurgem novamente na análise, e aponta para o ódio contra as mulheres que rompem com os papéis tradicionalmente a eles destinados. A autora conclui o seu estudo enfatizando a difícil tarefa em erradicar toda essa violência reproduzida pela mídia impressa, tendo em vista que suas causas estão enraizadas em uma ordem, uma estrutura ideológica e social que reforça toda a lógica binária, heteronormativa, androcêntrica e patriarcal.

A sexualização das representações se origina de uma lógica machista de mundo que se exerce e ganha força no apoio social dos grupos de indivíduos, os quais se identificam e somam forças na reprodução dessa mesma lógica. Esse é o caráter ideológico do signo, que mesmo possuindo uma característica material ou externa, produto das interações sociais, participa na constituição das consciências individuais que interpretam e dão sentido às coisas e ao mundo.

Nessa mesma direção interpretativa, Jesus (2017), em sua análise discursiva sobre o processo do *impeachment* aqui focalizado buscou compreender como discursivamente o processo foi construído na mídia, tendo em vista que as condições midiáticas reproduzem, tornam preponderantes e cristalizam discursos. Tomando como base de sua análise os fundadores da análise do discurso francesa, Jesus (2017) refletiu sobre as formas discursivas que exploraram o processo através da grande mídia em vários recortes. Tomando o processo como um fato histórico discursivo, o autor demonstrou algumas

estratégias discursivas que perpassam a oralidade e a escrita, chamando a atenção para como a atenção às normas gramaticais contém um efeito ideológico (JESUS, 2017, p. 86). A filiação do sujeito a uma posição ideológica traduz as relações simbólicas que estamos constantemente exercendo e das quais sofremos a influência. Os indivíduos são interpelados pela ideologia machista dominante, e submetido a uma espécie de *memória discursiva*, sendo chamados a enunciar algo que já foi enunciado anteriormente por alguém, colocando em operação jogos de linguagem automaticamente aceitos, os quais se traduzem em formas de vida, de relações de gênero e de poder socialmente sancionadas.

São inúmeros os elementos que se repetem nestas várias pesquisas, demonstrando o quanto a força da grande mídia na mobilização, atualização e fixação de representações de gênero pelas quais se efetiva a continuidade da dominação masculina em conjunção à dominação de classe, no caso do fenômeno político aqui analisado.

A grande mídia teve um papel fundamental na construção de uma imagem pública negativa da presidente. O trabalho de inculcação realizado conseguiu suplantar a força que se pressupunha significativa dos 54.501.118 de votos por ela recebidos na eleição de 2014, que teoricamente garantiam a legitimidade da mesma no maior cargo ocupado por uma mulher na sociedade brasileira, até então.

O que vimos foi um bombardeio de ataques a sua imagem, traduzindo de maneira simbólica o que estava em jogo naquele momento. Uma democracia fragilizada, uma crise política que se instaurava a cada momento, na qual os grupos políticos e seu projeto de sociedade derrotados se apropriaram dos meios de comunicação, disputando audiências cada vez maiores, num terreno propício para construção midiática do processo do *impeachment* da forma dramática como constatado.

Isso é o que demonstra Moreira (2016) analisando as reportagens do Jornal Nacional durante o processo de seu *impeachment*. Caracterizando e descrevendo os discursos que apareceram sobre a presidente no período citado, a autora conseguiu apontar para a predominância de representações com forte tendência negativa sobre Dilma. Essas representações eram oriundas, segundo a autora, de uma visão do mundo de uma elite político-econômica brasileira, que contou com a cumplicidade de uma elite político-

jornalística. Para ela, os programas de grande audiência, veiculados em horários de maiores níveis de audiência na televisão, vistos como fontes plausíveis de informação e interpretação mais acessíveis aos brasileiros, fornecem dados significativos da realidade política na qual vivemos. O conteúdo das notícias de telejornais deve ser analisado como processo discursivo, em que orações com significados implícitos e explícitos estão sendo enunciadas no dia a dia das pessoas. Esse discurso é moldado e tem restrições pela estrutura social e pelo papel que cada um tem nessa estrutura, é condicionado pelas classes sociais dominantes, e, portanto, é inseparável das estruturas sociais e de poder.

O estudo sobre os *mass media* passa necessariamente pela relação entre discurso e ideologia. O conjunto de *crenças/sentidos* que são compartilhados pelos diversos meios de comunicação de massa sugere que não existe mensagem midiática que não tenha sido construída com uma intenção e um significado ideológico, seguindo a linha editorial dos donos das empresas em que são produzidos. Dessa forma, Moreira (2016) chegou à conclusão de que no processo do *impeachment* a imagem da presidenta foi tratada de maneira negativa pelo Jornal Nacional, e que o mesmo insistiu recorrentemente na versão do crime de responsabilidade fiscal que ela teria cometido, dando uma quase nula visibilidade à defesa dela no citado processo, favorecendo dessa maneira a imagem da necessidade da instauração de um novo governo, de transição, de ‘retorno à ordem’.

Jessé de Souza (2016) afirma que os processos de dominação, nos quais está alicerçada a realidade sociocultural e política do Brasil, foram historicamente forjados por uma ‘elite endinheirada’, que de maneira hegemônica exerce seu domínio, posto que ela pode comprar, direta e indiretamente, todas as outras elites (SOUZA 2016, p. 24). Concatenada a isso está a indústria da cultura, nos termos *adornianos*, que arrecada enormes cifras, em filmes de grande bilheteria, romances *best-sellers*, novelas, revistas, e outros produtos destinados não a educar e estimular o pensamento crítico, mas ao contrário, para mediar a reprodução de versões conformistas e estereotipadas dos fenômenos sociais, mobilizando (in)sensibilidades de modo a criar uma uniformidade nacional, alimentando um repertório de símbolos e conhecimentos superficiais e de baixa complexidade. Destacando essa aliança entre a mídia e a classe média conservadora, Souza (*idem*) chama a atenção para o fato de que o *impeachment* também evidenciou a transformação da imprensa

nas últimas décadas, quando esta passou por uma mudança estrutural significativa, tornando-se dominada por grandes corporações, sob o comando do capital financeiro, nas quais o comando se verticaliza de modo absoluto, permitindo com isso maior controle do conteúdo produzido de cima para baixo. Para esse autor, com quem concordamos, a ditadura do ‘pensamento único’ na grande mídia brasileira compromete, portanto, a qualidade de nossa democracia e a qualidade da sociedade que construímos (SOUZA, 2016, p.115).

Ainda outro estudo sobre a investigação dos elementos discursivos que condicionam a formação da cultura a partir dos significados e sentidos que compartilhamos e que também partindo da ideia de que os veículos informativos não apenas noticiam eventos, mas também são instrumentos para formar opiniões, destacamos a análise de Santos e Silveira (2016). Essas autoras, usando a análise discursiva e a semiótica social para compreender os textos e imagens produzidas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em suas ações discursivas nas redes sociais, demonstram como foi produzida e disseminada a representação da presidente como ‘inimiga’ ou ‘vilã da nação’, a partir de uma relação polarizada entre *protagonista-antagonista* em relação ao juiz Sérgio Moro, juiz responsável pela condução da operação ‘Lava-jato’, e que ganhou destaque na grande mídia e nas manifestações *pró-impeachment*, por ter liberado, de forma ilegal, áudios de grampos telefônicos feitos pela Polícia Federal de conversas da então presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com destaque para as redes sociais, como um conjunto que envolve dois elementos: os atores (pessoas, grupos ou instituições) e suas conexões (interações ou laços sociais), o estudo de Santos e Silveira (2016) apresenta como as relações sociais estão sofrendo profundas mudanças, necessárias ao capitalismo, tornando-se mais fragmentadas e mutáveis, e buscando com isso responder às demandas globais de uma *sociedade em rede*. Os países periféricos e semiperiféricos, segundo as autoras, são os que mais sofrem com essas mudanças, pois lhes são impostas transações e sanções econômicas que acabam concentrando o poder nas empresas multinacionais, regulando investimentos em áreas de interesse social e beneficiando o setor privado. Essas mudanças além de provocar um aumento das desigualdades sociais reconfiguraram os meios de atuação política dos

indivíduos. Nesse novo contexto provocado pelas transformações da *sociedade em rede*, reconfiguram-se os modos de fazer política, os lugares de atuação, “surgindo plataformas pulverizadas de interação, de relação sociais, de identidades, de letramento, de leitura, de informação, de construção da notícia, de organização política e de ativismos” (SANTOS & SILVEIRA, 2016, p.591).

As redes sociais se mostram como um relevante meio de mobilização social, tornando-se um precioso objeto de análise sobre o fluxo atual de *informações/discursos/representações coletivas*. Nelas nos deparamos com a existência de uma rede mobilizadora de narrativas ideológicas responsáveis por construir/reconstruir/desconstruir o que chamamos de ‘realidade’, através de recursos simbólicos, simulacros, jogos de imagens, as quais por meio de ordens do discurso (política, jurídica, midiática), veiculam de modo em parte explícito em parte implícito os interesses e projetos particulares em disputa. Para as autoras, através dos enunciados mobilizados pelo MBL, foi possível identificar sua filiação ideológica a grupos hegemônicos mundiais, sinalizando seu empenho pela manutenção de valores neoliberais em consonância com os interesses políticos de grupos que defendiam o *impeachment* da presidente.

Para Reis (2017), de forma geral os veículos de comunicação são comandados por interesses privados, muitas vezes conectados a interesses governamentais. Isso faz com que as informações distribuídas privilegiem o interesse privado, controlando os conteúdos das matérias que são divulgadas ao público e afetando de maneira decisiva no fluxo das informações, submetendo espectadores, ouvintes ou leitores a conteúdos pré-escolhidos e entretenimento das mídias de massa.

Analisando os discursos presentes nos elementos visuais das imagens das capas da revista *Veja*, no período do *impeachment*, através de uma abordagem semiótica e um grupo focal realizado com estudantes de Comunicação Social, com faixa etária de 18 a 25 anos, que foram convidados a apreciar essas capas, a autora analisa as opiniões desses jovens, apontando para a relevância dessas para compreender a forma como foi tratado visualmente o *impeachment* pelo veículo citado. A construção da imagem se deu a partir de elementos objetivos, presentes nas imagens, e subjetivos, desencadeados por elas (REIS, 2017, p. 16).

Partindo das diferentes acepções do termo imagem, Reis (2017) elabora um percurso histórico sobre a representação imagética, sua importância na produção de sentidos e na formação da cultura. A pesquisa dessa autora foi guiada pela semiótica como definida por Pierce, que busca explicar os fenômenos a partir de uma tricotomia, na qual o signo semiótico - no caso específico de sua pesquisa, a própria imagem - se relaciona com o seu objeto semiótico - aquilo que deu origem à imagem -, e gera, na mente de um sujeito observador - o intérprete do signo -, uma determinada interpretação (REIS, 2017, p. 41).

A imagem se apresenta não somente como uma forma de comunicação, mas sua forma de representação do real pode produzir efeitos ou estimular certo tipo de interpretação dos fatos. Os recursos de elaboração das capas da revista *Veja*, que representaram o processo do *impeachment*, ainda segundo a autora, construíram a imagem da presidente também a partir de aspectos negativos que visavam diminuir sua importância, privilegiando elementos e recorrendo a recursos dramáticos de representação, como enquadramento, iluminação, cores *etc.*, o que confirmamos em nossa análise.

No tocante ao grupo focal, jovens com idade entre 18 a 25 anos, todos universitários, selecionados a partir do interesse da pesquisadora em compreender como as formas representacionais do processo político adotadas nas capas da revista eram recebidas, consumidas entre jovens da Academia, a autora encontrou uma tendência a avaliar a parcialidade da revista, mas ao mesmo tempo um senso comum sobre algumas características atribuídas à revista em específico e, em outros momentos, interpretações marcadas pela disparidade e divergência na recepção dos símbolos mobilizados, demonstrando com isso a impossibilidade de afirmar que todo e qualquer indivíduo terá o mesmo entendimento sobre uma imagem.

A autora também conseguiu perceber como os alunos construíam e compartilhavam entre si opiniões, em sua maioria formadas a partir de grupos/comunidades do *Facebook*, através do que ouviam dos professores da própria universidade. Isso demonstra que o compartilhamento de ideias, sentimentos, valores, carregados de significados, com os quais representamos o mundo, e que definimos anteriormente apoiados em Hall (2016), configuram-se como o próprio exercício da linguagem, o que reforça a ideia de que ela é um valioso objeto de análise para a compreensão da cultura e da sociedade.

Por fim, são essas representações carregadas de sentidos, de informações preciosas sobre o processo do *impeachment* sobre as quais nos debruçamos com mais atenção no próximo capítulo, tendo como objeto de nossa análise os *corpora* de representações das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre o *impeachment*, através da sua submissão a uma minuciosa análise. A partir desses conteúdos, serão selecionados os dados com a finalidade de compreender não apenas os discursos que estão por trás e sustentam toda a elaboração dos enunciados, mas quais grupos sociais que entram em disputa no cenário político nesse específico recorte temporal.

CAPÍTULO 3 – O SOMBREAMENTO E A LUZ DAS IMAGENS NAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

Depois de termos desenvolvido um arcabouço teórico, fundamento de nossa análise, demonstrando a relevância do estudo das imagens/discursos/representações para entendermos o funcionamento das sociedades e elaborações das culturas através das versões sobre a vida social nelas e a partir delas produzidas, buscamos delimitar nosso objeto de análise dentro de um contexto histórico que começa no mês de dezembro de 2015 e vai até setembro de 2016, cobrindo um período dos acontecimentos políticos que circundaram o processo de *impeachment* da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, os quais são objeto de trabalho de vários meios de comunicação de massa, em sua tentativa de influenciar o curso dos processos políticos que marcaram a história recente do país.

Partindo do entendimento de que a construção midiática da cultura perpassa pelo intercâmbio de sentidos entre os membros de uma determinada sociedade, como vimos em Hall (2016), buscamos, a partir de uma amostra de materiais impressos por duas revistas de circulação nacional, com periodicidade semanal, analisar os significados culturais partilhados nelas, os quais afetaram e regularam a organização de práticas sociais, gerando efeitos objetivos e práticos.

Foi pensando dessa maneira, que começamos nossa análise no mês de dezembro, mais especificamente no dia 02, no qual o presidente da Câmara dos Deputados Federais, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acolheu o pedido de *impeachment* protocolado na Câmara pelo procurador de justiça aposentado, o Sr. Hélio Bicudo, e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, no qual acusavam o governo de ter cometido crime de responsabilidade.

A acusação foi reforçada pelo anúncio do Tribunal de Contas da União da reprovação das contas públicas da presidenta DR referentes ao ano de 2014, em uma conjuntura de recessão econômica em que o país entrava neste ano, se avolumou o gasto com a Olimpíada e a Copa do Mundo de Futebol e começaram a se articular interesses de grupos políticos de oposição à presidente, os quais se expressaram através de parcela

importante da mídia brasileira, através da qual construíram a justificação do impedimento de Dilma Rousseff. Focalizamos nossa análise de conteúdo num contexto específico como forma de o isolarmos artificialmente do fluxo de discursos produzidos e disseminados na sociedade brasileira, para investigar aspectos materiais da mensagem, abordando a construção dos sentidos em disputa ao longo do período selecionado.

Buscamos compreender no processo de comunicação estabelecido através dos *mass media*, uma de suas características fundamentais, a construção de sentidos binários na difusão das mensagens, na qual uma minoria que controla de modo mais efetivo os meios de comunicação mais eficazes, produz, de forma quase industrial, mensagens que a grande massa absorve em silêncio (KIENZ, 1973, p. 19).

Analisando o conteúdo publicado nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, destacamos como o *impeachment* foi sendo representado, desde a aceitação na Câmara até sua consecução. Nesse cenário de crise os meios de comunicação de massa assumem um papel relevante, e refletir sobre os repertórios, os elementos utilizados na construção midiática do acontecimento político torna possível o desvelamento dos mecanismos condicionantes que constituem as lutas pela hegemonização de versões dos acontecimentos e fenômenos socioculturais e políticos.

Reforçamos nossa intenção já acima mencionada de que para compreender o poder, também devemos levar em consideração os elementos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo as capacidades que os grupos sociais em conflito têm de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação” (HALL, 2016, p.193). Através de práticas representacionais, nas quais a estereotipagem é um elemento-chave, essas revistas assumiram posturas ideológicas distintas, na maioria das vezes bem explícitas, na produção do discurso sobre o acontecimento aqui estudado.

Lembramos também que nossa análise também se inspira na ideia de Foucault (1996, p.8-9) assim exposta:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e

perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Dessa forma, quando analisamos os discursos proferidos por esses periódicos de circulação nacional, não estamos apenas traduzindo os interesses dos diferentes grupos que compõem nossa sociedade, mas também a luta por um monopólio da verdade, pelo controle da explicitação do que é o mundo e de como ele funciona. Através dos discursos as ideologias se materializam, estratificações sociais se consolidam, pessoas ou grupos são marginalizados e discriminados. O discurso nessa perspectiva simboliza um dispositivo na luta pelo poder.

Barreiros & Amoroso (2008) apontam para a inexistência de um jornalismo imparcial, isento, neutro e objetivo, pois as informações existentes em qualquer veículo de comunicação de massa passam por um filtro subjetivo que está em consonância com a posição política assumida por cada linha editorial.

Em um estudo que toma como objetos as mesmas revistas que escolhemos analisar, eles focalizam a influência do posicionamento político na cobertura jornalística, analisando as narrativas da grande mídia sobre processos políticos que estavam sendo representados naquele momento, como o *escândalo do mensalão*, bastante explorado por vários meios de comunicação. Eles mostram como, de maneira explícita, se opera a construção de discursos opostos sobre um mesmo acontecimento, como as posições editoriais previamente assumidas pelos dois periódicos afetam de maneira significativa a construção da divulgação dos fatos, traduzindo-se na omissão de informações, na preservação de alguns atores políticos e na ênfase em outras informações e criminalização de outros atores.

No nosso estudo, a análise de conteúdo realizada parte da assunção pública, pelas revistas selecionadas, da positivação do *impeachment* e da negatificação dele. Nosso objetivo é discutir como as duas visões distintas assumidas pelos grupos que possuem as revistas citadas influenciaram as coberturas jornalísticas de modo a *criar diferentes realidades* em relação ao *impeachment* de DR.

Levamos em consideração essa constatação da parcialidade na produção jornalística, na qual cada etapa do processo de produção de uma notícia mobiliza filtros ideológicos, desde a escolha do que será ou não divulgado, passando pelo enfoque que é dado ao fato (*a*

pauta), como também do que será pesquisado (*a cobertura*), quem terá voz dentro da notícia (*a escolha das fontes*) e, por fim, a seleção do que foi apurado e será veiculado (*a edição*). Cada uma dessas etapas são momentos nos quais o acontecimento ou fato vai sendo elaborado, construído de modo a representa-lo para seus receptores, o público consumidor dos enredos e representações produzidas e colocadas em circulação.

A análise de conteúdo torna-se relevante neste estudo, tomando as mensagens como objetos materiais, suscetíveis de medição e de quantificação, e entendendo as revistas como suportes materiais, como meios através dos quais se conectam *emissores* e *receptores*, meio este que se apresenta de maneira alguma passivo nessa relação, exercendo um papel significativo na construção das versões mais ou menos aceitas da vida social.

Foram analisadas as edições impressas e publicadas semanalmente da *Veja* e da *Carta Capital*, cobrindo o período de 10 meses. No caso, foram 80 edições das revistas analisadas, sendo 41 da *Veja* e 39 da *Carta Capital* (as que excedem nas da *Veja* foram nos meses de março e abril, em abril no dia 21 de 2016, devido a publicação de um número extra, dedicado ao balanço geral do processo de *impeachment*). Selecionamos nesse *corpus* formado de duas partes as peças produzidas relativas à temática do *impeachment*, concentrando nossa análise nas capas e editoriais, os quais foram, através da análise dos conteúdos das notícias e enunciados sobre o processo político que apreciamos nesse estudo, submetidas a operações de quantificação, classificação e identificação das estratégias ou recursos mobilizados por essas duas agências para construção de suas representações do *impeachment*.

A análise das capas se reveste de importância crucial na medida em que elas estabelecem de modo sintético as relações sógnicas realizadas nas diversas outras partes dos periódicos, guardando um caráter de síntese representacional da linha de abordagem em suas conexões com processos de constituição dos sentidos ou significados da cultura em seu caráter englobante. As capas combinam mais de um tipo de signo – as palavras, signos verbais caracterizados pela arbitrariedade e pela linearidade; as imagens, signos icônicos caracterizados pela mobilização de associações, afetações mediadas pela visualidade (VIEGAS 2014).

Partiremos passo a passo, através de nossa análise dos conteúdos, das notícias e enunciados sobre o processo político que apreciamos nesse estudo, na tentativa de enumerar, classificar e identificar as estratégias ou recursos mobilizados por essas duas agências para construir representações/discursos/imagens através das quais disseminaram interpretações do *impeachment*.

Os editoriais das revistas, por sua vez, também são significativos, pois neles o editor apresenta seu posicionamento, que organizará cada publicação. Nessa seção o editor faz seus comentários sobre os assuntos que tiveram maior repercussão social, geralmente sobre acontecimentos que antecederam a publicação da revista. Esse texto possui um caráter jornalístico e também declarativo do modo de endereçamento adotado, apresentando um tom aparente de conversa mais próxima com o leitor, na qual se apresenta o posicionamento da revista a ser exercitado na interpretação dos fatos focalizados, na seleção, edição e apresentação das matérias que moldam a edição do número da revista publicado.

O editor é o profissional responsável por estabelecer os critérios para a organização dos temas e notícias que configurarão em uma edição, estabelecendo também o espaço destinado a cada matéria, os modos de diagramação, com seus destaques e ênfases dados, as ilustrações incluídas – fotos, charges, coloração, tipos e tamanhos das fontes, dentre outros elementos a serem considerados. Esse profissional, ao escolher as notícias e matérias que terão maior destaque, determina quais os tipos de linguagem e abordagem que serão utilizados, traduzindo a linha ideológica do jornal, revista ou outro tipo de produto midiático, sempre com o objetivo de apontar na direção de privilegiar segmentos sociais dos quais o periódico é tributário, cujos interesses serão defendidos e refletidos.

Foi pensando nessas duas seções das revistas, que procuramos em nossa análise estabelecer uma relação entre as capas e seus editoriais, quando possível, pois nem sempre os editoriais das revistas tratam de assuntos que estão estampados nas capas. Percebemos em nossa análise que quando há uma relação direta com a capa, isso ocorre quando a revista busca se posicionar em relação a algum assunto de grande repercussão social, ou quando o conteúdo estampado na capa tenha repercutido na sociedade de maneira negativa. Por exemplo, a *Veja* trouxe na edição 2465, do dia 17 de fevereiro de 2016, estampada na

capa a imagem de duas jovens e ao lado delas a palavra em caixa alta *SEXO*. A edição falava de uma suposta revolução que estaria em curso e provocada pela geração Z. Isso, parece ter repercutido negativamente e a revista, logo em seguida, na publicação 2466, do dia 24 do mesmo mês, em seu editorial se posicionou sobre o assunto. O editor chega a argumentar que seria natural, que a maior revista do país, desagrade muita gente. E conclui afirmando que o lado pelo qual a revista se posiciona é o lado da *economia de mercado*, o lado do progresso social com igualdade e oportunidades para todos (ed. 2466, p.10).

Seguindo essa lógica, destacamos a relevância em observar os conteúdos de cada uma das revistas. Num primeiro momento analisamos as capas e seus respectivos editoriais e num segundo momento fazemos a análise de todos os editoriais, destacando as formas, os recursos utilizados por cada editor para a focalização e construção midiática do processo de *impeachment* da presidente.

Iniciamos nossa análise estabelecendo uma ordem cronológica dos fatos relativos ao processo de *impeachment*, para depois nos concentrarmos na análise de cada um dos momentos delineados e sua produção representacional nas revistas aqui focalizadas.

3.1 – A cronologia dos processos de impeachment da presidente Dilma Rousseff

3.1.1 A conjuntura anterior à abertura do processo

Dilma Rousseff foi eleita em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência do país, sendo a primeira mulher a assumir o Palácio do Planalto. Foi empossada em 1º de janeiro de 2011, ocupando o posto de 36ª presidenta da República. Tendo recebido 55.752.483 votos, o equivalente a 56,05 % dos votos apurados, Dilma Rousseff, eleita em segundo turno deu continuidade ao programa de governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que governou o país durante oito anos, com grande adesão popular. Em 2013, enfrentou uma onda de protestos realizados em todo o país, marcados por críticas direcionadas aos políticos em geral e aos integrantes dos três poderes¹, o que levou Dilma a anunciar projetos destinados a atender os pleitos da

¹ Dados retirados do site: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-Rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>

população, assim como uma reforma política, que não se concretizaria. Essas manifestações de rua duraram até a realização da Copa do Mundo de Futebol, quando a presidenta foi vaiada e insultada com gritos de “Ei, Dilma vai tomar no cu!” ao chegar para a abertura dos jogos.

Durante as eleições de 2014, num contexto de crise econômica que atingia o país e da queda da aceitação do seu governo, Dilma foi reeleita numa disputa acirrada, obtendo 51,06 % dos votos contra 48,03% do seu adversário Aécio Neves (PSDB-MG). A partir de então o que vimos foi um processo de intensificação de ataques e desqualificação da maior parte da “grande mídia” contra a sua reeleição². O próprio Senador Aécio afirmou, no ano seguinte, a impossibilidade da presidente concluir o seu mandato, fazendo alusão ao suposto crime de responsabilidade fiscal, que ficou popularmente conhecido como “pedaladas fiscais”. Em outubro de 2014, no dia 26, dia da vitória da presidente, surgem as primeiras manifestações favoráveis ao impedimento do governo da presidenta recém reeleita. Uma polarização partidária começa a ganhar visibilidade na mídia, se intensificando e dividindo, primeiramente São Paulo, entre os partidários do Senador derrotado nas eleições e os petistas que celebravam a vitória nas urnas, depois todo o país.

Ainda em 2014, em um momento marcado por declínio do produto interno bruto (PIB), crescimento da inflação e início das investigações que culminaram na operação Lava Jato, envolvendo a Petrobras, políticos e empreiteiras, a presidenta, que se negou a conceder privilégios extras aos membros do Congresso Nacional e impedir as ações da Lava-Jato em relação a políticos eminentes, viu sua base de apoio se esfacelar, fazendo com que seu governo pressionado não conseguisse maioria em votações em projetos e reformas estruturais necessárias para o país naquele momento. Dilma assumiu seu segundo mandato em 1º de janeiro de 2015, enfraquecida por uma crise econômica aguda e pelas denúncias que atingiam os partidos que a apoiaram. A partir de fevereiro, seus índices de popularidade entraram novamente em declínio³ e, por todo o país, começaram as manifestações dentre as

² *Idem*

³ Dados retirados do site: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/um-ano-e-oito-meses-depois-de-empossada-dilma-Rousseff-deixa-o-poder/tablet>.

quais as conhecidas como “panelaços”, resultando em um crescimento significativo da rejeição ao seu governo e na apresentação de vários pedidos de *impeachment*⁴.

3.1.2 A abertura do processo de impeachment de Dilma Roussef – o papel de Eduardo Cunha (02/12/2015)

Em 2 de dezembro de 2015, no mesmo dia em que a bancada do PT na Câmara anuncia que vai votar no Conselho de Ética pela continuidade do processo de cassação do então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) - acusado de crimes de corrupção pela Lava Jato -, o deputado admite formalmente a abertura do processo de *impeachment* de Dilma, baseado no requerimento feito por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Ainda no mesmo mês, no dia 5, Aécio Neves (PSDB-MG), junto com outros líderes da oposição, elaboram um vídeo convocando a população para um protesto na Avenida Paulista. Nesse vídeo, divulgado no perfil do senador no *Facebook*, ele cita as denúncias de corrupção na Petrobras feitas e apuradas pela Operação Lava-Jato e afirma que o protesto seria um encontro "em favor da democracia", da "ética" e de um “Brasil melhor”. Por fim nesse mesmo mês, o PSDB, partido do mesmo Senador, solicita ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do registro de Dilma e do então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), acusando o Partido dos Trabalhadores (PT) de ter usado na campanha eleitoral dinheiro de corrupção, e requer que Aécio assuma a Presidência do país.

Esse é o clima político que o país enfrentará nos meses seguintes: é produzido um imaginário de incerteza e insegurança quanto ao respeito aos preceitos da democracia burguesa no ano de 2016. A queda da popularidade da presidenta, que já vinha sofrendo duras críticas por parte dos grandes meios de comunicação de massa do país, revelaram a luta existente por trás dos noticiários, que não lhe davam trégua desde 2013, quando, paralelamente, os primeiros grandes protestos aconteciam na cidade de São Paulo, inicialmente e aparentemente contra o aumento das passagens de ônibus no Estado. A grande mídia não tardou em federalizar a onda de manifestações de rua ali iniciadas. O caráter difuso, enigmático e multifacetado das manifestações ajudou enormemente a montagem de uma farsa midiática (SOUZA, p.99, 2016).

⁴ *Idem.*

Em 23 de fevereiro de 2016, o marqueteiro do PT, João Santana, e sua esposa são presos, suspeitos de terem recebido US\$ 7,5 milhões no Exterior por meio do esquema de corrupção na Petrobras. Em 3 de março, o Senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso desde de novembro de 2015, por obstruir as investigações da Operação Lava-Jato, firma um acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República em troca de uma possível redução de pena e faz acusações contra Dilma e Lula. Dez dias depois, o governo Dilma é alvo do maior protesto nacional pelo *impeachment*: em mais de 300 municípios, ao menos 3,6 milhões de pessoas vão às ruas, de acordo com estimativas da Polícia Militar.

Em 15 de março, é divulgado pelo Supremo Tribunal Federal o teor da delação de Delcídio do Amaral (PT-MS). O Senador afirma que a presidente agiu para manter na Petrobras os diretores comprometidos com o esquema de corrupção e atuou para interferir no andamento da Lava Jato. Dois dias depois no dia 17 do mês corrente, a Câmara elege os membros da comissão especial que analisa o *impeachment*, composta majoritariamente por integrantes do PT e do PMDB, 8 cada. No dia 28 do mesmo mês, a OAB protocola novo pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, com este já somavam 12 os apresentados à Câmara.

3.1.3 A votação na Câmara (17/04/2016) e no Senado (12/05/2016) para julgar a abertura do processo

Em 11 de abril, a comissão especial do *impeachment* na Câmara aprova, por 38 votos a 27, o parecer do relator e envia o caso ao plenário. Para ser aprovado e seguir para o Senado, instância à qual cabe julgar a denúncia, seriam necessários os votos de 342 dos 513 deputados. No dia 13, o Partido Social Democrata (PSD), um dos partidos da base da Presidente, manifesta apoio ao *impeachment*. Manifestações pró e contra o *impeachment* ocorrem em todo o país.

No dia 17 de abril, após três dias de sessão, a mais longa já realizada na história da Casa, o processo de *impeachment* de Dilma passa na Câmara, com 367 votos a favor, seguindo para o Senado. Houve sete abstenções e somente dois ausentes dentre os 513 deputados. A sessão durou 9 horas e 47 minutos; a votação, seis horas e dois minutos. Deputados pró *impeachment* comemoraram intensamente no plenário; deputados contrários ao *impeachment* apontaram a injustiça que o pedido de *impeachment* representava contra a

presidenta. A finalização da decisão pela abertura do processo de *impeachment* aconteceu com o voto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que afirmou a seguinte frase: *Quanta honra o destino me reservou ao sair da minha voz o grito de esperança de milhões de brasileiros*. A votação terminou por volta das 23:45, e a vantagem foi dos votos pró *impeachment* desde o começo. Cada parlamentar tinha cerca de dez segundos para dar o seu voto, e assistiu-se a um verdadeiro espetáculo, no qual políticos faziam homenagens à família, provocações ao governo, assim como também ao grupo favorável ao impedimento da presidente. Expressões como "pelo meu filho", "pelo povo do meu Estado", posicionamentos mais conservadores "por Deus, pela Pátria e pela Família", e até posicionamentos mais contundentes como o enunciado através da expressão "canalhas", usada por Jean Wyllys (PSOL-RJ), foi o que presenciamos. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também não escapou das provocações e foi chamado de "gângster" por Glauber Rocha (PSOL-RJ), de "ladrão" e de "golpista" por outros deputados.

O processo seguiu para o Senado, onde os senadores poderiam manter ou rejeitar a decisão dos deputados em instaurar o processo ou arquivar as investigações, sem analisar o mérito das denúncias. A possibilidade de uma decisão contrária à presidente Dilma Rousseff foi se tornando mais forte ao longo da última semana, quando alguns dos principais partidos da base aliada, como Partido Progressista (PP) e o já citado, Partido Social Democrata (PSD), abandonaram o apoio ao governo e anunciaram voto favorável ao *impeachment*.

Em 12 de maio deste mesmo ano, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o Senado autorizou a abertura do processo de *impeachment*, e determinou o afastamento de Dilma da Presidência da República pelo período de até 180 dias, enquanto ela seria julgada. A sessão começou às 10h de quarta-feira do dia 11, adentrou a madrugada e durou mais de 20 horas.

3.1.4 O julgamento e afastamento definitivo de Dilma pelo Senado (31/08/2016)

O então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), passou a condução do processo para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, no dia 12 de maio, antecipando aquilo que determina a Lei do *Impeachment* (Lei 1.079/1950).

Na abertura da votação, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, comandou toda a fase final do julgamento, leu um resumo do processo de forma cronológica com as argumentações da acusação e da defesa de Dilma. Lewandowski ainda leu os principais pontos do parecer elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator na Comissão Especial do *Impeachment*, e outras estatísticas do processo. Em seguida, um requerimento de destaque para fatiar a votação, assinado pelo Humberto Costa (PT-PE) em nome do PT, que foi lido por Vicentinho Alves (PR-TO).

Em 31 de agosto, por 61 votos a favor e 20 contra, o plenário do Senado afasta definitivamente a presidenta Dilma Rousseff do cargo, por crime de responsabilidade, em sessão que durou mais de 2 horas. Pela segunda vez na história política do Brasil uma figura política é destituída da Presidência da República por meio do *impeachment*. Duas votações foram realizadas no julgamento do afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Na primeira votação, os senadores decidiram sobre o *impeachment*; na outra, os senadores decidiram, por 42 a 36 (e três abstenções), que ela não ficaria inabilitada a exercer cargos públicos.

3.2 Metodologia da pesquisa

Para a consecução dos objetivos aqui propostos usamos como metodologia a Análise de Conteúdo, de acordo com a proposta desenvolvida por Laurence Bardin, que propõe os seguintes procedimentos básicos: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2010, p.95).

A pré-análise refere-se à fase de organização do material a ser analisado, correspondendo a um período de operacionalização e sistematização das ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas previstas no plano de análise (BARDIN, 2010, p.95). Nessa fase, busca-se escolher os documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, assim como também, a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A partir da pré-análise, que tem por objetivo a organização do *corpus* sobre o qual será feita a AC, realiza-se a chamada *leitura flutuante*, que se configura como a primeira

leitura dos documentos, com o objetivo de conhecer o material, deixando-se atravessar por impressões e a primeira observação das tendências discursivas (BARDIN, 2010, p.96).

No presente caso, reunimos as capas de revistas e dos textos editoriais disponibilizados por Veja e Carta Capital, tanto em seus *sites* oficiais na internet, como também nas revistas impressas às quais conseguimos ter acesso, separando os conteúdos das partes selecionadas das revistas que focalizassem o *impeachment*. Tivemos acesso às edições do período focalizado das revistas *Carta Capital* e *Veja* mediante a assinatura *online* delas.

Logo após a leitura flutuante, fomos para uma segunda etapa definida como a escolha dos documentos, que corresponde à constituição de um *corpus*, definido por Bardin (2010, p. 97), definindo o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Nessa etapa são feitas escolhas, seleções com base em regras especificadoras, a saber: a regra da exaustividade; a regra da representatividade; regra da homogeneidade; e enfim a regra da pertinência.

A regra de exaustividade diz respeito a um procedimento de recenseamento do material analisado, pois uma vez definido o campo do *corpus*, é preciso levar em consideração todas as unidades dele (BARDIN, 2010, p. 97).

A regra da representatividade, por sua vez, estabelece que a análise pode ser feita em uma amostra, desde que ela seja uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo (BARDIN, 2010, p.97).

A regra da homogeneidade, por conseguinte, afirma que os documentos retidos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar singularidade fora destes critérios de escolha (BARDIN, 2010, p.98). E por fim a regra da pertinência, que estabelece que os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.

Essas especificações propostas por Bardin (*idem*) foram aplicadas durante a leitura flutuante realizada dos *corpora* da análise, realizada logo após o acesso integral ao material disponibilizado nos *sites* dos periódicos selecionados para a análise a que nos propusemos.

Atendendo à regra da pertinência, focalizamos nossa atenção às revistas datadas de dezembro de 2015 em diante, pois foi neste mês em que foi aceito por parte do presidente da Câmara dos Deputados Federais, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o pedido de *impeachment* protocolado pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal, e é quando ganha força e destaque o possível afastamento de Dilma nas capas e nos textos de diversas outras publicações e mídias.

No período de 02 de dezembro de 2015 a 07 de setembro 2016, foram selecionadas 39 capas de *Carta Capital* e 41 capas de *Veja* com os seus respectivos editoriais que mencionavam diretamente o processo de impeachment de Dilma Rousseff ou que tratavam de figuras e assuntos relativos à crise política, a exemplo das que focalizavam o ex-presidente Lula, o juiz Sergio Moro, o presidente da Câmara dos Deputados Federais Eduardo Cunha, o vice-presidente Michel Temer e os desdobramentos da Operação Lava-Jato. Dessa forma aplicamos nessa pré-seleção a regra da representatividade, escolhendo uma amostra de revistas para analisar que tratassem especificamente do impeachment de Dilma Rousseff, totalizando 80 revistas.

Outra regra que também orientou a escolha dos nossos *corpora*, foi a da homogeneidade, tendo em vista a precaução de aplicar os mesmos critérios de seleção a ambas as revistas, obedecendo à pertinência das datas da publicação das revistas e a temática comum abordada pelas mesmas. Organizamos nossa seleção observando os conteúdos representados com maior ênfase, destacando como foram publicados imediatamente depois de quatro momentos marcantes do processo de impeachment, a saber: (1) a autorização da abertura do processo de impeachment de Dilma por Eduardo Cunha (02/12/2015); (2) a votação na Câmara (17/04/2016); (3) a votação no Senado (12/05/2016) para julgar a abertura do processo; e (4) o julgamento e afastamento definitivo de Dilma pelo Senado (31/08/2016).

Após a análise do material coletado sob o critério do período, foram selecionadas as revistas que focalizaram o tema escolhido para a pesquisa. Das 80 capas analisadas, destacamos 12, 6 edições de cada uma das revistas aqui focalizadas. Essas capas foram analisadas individualmente a partir do seguinte quadro:

Manchete
Bigode ⁵
Ilustração Principal
Chamadas Secundárias (e bigode)
Ilustração das chamadas secundárias
Logotipo da revista
<i>Layout</i>

O levantamento desses dados nos permitiu observar os elementos verbais e não verbais mobilizados para a construção do fenômeno do *impeachment* em suas representações por cada uma das revistas aqui analisadas. De modo específico, analisaremos como o *impeachment* foi nelas construído e como os aspectos construídos e disseminados por essas duas agências de notícias foram ganhando força e intensidade com o passar do tempo.

Logo depois, apresentamos a análise dos editoriais, com os quais buscamos refletir de modo quantitativo a construção dos discursos.

3.3 – Representações sobre o impeachment nas capas e seus respectivos editoriais das revistas VEJA e CARTA CAPITAL

- **As edições das revistas aqui focalizadas publicadas em 09/12/2015, sete dias depois da autorização de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.**

As edições das revistas com que iniciamos nossa análise datam de uma semana após a aceitação da abertura do processo de *impeachment* por parte do presidente da câmara dos deputados federais Eduardo Cunha (PMDB). Uma semana depois, as edições trazem em seu conteúdo o episódio e suas respectivas interpretações. São essas interpretações, o conteúdo delas e quais elementos que elas mobilizam no cenário político brasileiro, que fornecem dados e materiais empíricos necessários a nossa pesquisa. A partir dessas informações, construímos nossa análise de conteúdo, almejando um entendimento crítico

⁵ O 'bigode' é uma expressão do jargão jornalístico para descrever a linha de texto usada logo abaixo da manchete, de modo a complementá-la ou para destacar informações.

das relações entre a mídia e o poder político, as construções midiáticas produzem sentidos relativos aos jogos de poder, questionar, interrogar essas imagens/representações podem desvelar mecanismos determinantes do funcionamento do mundo em que vivemos.

09/12/2015	MANCHETE	<i>IMPEACHMENT</i> (Letras em caixa alta na cor branca)
	BIGODE	<p>“Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha”</p> <p>“O passo a passo do processo que visa derrubar a presidente”</p> <p>“A euforia dos mercados sinaliza que sem Dilma, a confiança volta”</p> <p>“Como a lava-jato dará munição aos defensores do impedimento”</p> <p>“O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo”</p> <p>“A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpar os adversários”</p> <p>“Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente”</p>
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	A presidente Dilma de perfil com expressão de preocupação em um fundo preto. A palavra IMPEACHMENT sobrepõe a sua cabeça.
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS	<p>1.COM VOCÊ NÃO ACONTECE... (em caixa alta e cor branca) /...mas o caçula de Lula copiou/ a Wikipédia e ganhou, pelo plágio, / 2,5 milhões de reais de uma/ empresa investigada na Zelotes (branco sobre fundo preto)</p> <p>2. PARA ESCAPAR DO ZICA (em caixa alta e cor branca) / O que fazer para se proteger/ do vírus que apavora as/ grávidas e ameaça/ virar epidemia no verão (branco sobre fundo preto).</p>
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	<p>1. Foto colorida do filho de Lula de frente.</p> <p>2. Imagem aproximada colorida do mosquito transmissor do Zica Vírus.</p>
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual ⁶ (Vazada em branco)

⁶ Logotipo padrão de *Veja*: localizado no alto da capa, à direita. Quando há chamadas secundárias no topo, vem logo abaixo delas. O nome da revista está escrito em letras maiúsculas e pode ou não ser sobreposto por alguma ilustração. As cores do preenchimento e da borda variam com a edição.

	<i>LAYOUT</i>	A manchete ocupa o centro da revista. Acima da manchete, em letras vermelhas e caixa alta, escrito: especial 24 páginas. O bigode está localizado no centro direito, ao lado da ilustração principal, que está ocupando o lado esquerdo.
--	---------------	--

Começamos nossa análise com a edição 2455 da revista VEJA. Essa edição traz em sua capa a face da presidente com expressão de preocupação em um fundo preto, numa edição especial com 24 páginas.

Nas frases citadas no ‘bigode’ acima apresentadas delinea-se o posicionamento ideológico da revista, apontando para a necessidade da continuidade do processo de impedimento como possível solução para crise política e econômica que o país estava atravessando. Também aponta para a legalidade dos trâmites jurídicos e políticos, para uma suposta aceitação do mercado em relação ao *impeachment* de DR, fazendo comparação direta com o último *impeachment* pós constituição de 1988, no caso, o do ex-presidente Collor que também passou por processo semelhante, porém num contexto distinto. Na capa é afirmado que, assim como Collor, Dilma Rousseff também se comporta acusando seus adversários e, por fim, a necessidade de uma possível mudança no sistema de escolha do chefe do Poder Executivo, uma alusão ao Parlamentarismo, sistema no qual o parlamento teria plenos poderes para essa escolha, diminuindo ainda mais a participação popular direta.

A capa da edição focalizada apresenta-se como potência de significação para temáticas e acontecimentos estampados nela, por ser um objeto que pode ser tomado por nós individualmente, mas também pode ser compreendida tanto em relação aos locais de venda, bancas de revistas em praças, centros urbanos, espalhadas em lugares de encontro de pessoas, multidões que passam, trafegam, como também em relação à memória latente dos leitores, que interpretam e relacionam acontecimentos no curso do tempo. Potência por ser algo que pode ou não se realizar, dependendo sempre da leitura que é feita, do poder de convencimento de um texto, seu impacto na imensidão do social.

O editorial dessa mesma edição não se atém apenas a noticiar o fenômeno do *impeachment*. Nele são emitidos juízos de valor e apresentados conceitos que fundamentam a opinião favorável ao *impeachment*, sem se aprofundar em fontes

especializadas. Não há assinatura nesse editorial, denominado *Carta ao Leitor*, e se trata de um texto introdutório, aparentando um tom de conversa entre o editor e os leitores da revista. Nele é possível verificar o posicionamento da mesma em relação ao acontecimento que antecedeu a publicação. Nesta edição analisada, a carta vem com um título “A beleza do *impeachment*”, título sugestivo que já indica a forma como o processo vai sendo construído na narrativa discursiva. Acima, recuada para a direita, uma imagem da presidente com a expressão mais uma vez de preocupação, e no canto direito superior da imagem, em letras maiúsculas, a frase: ‘ATA OU DESATA: conclusão da crise política é o que se pode esperar do processo contra Dilma no Congresso’.

A palavra *impeachment* no editorial foi utilizada sete vezes, e a frase *não é golpe* utilizada apenas uma vez. O texto da *Carta ao Leitor* inicia apresentando a reportagem de abertura da edição, “Impeachment não é guerra”, e relata que o processo é previsto na constituição. Afirma que *não é golpe* e que, embora haja um confronto direto entre a presidenta e o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB), o *impeachment* não é uma disputa pessoal. No decorrer do texto o editor vai buscando explicar que o processo de impedimento possibilita à “acusada” recorrer, de forma que possa esgotar os recursos que estejam a sua disposição, e que justamente por isso o *impeachment* é um processo democrático e legítimo. Destacando que se o mesmo for executado estritamente dentro do rito regimental, ele é tão legítimo para destituir um presidente, quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país.

Ainda no texto editorial, o editor usa uma fala de Dilma, na qual ela relata seu comprometimento, ao longo de sua vida, com as leis e com “a coisa pública”. Após o texto fazer menção à legalidade do *impeachment* por ser previsto na lei e ser também democrático, conclui com o seguinte raciocínio:

A beleza do processo de *impeachment* está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for o desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade sem inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade.

A impressão transmitida pelo editor foi a de que o impedimento do mandato da presidente resolveria, independente do resultado, a situação de crise que se encontrava o país, reforçando que o processo do *impeachment* era legítimo.

Posicionamento da revista: favorável ao *impeachment*.

<p>09/12/2015</p> 	MANCHETE	FRUSTRAÇÃO E VINGANÇA (em caixa alta vazada na cor branca)
	BIGODE	MORRE A CHANTAGEM DE CUNHA, SOB RAMOS OS RISCOS E AS INCERTEZAS PRECIPITADAS/ PELO PEDIDO DE IMPEACHMENT (em caixa alta, vazado na cor branca).
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Foto montagem de Eduardo Cunha, com um olhar fixo e expressão facial de raiva, suas mãos levantadas em posição de ataque. Abaixo de suas mãos uma foto montagem da presidente Dilma correndo, vestindo um sobretudo vermelho e uma expressão facial de medo e horror – uma alusão à fábula de chapeuzinho vermelho.
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	REBELIÃO JOVEM/ Os estudantes paulistas resistem às pressões do governo Alckmin/ INVESTIMENTOS/ Empresas Chinesas à cata de oportunidades no mercado brasileiro / ESTADOS UNIDOS/ Um rigoroso estudo/ desfaz a ilusão de que/ o poder emana do povo (vazado, nas cores preta e fundo branco).
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	Foto colorida do imperador brasileiro Dom Pedro I.
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual ⁷ (nas cores vermelho e branco), as sílabas “ta” e “ca” sobrepõem a cabeça de Eduardo Cunha.
	LAYOUT	A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado abaixo da manchete, e ao lado esquerdo da ilustração. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista. As chamadas secundárias estão localizadas acima do logotipo sobre uma tarja branca. À direita delas, a fotografia. O logotipo da revista ocupa a posição habitual.

⁷ Localizado no topo da capa, ocupa toda sua largura, abaixo das chamadas secundárias situadas no topo. O nome da revista é vazado e as cores do preenchimento e da borda variam de acordo com a edição.

Na edição 879 da revista Carta Capital, publicada uma semana depois da aceitação pelo Presidente do processo em que se pedia a abertura do *impeachment*, no dia 09 de dezembro de 2015, destacamos a forma como os personagens envolvidos no processo foram representados na capa. Apresenta-se a imagem do então deputado federal Eduardo Cunha com um semblante sorridente com as mãos num gesto de ataque, como se fosse agarrar a presidente Dilma Rousseff que está logo abaixo representada de corpo inteiro, vestida num sobretudo vermelho, com um semblante de pavor e na posição de corrida, como se estivesse fugindo do deputado. Logo abaixo, encontramos a frase “FRUSTRAÇÃO E VINGANÇA”, transmitindo a ideia de que o deputado estava se vingando por não ter tido o apoio do Partido dos Trabalhadores contra sua cassação no Conselho de Ética.

Essa edição da revista transmite a sensação de que o deputado agiu pensando em si e que de agora em diante o país adentraria num momento político delicado e incerto. O subtítulo aponta para esse raciocínio: “Morre a chantagem de Cunha. Sobram os riscos e as incertezas precipitadas pelo pedido de *impeachment*”.

No editorial, assinado pelo jornalista Mino Carta, sob o título “Tempos de Chantagem”, o editor parte do raciocínio de que vivemos uma tragédia iniciada há 500 anos. No texto, o editor aponta para um espetáculo trágico que estamos vivendo, no qual o presidente da câmara chantageia o governo para salvar sua própria pele. Segundo o editor, a chantagem é *tipicamente brasileira*. Dela resulta também a delação premiada que põe em cheque a presunção da inocência, a fragilidade da democracia no Brasil e o papel da mídia nativa sempre seletiva e parcial. Para o editor os responsáveis pela crise atual são aqueles que usaram o poder para proveito próprio: colonizadores, escravistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a república *etc.* (p.18).

Também há uma referência ao golpe de 1964, que segundo o editor foi coroado 20 anos depois com o enterro da campanha das “Diretas Já”, movimento que pedia eleições diretas para a escolha do presidente do país, em 1985, quando, como um sinal da farsa então encenada os enunciadores do processo de redemocratização colocaram na presidência do país José Sarney, de forma indireta, mais uma vez através de conchavos entre partidos

como PMDB, a grande mídia e os militares. É feita uma analogia com o livro do cientista social brasileiro Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, a lógica da casa-grande tendo como senhor de tudo o proprietário da terra, num regime patriarcal e escravista que condicionava a estruturação da vida social. O texto aponta também para a aliança entre a mídia e o poder, quando elegeram Fernando Collor e depois tiraram do governo quando começou a ‘cobrar pedágios demais’ (p.18). O aspecto político é enfatizado no texto, quando tenta demonstrar que o PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro) foi responsável pelas maiores infâmias contra os interesses da nação, a compra de voto para reeleger Fernando Henrique Cardoso (FHC), e manter longe da opinião pública as possíveis infrações de alguns de seus familiares.

No texto existe a menção ao ex-presidente Lula, que, para o editor, ofereceu esperança à nação, acenando para uma possível mudança social, para o progresso. Afirma que o bom para o governo nesse momento seria não capitular à chantagem de Eduardo Cunha, que representa uma elite que só pensa em si própria, em seus interesses e na administração deles. Para o editor, por fim, a saída ou uma possível solução seria a Justiça. O aspecto legal é utilizado no texto, quando o editor questiona: “não seria o STF guardião da constituição? Os botões me puxam pelo paletó: que esperar desta Justiça desvendada, embora tão verborrágica, empolada, falsamente solene?” (p.19). A frase *o impeachment* era e continua a ser golpe aparece apenas uma vez.

A impressão transmitida pelo editor foi a de que o país estava entrando num momento de crise, por um lado por conta do sentimento de vingança do Eduardo Cunha, por outro, por uma característica histórica que se repete a cada geração, na qual a uma suposta elite prioriza seus próprios interesses às custas de uma maioria pobre e sem oportunidades. E que as instituições que gerenciam a Justiça no Brasil nunca foram imparciais.

Posicionamento da revista: desfavorável ao *impeachment*.

- **Análise das edições das revistas publicadas em 16/12/2015, duas semanas seguintes à autorização de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff**

Escolhemos essas edições, as duas capas, por representarem elementos importantes sobre a construção do fenômeno analisado. As revistas, duas semanas após a aceitação da abertura do processo de *impeachment*, lançaram mão de elementos que serão muito recorrentes em ambas. Por exemplo, de um lado a crítica ao plano econômico do governo Dilma, na *Veja*, e do outro a ideia de que existia um complô se articulando para tomar o poder, na *Carta Capital*. Essas ideias, assim como outras que apresentamos durante a análise, foram fortemente exploradas, o que nos levou a destacar as seguintes capas e seus respectivos editoriais.

	MANCHETE	A MÁQUINA DO ATRASO DE DILMA (Vazada em preto)
	BIGODE	COMO A PRESIDENTE FEZ A INDÚSTRIA RETROCEDER 65 ANOS, A POLÍTICA ECONÔMICA VOLTAR/ AO TEMPO DO ESTADISMO MILITAR, A RECESSÃO PUNIR OS BRASILEIROS COMO NÃO OCORRIA/ DESDE 1981 E A INFLAÇÃO DE 10% RUGIR DEPOIS DE TREZE ANOS DOMADO (Caixa alta em preto)
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Imagem da presidente Dilma de frente, dentro de uma TV antiga em preto e branco. Na antena da TV um pedaço de bucha de aço. Ainda dentro da TV a seguinte frase: ...aí a nossa nova matriz econômica...
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	1. PRESTAÇÃO DE CONTAS (Caixa alta de cor preta) / A pior semana do clã Lula/ nos domínios da Justiça (preto sobre fundo branco). 2. ORGULHO DOS VIZINHOS (Caixa alta de cor preta) / Argentinos e Venezuelanos saem na/ nossa frente e derrotam o populismo (preto sobre fundo branco).
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	1. Foto colorida de Lula de perfil com fundo preto. 2. Foto colorida de Juliana sorrindo e atrás dela o seu esposo, presidente da Argentina, Macri com as mãos levantadas e sorrindo em uma sacada. Com uma legenda abaixo
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (Vazado preto). As letras “e” e “j” sobrepõem as antenas da TV
	LAYOUT	A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado abaixo da manchete na base da revista. A ilustração ocupa o centro da revista. As chamadas

		secundárias estão localizadas acima do logotipo. À esquerda de cada uma delas suas respectivas fotos. O logotipo ocupa a posição habitual.
--	--	--

Catorze dias depois de aceite do pedido de abertura de processo de *impeachment* contra a presidente, a edição de número 2456 da revista *Veja* traz estampada na capa um televisor antigo, com a imagem em preto e branco de Dilma Rousseff e com a legenda ...*ai a nossa nova matriz econômica...* passando a imagem que o Brasil estava regredindo, e apontando para o fato de que a gerência do governo pela petista, teria afetado de modo significativo a indústria e conseqüentemente a economia. A manchete ‘A MÁQUINA DO ATRASO’, reforça esse aspecto, assim como o subtítulo com a seguinte frase:

Como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada.

As chamadas secundárias, uma com a imagem do ex-presidente Lula de perfil e com um semblante de preocupação com os seguintes dizeres ao lado: PRESTAÇÃO DE CONTAS – *A pior semana do clã Lula nos domínios da Justiça*. A palavra clã denota a ideia de que aqueles que fazem parte de uma mesma linhagem, parentesco, aspectos em comuns, no caso específico o partido a que pertence o ex-presidente, serão punidos pela Lei. Do outro lado a imagem do presidente eleito na Argentina Mauricio Macri, considerado por muitos cientistas políticos, como de centro-direita, com a sua esposa e logo ao lado a chamada: *Argentinos e Venezuelanos saem na nossa frente e derrotam o populismo*. Para a revista ambos os países, assim como o Brasil, estariam sendo governados por políticos que fazem de tudo para seduzir o apelo popular, interpretados como governos de esquerda e centro-esquerda. O conceito de populismo⁸ é trabalhado como uma característica comum dessas formas de governo, que não buscam apenas a adesão popular, mas o controle e aumento do poder estatal. A edição da revista *Veja* faz uso desse conceito e a partir dele faz referências à Venezuela como sendo um país governado por ditadores.

⁸ O populismo como conceito possui várias acepções, na América latina ganha força a partir dos anos 30, como estratégia política de conciliação entre o capitalismo desenfreado e as reivindicações por direitos dos movimentos sociais que representavam a maioria da população desassistida e desprivilegiada. É um conceito chave que surge em nossa análise e diz muito sobre a maneira como a história política no Brasil foi sendo construída e contada, não apenas em jornais, mas reproduzidas nas universidades, por especialistas e intelectuais da classe média em livros e revistas.

Toda a montagem da capa foi elaborada para passar a imagem de que regredimos, que velhos problemas voltaram a atormentar a nação, e que talvez haja uma possibilidade de voltar a ‘crescer’, ‘progredir’. A solução indicada pela *Veja* seria a derrota dos partidos tidos como populistas, como supostamente acontecera na Argentina e pensaram que aconteceria na Venezuela.

No editorial dessa edição, que possui como título *A Igrejinha Arcaica*, a referência à ideia de algo ultrapassado é mais uma vez empregada. O recurso da comunicação não verbal, com o uso da imagem de um televisor velho com a imagem da presidente, busca reforçar o tema central do texto, uma crítica à maneira como o governo da então presidenta gerenciava economicamente o país. A revista tenta mostrar como a falta de controle, a “paralisa” do Planalto Central, estava provocando uma crise econômica que há tempos vinha assolando o Brasil, apontando para um suposto *arrogante experimento estatal* definido pela presidente como nova “matriz econômica” (p.12), que consiste numa economia voluntarista e intervencionista. O texto ainda faz uma analogia entre o governo de Dilma e os governos militares, a exemplo do general Ernesto Geisel, que, segundo a *Veja*, quebrara o Brasil nos anos 70, com uma política de protecionismo de preços e a manutenção de um gigantesco corpo burocrático. Para essa edição da *Veja*, a exploração energética do pré-sal possuiria a mesma cegueira ideológica nacionalista de 1953 (p.12), alusão ao governo de Getúlio Vargas quando começou a exploração do petróleo no Brasil e a criação da Petrobrás.

Para a revista *Veja*, essa forma econômica de gerir o país dera origem ao maior escândalo de corrupção da era moderna, pois concentrou poder e riqueza nas mãos de burocratas e políticos. O recurso a dados históricos, sem citar suas fontes, continua sendo utilizado pela revista, que afirma que desde 1981 os brasileiros não teriam estado submetidos aos rigores de uma depressão econômica profunda como a de então (p.12). O editor afirma ainda que desde 2002 não sofríamos com o aumento do desemprego e com uma inflação superior a 10%. Por fim, o texto afirma que a presidenta não deveria estar preocupada em perder o mandato por causa das pedaladas fiscais e sim com os efeitos da sua forma de gerir economicamente o país. Para o editor, a presidente não seria capaz, por não se dar conta, nas palavras do editor, das atropeladas da razão, da capitulação diante do

senso comum, da álgebra, da lógica comezinha e da língua portuguesa (p.12). Subestimando sua capacidade intelectual e passando a imagem de que a presidenta não traria o progresso econômico ao país, pois sua política não trazia nada de novo, o texto conclui que a política econômica de Dilma Rousseff não tinha a menor chance de dar certo, por isso dera errado (p.12).

Posicionamento da revista: favorável ao *impeachment*.

<p>16/12/2015</p> 	MANCHETE	O COMPLÔ (em caixa alta, vazado na cor vermelha)
	BIGODE	ELES SE UNEM NA TENTATIVA GOLPISTA DO <i>IMPEACHMENT</i> , EM PROVEITO DE UM PROJETO PESSOAL DE PODER.
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Foto de Eduardo Cunha em segundo plano ao lado da foto de Michel Temer em primeiro plano. Ambos vestindo terno e gravata. Imagem em preto e branco, ambos com olhares compenetrados, como se estivessem a tramar algo. Acompanhando a ilustração principal na parte de baixo recuado à esquerda, os nomes de cada um deles (em caixa alta na cor branca). Acompanhando a ilustração principal, a seguinte legenda: EDUARDO CUNHA/ MICHEL TEMER (caixa alta, na vazado na cor branca).
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	SUPLEMENTO/ Grátis com esta edição um raio X de Minas Gerais/ ELEIÇÃO NA CBF/ Marco Polo Del/ Nero, o Cunha/ do futebol/ VENEZUELA/ A derrota do/chavismo deságua/ em um impasse. (na cor preta e fundo branco)
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	1) foto colorida de um suplemento grátis da revista, com imagens do estado de Minas Gerais. 2) uma garrafa de vinho com uma imagem no rótulo de uma caveira com um tapa olho.
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (nas cores vermelho e branco)
	<i>LAYOUT</i>	A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado na base, abaixo da ilustração principal. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista e traz a legenda à esquerda. As chamadas secundárias estão localizadas acima do logotipo sobre uma tarja branca. O logotipo ocupa a posição usual.

A capa da revista *Carta Capital*, duas semanas após ser aceito o pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, traz estampada em sua edição de número 880, a

imagem em preto e branco do então presidente da Câmara Eduardo Cunha e o vice presidente da república Michel Temer, duas personagens importantes no processo de impeachment. A ilustração principal além de trazer a imagem de ambos com seus respectivos nomes em branco logo abaixo, traz também a manchete principal estampada em vermelho: ‘O COMPLÔ’, com dizeres em branco em segundo plano: “Eles se unem na tentativa golpista do *impeachment*, em proveito de um projeto pessoal de poder”. A capa trabalha com a ideia de que a aceitação do pedido de impeachment não passou de uma trama secreta das lutas pelo poder.

No editorial, também assinado por Mino Carta e intitulado “Chamem o Cunha”, o editor busca demonstrar que o pedido de impeachment não passa de uma estratégia política adotada pela elite do país com o intuito de tomar o poder. Para o editor chefe da revista Carta Capital, em 1964 a elite brasileira toma o poder do estado através de um golpe militar, nessa ocasião a elite consegue o apoio de generais nessa empreitada. Mas no contexto político atual, elabora o editor sua reflexão, “não basta a força e a coerção das armas, basta apenas o consentimento do presidente da Câmara, que já deveria ter sido cassado” (19). Essa assertiva é justificada. Observando os pontos de argumentação e os recursos empregados na construção teórica da revista acerca desse momento inicial do processo de *impeachment*, cabe destacar o recurso das analogias descritas pelo editor entre o momento de destituição do presidente João Goulart, que no passado teve como consequência a instauração de uma ditadura militar, e os acontecimentos recentes da política atual. O editor busca transmitir ao leitor que, dentre as diferenças existentes em cada momento histórico, destacam-se os seus personagens protagonistas, do passado ao presente. Nas palavras do editor:

Ao fim da ditadura, o Brasil pretendeu apresentar-se ao mundo como país de democracia reencontrada, e houve quem acreditasse, aqui e lá fora, que era pra valer. E é a sombra de um simulacro que se movem as personagens do novo enredo (p.18).

O texto dessa edição da revista Carta Capital possui um tema central semelhante ao usado pela revista Veja no mesmo período aqui analisado. Mas diferente da revista Veja, que usou o recurso histórico como forma de argumentação para dizer que a maneira como a política econômica exercida pela presidente Dilma estaria levando o país a uma crise,

assemelhando-se aos governos populistas e nacionalistas de Vargas ao General Geisel, a revista Carta Capital, a partir de uma analogia também histórica, tenta apresentar as diferenças entre 1964 e o processo de *impeachment* da presidenta, que estava tomando forma. Por mais que o processo de redemocratização do Brasil nos anos 80 tenha se efetuado de maneira questionável no governo de José Sarney, o editor afirma que era melhor do que essa encenação do espantoso espetáculo em cartaz (p.18). O texto faz alusão à dramaticidade, quando fala sobre a dificuldade em classificar o espetáculo profundamente brasileiro que somos obrigados a assistir (p.18).

Nesse espetáculo agem Eduardo Cunha e Michel Temer, ambos motivados pelo oportunismo da situação que começa a ganhar corpo no contexto político atual, que sinaliza para a formação de um possível golpe. Eduardo Cunha que deveria ter sido cassado pelo Supremo Tribunal Federal, um vice-presidente que escreve uma carta em apoio às empreitadas obscuras do presidente da Câmara, depois de se mostrar decepcionado com o que ele considera um ‘descaso’ da presidenta para com ele. Para o editor, o momento poderia parecer confuso, mas fazia com que alguns personagens emergissem e se destacassem no palco da política brasileira. Por um lado reclama sobre a participação do senador Aécio no processo de impedimento contra a presidente; por outro surge um Ciro Gomes, que citando Leonel Brizola em defesa de João Goulart, busca resistir ao *impeachment*. O texto trabalha com a ideia de que o *impeachment* sendo possível, nos moldes apresentados, seria um golpe. A palavra “golpe” aparece três vezes.

Por fim, o editorial apresenta a possibilidade de haver ‘esperança para crise’, a de que ‘a razão pudesse prevalecer’, que o impedimento não prosperasse e Dilma permanecesse onde estava (p.19). Que ainda havia tempo para impedir o desastre final e dar outro rumo ao país, como fez Vargas nos anos 50 e Lula em 2002. Para o editor, o golpe nos anos 60 não foi pelo temor de que o Brasil viesse a ser uma Cuba, mas pelo temor da emancipação da classe operária, o temor da elite em relação ao surgimento de um “autêntico proletariado”, capaz de se tornar mola do progresso e da contemporaneidade, como se dera bem antes na Europa (p.19). Fazendo menção ao conceito criado por Gilberto Freyre, o editor conclui afirmando que naquele momento, para a ‘casa-grande’ era indispensável impedir a permanência do PT no comando (p.19) e que o golpe abriria o

caminho para a privatização da Petrobras e para a submissão do Brasil aos Estados Unidos da América.

O recurso ao uso da linguagem não verbal também existe no editorial dessa edição: há em uma página a imagem de Ulysses Guimaraes, que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte em 1988, segurando e a elevando para o alto com as mãos, a Constituição brasileira. Na página seguinte, a imagem de um tanque militar e a seguinte frase recuada à esquerda: ‘Se houver impeachment ficará provado que atualmente o golpe não precisa de tanques’.

Posicionamento da revista: desfavorável ao *impeachment*.

1) Observações sobre as edições das revistas publicadas em 23/12/2015

A edição da revista Veja 2457, publicada no dia 23 de dezembro de 2015, trouxe em sua capa a imagem de uma cena da nova saga do filme *Star War*, de George Lucas. Algo que não passou despercebido pelo editorial da revista, que justificou em sua *Carta ao Leitor*, o porquê de tal atitude. Segundo o editorial, a revista ganhou destaque por ter feito a cobertura do *mensalão do PT*, e não poderia dar destaque à prisão de Eduardo Azeredo do PSDB, ex-governador de Minas Gerais, por envolvimento num esquema de desvio de dinheiro público para financiar sua campanha à reeleição em 1998, esquema este que ficou conhecido como o *mensalão do PSDB* ou o *mensalão tucano*. Naquele momento, ainda segundo o editorial por serem dois casos totalmente diferentes no que diz respeito às provas, aos fins e à abrangência de cada um (p. 14).

Constatamos a partir disso, que a revista busca, ao destacar com mais veemência as notícias a respeito do Partido dos Trabalhadores (PT), delimitar seu posicionamento político, deixando clara sua postura ideológica. O título do editorial, ‘Senso de proporção’, demonstra que a revista buscou trabalhar o conceito de imparcialidade, prezando certo equilíbrio em suas argumentações, recurso que analisamos com auxílio de outros trabalhos e que nos apontam pra impossibilidade da existência de tal condição, além do mais no âmbito político, onde os interesses são essencialmente conflituosos. No texto podemos ler algumas justificativas que buscam reforçar a ideia de imparcialidade da revista, como por exemplo: “Em termos de volume de recursos desviados, tem-se 170 milhões de reais no

mensalão do PT e 3,5 milhões de reais no do PSDB” (p.14). E continua, “o mensalão do PT tinha 38 réus e do PSDB o ex-governador e mais 9 réus” (p.14); e, por fim, o texto enfatiza que “a corrupção, em qualquer proporção, precisa ser combatida e noticiada. Sempre. Mas a coisas desiguais, tratamentos desiguais” (p.14).

2) Observações sobre edições do mês de fevereiro

No mês de fevereiro as publicações dos editoriais da *Veja* nas edições 2464 do dia 10/02/2016 e 2466 do dia 17/02/2016, oferecem dados pertinentes acerca da forma como a revista se apresenta a seus leitores. A primeira edição trabalha com a argumentação em torno da sua imparcialidade, do seu caráter ideológico. Como já mencionamos essa impressão quer ser associada como prática e como postura da própria revista, que procuraria os significados precisos e fidedignos, esforçando-se em não definir os fatos que viram reportagens. Na segunda das edições comentadas nessa seção, o suposto caráter imparcial da revista é mais uma vez exposto, porém é fornecido um outro dado relevante, ao editor responder à pergunta que serve de título ao editorial, “De que lado está a *Veja*?”. O editor afirma que desde do seu surgimento, em setembro de 1968, que a revista só tem um lado, o do ‘progresso social com igualdade de oportunidades para todos, porém tendo a economia de mercado como motor da criação de riqueza’ (p.10).

Essa afirmação de princípios mistura uma pretensa imparcialidade com a declaração de alinhamento do posicionamento ideológico da revista, nítido e claramente neoliberal.

- **Análise das edições das revistas publicadas em 02 e 09 de março de 2016, respectivamente *Veja* e *Carta Capital*, ambas tratam de assuntos comuns usando recursos semelhantes na construção do fato**

Nas edições enunciadas no subtítulo dessa seção as capas das revistas apresentam conteúdos de maneira muito semelhante. Tanto a revista *Veja* como a *Carta Capital* tratam de temas que estão intimamente relacionados ao *impeachment*, como o caso da prisão do marqueteiro João Santana que ganhou destaque na *Veja*, e a delação do senador Delcídio do Amaral que ganhou destaque na *Carta Capital*. Em ambas as revistas, a maneira como esses assuntos foram representados chama a atenção, pela semelhança nos recursos

utilizados e na forma como cada revista buscou construir sua versão sobre os fatos. As datas não coincidem, porém achamos relevante destacar logo abaixo as duas capas, uma da *Veja* de 02/03/2016 e outra da *Carta Capital* de 09/03/2016.

<p>02/03/2016</p> 	<p>MANCHETE</p>	<p>SAIU MUITO MAIS CARO (caixa alta vazado em branco)</p>
	<p>BIGODE</p>	<p>OPERAÇÃO ACARAJÉ/ O MAIS HÁBIL PROFISSIONAL/ DA MENTIRA E DA MANIPULAÇÃO/ FEZ CAMPANHAS DE DILMA E LULA/ E RECEBEU DINHEIRO SUJO NO/ BRASIL E EM CONTAS SECRETAS/ NA SUÍÇA. ELA PODE PERDER/ O MANDATO. ELE, A POUCA/ CREDIBILIDADE QUE LHE RESTA (caixa alta vazado na cor branca)</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL</p>	<p>Foto montagem na qual João Santa (marqueteiro das campanhas eleitorais dos governos petistas) aparece controlando dois bonecos de ventríloquos. Ambos estão sentados em seu colo, sendo o do lado esquerdo representando a figura da presidente Dilma e do lado direito o ex presidente Lula. Ao fundo uma cortina vermelha tipicamente utilizada em espetáculos.</p>
	<p>CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE</p>	<p>1. VIDA DIGITAL (Caixa alta na cor branca) Por que os novos emoticons/ do Facebook são uma vacina contra/ o radicalismo na internet (vazado na cor branca) 2. SAÚDE (Caixa alta vazado na cor branca) O exílio de grávidas brasileiras/ assustadas com o vírus zika que/ decidiram dar à luz nos Estados Unidos (vazado em cor branca)</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS</p>	<p>1. imagem com seis emoticons do Facebook 2. Foto colorida de um casal onde a mulher aparece grávida e ambos acariciando a barriga da mulher</p>
	<p>LOGOTIPO DA REVISTA</p>	<p>Logotipo usual com borda amarela lembrando um letreiro luminoso de fundo transparente (deixando aparecer o fundo vermelho da revista)</p>
	<p><i>LAYOUT</i></p>	<p>A manchete ocupa o lado direito da revista. O bigode está localizado em cima e abaixo da manchete ao lado da ilustração principal. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista e traz a legenda do lado superior esquerdo. As chamadas secundárias estão localizadas acima do logotipo. A esquerda de cada uma delas suas respectivas fotos. O logotipo ocupa a posição usual.</p>

Nesta edição da *Veja* a capa trabalha com a ideia de palco, uma espécie de apresentação, na qual a figura em destaque, vestido de azul, é o marqueteiro João Santana. Em seu colo dois bonecos de ventríloquo, aparentando representar a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Dessa forma, a capa buscou representar a ideia de que os governos petistas foram controlados pelo marqueteiro. A manchete principal traz os seguintes dizeres “Operação Acarajé, SAIU MUITO MAIS CARO, o mais hábil profissional da mentira e da manipulação fez campanhas de Dilma e Lula e recebeu dinheiro sujo no Brasil e em contas secretas na Suíça. Ela pode perder o mandato. Ele, a pouca credibilidade que lhe resta”. A prisão do marqueteiro associada a vários crimes é nitidamente associada à imagem da presidenta e do ex-presidente. A revista buscou com essa associação mostrar que a corrupção nos governos petistas é profunda.

No editorial, o texto também faz referência à prisão do marqueteiro João Santana, além da prisão de sua mulher Mônica. O título do texto é sugestivo, e explicita a maneira como a revista dialoga com seus leitores: “O significado da prisão de Santana”. A revista trabalha com a ideia de imparcialidade, recurso que surgiu na análise dos *corpora* aqui definidos, e que destacamos no mês de fevereiro.

Posicionamento da revista: favorável ao impeachment.

	MANCHETE	O COMPLÔ (vazada em branco) / E TRÊS PERSONAGENS (vazada em amarelo)
	BIGODE	NO TEATRINHO DA POLÍTICA, CARDOZO/ CAI, CUNHA É RÉU/ E DELCÍDIO CONSPIRA (vazado caixa alta em branco)
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Em primeiro plano foto montagem de Eduardo Cunha e José Eduardo Cardozo, ambos representados como bonecos de fantoche. Estão posicionados na base e no centro da revista, com as cortinas abertas e a luz dos holofotes iluminando eles. Atrás em segundo plano Delcídio do Amaral aparece à direita por trás das cortinas do palco. Todos com a expressão facial de assustados.
	CHAMADAS	ÚLTIMA CHAMADA (vazado em caixa alta, na cor vermelho) A 24ª fase da operação Lava Jato/ investe contra o ex-presidente Lula, cria outro embaraço para o novo ministro/ da Justiça e reacende os movimentos a favor do impeachment de Dilma Rousseff (vazado na

	SECUNDÁRIAS E BIGODE	cor preto, sobre tarja branca)
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	Foto colorida do ex-presidente Lula.
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (na cor vermelho e branco.
	<i>LAYOUT</i>	A manchete está localizada à direita, acima da ilustração principal. Esta, por sua vez, ocupa a base e o centro da revista, e traz as chamadas secundárias acima do logotipo sobre uma traja branca. À sua direita está a fotografia. O logotipo ocupa a posição habitual.

Semelhante à revista *Veja*, a *Carta Capital* na edição de 09 de março, também faz referência a uma espécie de palco. O uso de bonecos que são controlados, também é representado nessa edição de Carta Capital. Porém, aqui não se trata de bonecos utilizados por um ventríloquo, mas de fantoches que representam personagens relevantes do momento político brasileiro. Ao fundo perto das cortinas o senador do PT, Delcídio do Amaral e logo à frente, em primeiro plano, os fantoches de Eduardo Cunha e do advogado geral da união José Eduardo Cardozo, responsável por fazer a defesa da presidenta. A manchete principal traz como título “O COMPLÔ e três personagens”. A palavra ‘complô’ em destaque na cor branca e a frase abaixo na cor amarela, seguida logo abaixo dos dizeres “No teatrinho da política, Cardozo cai, Cunha é réu e Delcídio conspira”. A revista trabalha com a ideia de conspiração na política brasileira chamando a atenção para a atuação do senador, além do papel do advogado e do deputado no enredo da trama política que se materializa num suposto espetáculo encenado por esses personagens.

Em seu editorial o texto trabalha com a ideia de que “a grande mídia vem construindo um espetáculo como manobra policial midiática, através de uma encenação da má-fé e da parvoíce, da arrogância e da irracionalidade” (p.12). O recurso dramático é utilizado, como forma de justificar o argumento do editor, de que a *mídia nativa*, é dessa

maneira que o editor faz referências aos grandes grupos de comunicação nacionais - a grande mídia -, que estariam encenando diuturnamente um espetáculo em apoio à trama política, que ganha força e forma através do *impeachment*, em consonância aos interesses da ‘Casa-Grande’. O conceito forjado por Gilberto Freyre, mais uma vez é referido pelo editor, para mencionar as elites econômicas e políticas brasileiras.

Para a revista um exemplo notório do papel da mídia na construção dessa encenação, foram as notícias que mencionavam a reforma de um triplex associado ao nome de Lula e de um sítio em Atibaia, como provas de lavagem de dinheiro para incriminar o ex-presidente. Também as delações do ex-senador Delcídio do Amaral, que, segundo o editor, aponta para inúmeras irregularidades judiciárias, envolvendo vazamentos de áudios adquiridos em investigação, mas sem a devida preocupação legal com o sigilo, com a intimidade e a privacidade dos interlocutores.

Para o editor, o entendimento sensato acerca de todo esse espetáculo, está em fazer uma retomada às “origens do mal” (p.12): “Nossa história moderna, nos mostra que sempre fomos um país governado por uma elite mesquinha que domina uma pátria onde jamais se procurou formar uma nação e jamais se cogitou da criação de alguma forma de Estado do bem estar social” (p.12). Por fim, que a justiça nesse país é seletiva, dentre vários exemplos, o desenrolar do caso do banqueiro da *Opportunity*, Daniel Dantas, configura-se como notório, registrado no disco rígido apreendido pela Operação Chacal.

Posicionamento da revista: desfavorável ao impeachment.

3) Observações sobre as edições do mês de março

No mês de março, nas publicações que analisamos acima, as revistas parecem dialogar, representando o contexto focalizado de modo muito idêntico, associando a objetos que são manipulados, como se houvesse um mentor, ou um hábil manipulador fora da cena. Na edição da *Veja* selecionada, o marqueteiro João Santana ocuparia esse lugar; na da Carta Capital, esse papel seria desempenhado pelo ex-senador Delcídio de Amaral. As demais edições da *Carta Capital* publicadas no mês de março receberam todas o título “EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE”, ocupando a parte superior da capa em letras em caixa alta. Todas elas trouxeram em suas publicações editoriais que focalizavam assuntos relacionados ao

momento político que ganhavam maior destaque na grande mídia, No mês seguinte, as publicações também foram destacadas como edições especiais da crise, mas não vieram com editoriais. Todavia apresentaram matérias mais longas sobre os temas focalizados. O mês de abril, mais especificamente o dia 17, foi o mês da votação na Câmara dos Deputados Federais, que ganhou destaque nacional por vários setores da imprensa, dos *mass media*.

- **Análise das edições das revistas aqui focalizadas publicadas em 20/04/2016 três dias depois da votação na Câmara, que julgou a abertura do processo e o julgamento de afastamento definitivo de Dilma**

<p>20/04/2016</p> 	MANCHETE	FORA DO BARALHO (vazada na cor amarela)
	BIGODE	Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu/ a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, / abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil (na cor amarela).
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Foto oficial da presidente Dilma, como um cartaz velho colado na parede. A parte superior da imagem está rasgada, como se alguém tivesse puxado o cartaz, rasgando a parte da cabeça e do olho esquerdo da imagem.
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (na cor amarela)
	<i>LAYOUT</i>	A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado logo abaixo da manchete e da ilustração principal. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista. O logotipo ocupa a posição habitual.

Três dias depois da votação na Câmara dos deputados, que julgou a abertura do processo e o julgamento do afastamento definitivo de Dilma, a *Veja* traz estampada na capa a imagem oficial da presidente como um cartaz rasgado, velho e desgastado pelo tempo. A imagem, rasgada na parte superior esquerda, tem como manchete principal em caixa alta, na cor amarela a frase “FORA DO BARALHO”, sugerindo que a presidenta já não mais fazia parte do jogo, do jogo do poder. Acompanha a manchete principal os dizeres “Com ou sem vitória na batalha do *impeachment*, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidenta, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”. Mais uma vez a revista apresenta a presidente de maneira negativa, demonstrando sua vulnerabilidade e apontando para o caminho do *impeachment* como única solução viável para a crise política que o país estava encarando naquele momento. A revista trabalha com a ideia de que a presidente não tem mais condições de continuar no poder, sugerindo com a expressão ‘fora do baralho’, o que seria uma previsão do resultado do processo do *impeachment*, sua retirada do poder.

No editorial, vemos o título “Um desafio e tanto” e na mesma página, como recurso não verbal, a imagem do vice-presidente Michel Temer, em pé e sorridente, como se estivesse na parte externa do Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, em Brasília. A revista *Veja* procurou dar destaque a Michel Temer, como se logo após a votação na Câmara, que sinalizou pelo afastamento da presidente, o sucessor da presidente teria um ‘grande desafio a encarar’. Mesmo o processo de *impeachment* ainda não tendo chegado ao final, a revista já apresentava os ‘desafios’ que seu sucessor teria pela frente.

No texto, o editor procurou fazer comparações entre o atual contexto político e outros momentos passados da política brasileira, com destaque para os vices que assumiram a cadeira da presidência nas últimas três décadas de democracia: José Sarney e Itamar Franco. Para o editor, Temer teria “um desafio maior, dada a magnitude do desastre que a petista produzira no país” (p.12). Somado a esse desafio, o texto fala sobre a impopularidade do vice presidente, que nas últimas pesquisas eleitorais não conseguiu passar de 1% da preferência do eleitorado, além das desconfianças em relação à Lava Jato, pois Temer sendo do PMDB, um dos partidos mais citados nas investigações, poderia enfraquecer as investigações, nas quais seus aliados e ele próprio poderiam ser acusados.

Para vencer todas essas dificuldades, a revista fala sobre o conteúdo de um áudio de quatorze minutos que vazou na imprensa no dia 11 de abril, no qual Temer fala sobre o que pretende fazer depois do *impeachment* da presidenta. Para o editor, Temer falou em assuntos pertinentes para o momento difícil que o país vinha passando, e que o conteúdo de sua fala demonstrava sua capacidade de governar o país de “agora em diante”. No áudio, “Temer fala sobre a possibilidade das reformas administrativas, previdenciária, trabalhista e tributária, deixando de lado apenas a questão da corrupção e a importância da Lava Jato, por sua adesão popular, que levou milhões de cidadãos às ruas para pedir a vacância da cadeira que Temer está agora prestes a ocupar” (p.12).

Por fim, o texto conclui com o argumento de que

o vice-presidente irá assumir a presidência não como Sarney, que ocupou o cargo máximo depois da morte de Tancredo, mas se tiver sorte e coragem, poderá terminar como Itamar Franco, que encerrou seu governo com sucesso, legando ao país a mais transformadora das conquistas da democracia brasileira, o Plano Real. (p.12)

Posicionamento da revista: favorável ao impeachment.

4) Observações sobre as edições do mês de abril: Essa edição 2474 que acabamos de analisar, foi novamente publicada um dia após a publicação dessa edição. No dia 21 de abril de 2016, quatro dias após a votação na Câmara dos Deputados, a revista trouxe estampada na capa na qual constava a expressão “Edição Extra”, a imagem de uma menina com o rosto pintado em verde e amarelo, fazendo alusão aos caras-pintadas, nome pelo qual ficou conhecido o movimento estudantil ocorrido em 1992, que tinha como principal objetivo o *impeachment* do então presidente da república, Fernando Collor de Melo. A revista buscou nessa edição fazer uma comparação entre as manifestações do *impeachment* de 1992 com o de Dilma, que estava prestes a acontecer, defendendo que as manifestações do dia 17 de abril na avenida paulista, dia da votação na Câmara, traduziam o anseio popular hegemônico no país. A manchete principal confirma esta interpretação, por trazer em caixa alta na cor branca a palavra “*IMPEACHMENT*” e logo abaixo o placar da votação na Câmara dos deputados federais pelo afastamento da presidente: “SIM 367 X 146 NÃO”.

20/04/2016	MANCHETE	E ELES/ VÃO LEVAR? (vazado na cor amarelo)
	BIGODE	-
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Foto montagem de Eduardo Cunha em pé vestido de mordomo e, logo a sua frente, em primeiro plano Michel Temer sentado numa poltrona, com uma expressão de confiança.
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	-
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	-
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (vazado nas cores vermelho e branco) As letras “a” e “p” são sobrepostas pela cabeça de Eduardo Cunha.
	<i>LAYOUT</i>	A manchete ocupa a base da revista. Não possui bigode e a ilustração principal ocupa o centro da revista. Acima do logotipo está vazado na cor preta e escrito em caixa alta, sobre uma tarja branca: EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE. O logotipo ocupa a posição habitual.

Na “EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE”, da Carta Capital, publicada três dias depois da votação na Câmara dos deputados, a capa traz a imagem de dois personagens que estavam até o momento sendo bastantes citados em ambas as revistas que estamos analisando: Eduardo Cunha e Michel Temer. Eduardo Cunha em pé vestido com uma espécie de uniforme de mordomo, e logo a sua frente em primeiro plano Michel Temer sentado numa poltrona. Usando dessa representação a revista trabalha com a ideia de que o deputado Cunha está a serviço do seu chefe, o vice-presidente Michel Temer. A manchete principal “E ELES VÃO LEVAR?” sugere uma interpretação sobre o processo de

impeachment, no qual esses dois personagens assumem papéis relevantes. A revista vem trabalhando com a ideia de que Eduardo Cunha aceita o processo como uma retaliação contra o PT, mas que por trás desse ato existe toda uma estratégia de tomada do poder por parte da elite, que teria como o seu maior representante no momento o então vice presidente da República.

A revista não possui editorial.

Posicionamento da revista: desfavorável ao *impeachment*.

- **Análise das edições das revistas aqui focalizadas publicadas em 18/05/2016 seis dias depois da votação no Senado, em 12/05/2016, na qual se julgou o afastamento de Dilma e a admissibilidade do processo de impeachment**

As revistas aqui selecionadas tratam de um assunto comum específico, o afastamento da presidente e a admissibilidade do *impeachment* por votação no Senado. Dilma Rousseff foi afastada do cargo por um prazo máximo de 180 dias, período em que os senadores concluíram o processo e decidiram se efetivamente, a presidente cometeu crime de responsabilidade. As formas como cada uma dessas revistas representaram o processo, também nos revelou dados significativos sobre a construção de discursos pró e contra o *impeachment*. De um lado a revista *Veja* continua alimentando o discurso de que a era do PT estava chegando ao fim, deixando um legado deletério para o país; do outro, a *Carta Capital* continua representando a saída da presidenta do Palácio da Alvorada, mesmo antes do fim do processo, como um desdobramento de um plano engenhosamente arquitetado desde a derrota de Aécio Neves nas eleições de 2014, no qual desempenhara um papel importante o deputado Eduardo Cunha e o consentimento do Parlamento brasileiro, apresentando o *impeachment* àquela altura como algo inevitável.

Propomos até aqui a importância de entender a construção social da realidade a partir dos sistemas de códigos que utilizamos para nos comunicar, as linguagens verbais e pictóricas. Também falamos sobre a importância de utilizarmos o conceito de representação na compreensão desses elementos simbólicos que afetam nossas concepções e ações. E que partindo desse percurso teórico e metodológico de investigação ou interrogação das imagens, produzidas e em circulação, podemos pensar a relação entre a mídia e a sociedade/cultura. Vejamos o que as seguintes edições das revistas aqui analisadas indicam:

<p>18/05/2016</p> 	MANCHETE	A RUÍNA DO PT (vazada em caixa alta na cor amarela)
	BIGODE	O PARTIDO/ Em treze anos no poder, a/ legenda afogou a esperança de/ ética em um mar de corrupção/ DILMA/ Afastada por crime de responsabilidade, a presidente entrega um país quebrado/ TEMER/ Vêm aí cortes de gastos, inflação na meta e estímulo aos investimentos (vazado na cor branca)
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	Imagem desgastada de um busto do ex presidente Lula. A parte superior da cabeça e o olho esquerdo estão destruídos e do lado direito algumas rachaduras.
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	EXCLUSIVO (na cor amarela) / As novas provas que comprometem Lula (vazado na cor branca)
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	-
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (em caixa alta na cor amarela)
	LAYOUT	A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado logo abaixo da manchete e da ilustração principal. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista. A chamada secundária está localizada acima do logotipo. O logotipo ocupa a posição habitual.

A Capa da revista *Veja* de 18/05/2016, edição 2478, traz a imagem de um busto do ex-presidente Lula, desgastado, como se tivesse sofrido com as intempéries do tempo. A imagem do ex-presidente sempre simbolizou o Partido dos Trabalhadores, sendo ele um dos fundadores. Desgastada, a imagem busca trabalhar o conceito de que o Partido naquele momento estaria chegando ao fim. A revista *Veja*, deixa transparecer isso, quando seis dias depois do afastamento de Dilma Rousseff por votação no senado, a revista traz estampada na capa a imagem do ex-presidente. A revista trabalha com essa ideia, quando por exemplo usa como manchete principal “A RUÍNA DO PT”, na cor amarela em letras caixa alta. Na parte superior, como manchete secundária, “EXCLUSIVO”, na cor amarela, em letras caixa

alta, e a frase em letras na cor branca “As novas provas que comprometem Lula”. A revista, usando a imagem do ex-presidente, buscou naquele momento atacar tudo aquilo que simbolizava e sustentava o governo da presidenta Dilma. Nas outras manchetes secundárias na parte inferior da capa, a revista busca interpretar a situação política e o possível desenrolar dos acontecimentos. O que se repete nessa e em outras publicações que analisamos aqui, é a construção de um discurso que condena os governos do PT pela situação econômica e política crítica atravessa pelo país. No ‘bigode’, as manchetes secundárias tratam do futuro do partido, de Dilma e do vice-presidente, dando a este último o aval para governar o país. Vejamos o que diz a revista, sobre o “PARTIDO DOS TRABALHADORES - Em treze anos no poder, a legenda afogou a esperança de ética em um mar de corrupção”; sobre “DILMA - Afastada por crime de responsabilidade, a presidenta entrega um país quebrado”; e, por fim “TEMER - Vêm aí cortes de gastos, inflação na meta e estímulo aos investimentos”. Portanto, tanto o partido como a presidenta são representados como corruptos, e que teria restado como solução apenas o *impeachment*, ou seja entregar a presidência do país ao vice presidente, preparado e comprometido em cortar gastos e estimular os investimentos.

No editorial, afirma-se o comprometimento da revista com assuntos de relevância social, exemplificando isso com as coberturas jornalísticas que a revista produziu desde o *impeachment* de Fernando Collor de Melo até os últimos escândalos que resultaram no processo do *impeachment* de Dilma. O editor trabalhou com a ideia de que a revista ao longo do tempo sempre foi alvo de interpretações equivocadas e capciosas. “A *Veja* recebeu aplausos e vaias, como sempre ocorreu quando uma revista assume um papel destacado na vigilância sobre o poder” (p.15). A revista trabalha com o conceito de que ela seria os olhos da nação, quando traz no título do texto a frase “COM ORGULHO SOMOS OS OLHOS DO BRASIL”.

Por ser ‘mal interpretada’, tanto por seu caráter de previsão dos acontecimentos mais relevantes no país, como também pelo seu comprometimento com a verdade, o editor afirma que a revista no passado foi criticada como um veículo de tendência *esquerdista*, no caso Collor, e que na atual conjuntura, desde os escândalos na Petrobras que renderam 49 capas, até a cobertura do processo do *impeachment* de Dilma, acusam a revista de

inconfessáveis tendências *direitistas*. O editor argumenta que “por operarem em polos opostos, ora à esquerda, ora à direita, essas críticas revelam a retidão com que a revista procura cumprir sua missão de vigiar o poder – qualquer poder” (p.15).

O texto trabalha com um recurso muito utilizado pela revista, a ideia de neutralidade e de comprometimento com a verdade, continuando a se apresentar ao leitor como um instrumento de vigilância isento diante de qualquer governo, qualquer que seja sua tendência ideológica. O editor fala também das mudanças ocorridas de Collor a Dilma, quando a internet possibilitou a quebra do silêncio de uma multiplicidade de vozes, que agora se pronunciam nas redes sociais. No texto o editor diz que isso faz a *Veja* “receber críticas e elogios com naturalidade e respeito” (p.15).

Por fim, citando o pai da constituição norte americana, James Madison (1751-1836), o texto conclui falando da importância de um governo do povo que garanta a informação do povo, ou então os meios para obtê-la. E termina afirmando que “enquanto a revista existir, os leitores terão a certeza do compromisso da revista em vigiar qualquer governo no Brasil, pois a *Veja* não se cansa de repetir que é, e nunca deixará de ser, os olhos do Brasil” (p.15).

Posicionamento da revista: favorável ao impeachment.

Essa edição aponta para a continuação das estratégias de representação do PT e de seu legado através da insistência na corrupção e na incompetência governativa, à qual terá desdobramentos a serem estudados no período pós-*impeachment* no Brasil.

18/05/2016	MANCHETE	-
------------	----------	---

	<p>BIGODE</p>	<p>REPORTAGENS (vazado na cor amarelo) / ANDRÉ BARROCAL/ RODRIGO MARTINS (vazado na cor branca) / ANÁLISE (vazado na cor amarelo) / LUIZ GONZAGA BELLUZZO/ MARCOS COIMBRA/ MINO CARTA/ WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH (vazado na cor branca) / ENTREVISTAS (vazado na cor amarelo) / LUIZA ERUNDINA/ LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA (vazado na cor branca).</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL</p>	<p>Foto da presidenta Dilma cabisbaixa, caminhando como se estivesse deixando o Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência da República.</p>
	<p>CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE</p>	<p>-</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS</p>	<p>Foto em preto e branco de Michel Temer.</p>
	<p>LOGOTIPO DA REVISTA</p>	<p>Logotipo habitual (vazado nas cores vermelho e branco)</p>
	<p>LAYOUT</p>	<p>A revista não possui manchete. O bigode está localizado na base da revista recuado à esquerda, ao lado da ilustração. Esta, por sua vez, ocupa o centro da revista, sem legendas. Acima do logotipo está vazado em vermelho e escrito em caixa alta, sobre uma tarja branca: EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE. O logotipo ocupa a posição habitual.</p>

A capa da edição 901 da revista Carta Capital, do dia 18 de maio de 2016, traz a imagem de Dilma Rousseff cabisbaixa e caminhando como se estivesse deixando o Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência da república. A revista trabalha com a ideia de que a presidente Dilma, mesmo não tendo chegado ao fim do processo do *impeachment*,

iria em breve ser obrigada a deixar a presidência. O *impeachment* se apresentava como algo concreto e definitivo, e a revista buscou transparecer isso, ao representar nesta edição a presidenta deixando o cargo que outrora ocupou graças ao processo eleitoral. Ainda sobre a capa, não há manchete principal, apenas referências ao conteúdo e seus autores. Dilma, cabisbaixa, caminha. Um tom de vermelho predomina na imagem.

Sobre o editorial, que traz o título “A lei do mais forte”, o editor Mino Carta trabalha com a ideia de que no Brasil a democracia, ou a tentativa de realiza-la é algo impossível. No texto, o editor faz inicialmente referência à dicotomia clássica entre a direita e a esquerda, mostrando que mesmo com as mudanças significativas, que cada uma dessas nomenclaturas políticas sofreu, desde a Revolução Francesa até os dias atuais, nos países tidos democráticos ainda se preserva a essência dessas duas ideias, menos no Brasil. Para o editor, no Brasil sempre prevaleceu a dicotomia da ‘casa-grande e senzala’, mais uma vez se apropriando do recurso teórico forjado por Freyre. Mino Carta, buscou justificar a ideia de que no Brasil há o predomínio da lei do mais forte. Mesmo em 13 anos de um governo tido de esquerda, a prática que privilegia primeiramente as elites, às quais ele sempre se refere como casa-grande, não deixou de ser recorrente. Como exemplo, o texto faz menção a figuras como Henrique Meirelles, Joaquim Levy, Nelson Jobim e Gilberto Kassab, em “cargos bem escolhidos” (p.25). Ainda segundo o texto, “o Partido dos Trabalhadores se mostrou incapaz de coibir as prepotências dos oligopólios midiáticos, a começar pelas Organizações Globo, e falharam pateticamente, ao criar a inútil Comissão da Verdade disposta a engolir uma lei de anistia imposta pela ditadura” (p.25). Com base nesses pontos, o editor levanta dúvidas sobre a existência de uma ‘esquerda’ no Brasil.

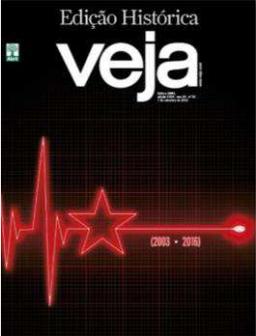
Por fim, o texto ainda fala sobre a elite, a ‘casa-grande’, dizendo que ela soube aproveitar o momento de crise econômica, as falhas de Dilma Rousseff ao conduzir a tarefa política e o abandono pelo PT da originária plataforma esquerdista (p.25). O texto fala sobre o poderio da mansão dos senhores, “sua força em mandar escalar os jagunços mais condizentes ao enredo contingente” (p.25). Os de agora são parlamentares corruptos, policiais, propagandistas midiáticos e seus patrões, empresários em geral e rentistas que passaram a reivindicar seus lugares no governo.

Mesmo não parecendo existir ideologias tão nítidas no Brasil, como as de cunho ideológico clássico, o texto termina falando sobre a ideologia patrimonialista baseada num poder que descaradamente confunde o público com o privado, presente desde a fundação da república, que para o editor foi por meio de um golpe, e que sempre explorou a maioria pobre e ignorante que frequentemente se entrega à “algazarra futebolística-carnavalesca, eventualmente patrocinada pela FIESP” (p.25).

Posicionamento da revista: desfavorável ao impeachment.

Análise das edições das revistas aqui focalizadas publicadas em 07/09/2016 consequentes ao julgamento do impeachment de Dilma Rousseff no senado

As últimas edições das revistas analisadas foram publicadas posteriormente ao julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado, no qual a presidenta foi condenada por crime de reponsabilidade fiscal, as chamadas "pedaladas fiscais" realizadas no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional. O vice-presidente Michel Temer acaba assumindo a presidência do Brasil, e as revistas publicam suas versões sobre o acontecimento político que estamos a tratar.

<p>07/09/2016</p> 	MANCHETE	-
	BIGODE	-
	ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL	A imagem estampada na capa é a de um monitor cardíaco formando uma estrela (cor vermelha). E abaixo os anos 2003-2016 (na cor vermelha).
	CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE	-
	ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS	Edição Histórica (vazado na cor branca)
	LOGOTIPO DA REVISTA	Logotipo habitual (na cor branca)

	<i>LAYOUT</i>	A edição não possui manchete, nem bigode. A ilustração principal ocupa o centro da revista, sem legenda. Acima do logotipo está vazado em branco e escrito Edição Histórica.
--	---------------	--

Nesta edição da revista *Veja* de número 2494, do dia 07 de setembro de 2016, a imagem estampada na capa é a de um monitor cardíaco formando uma estrela na cor vermelha. Logo após a estrela os batimentos cardíacos sugerem ter parado, sinalizando a morte do paciente. Entre parênteses os anos 2003 – 2016, fazendo alusão ao período em que o país foi governado pelo PT. A revista também traz em seu *layout* na parte superior logo acima do logotipo e em letras na cor branca, escrito “Edição Histórica”. A revista trabalha com a ideia de que chegou o fim da era petista, e que o *impeachment* concretizou este fato.

Em seu editorial, com o título “HÁ UM PAÍS PARA CONSTRUIR”, a revista trabalha com a ideia de que o *impeachment* abriu caminho para a recuperação econômica do país, tendo Michel Temer no comando. O texto afirma que “o governo federal possui agora a solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige” (p. 10). O ajuste fiscal, a reforma trabalhista e a previdenciária, passam a ser prioridades nesse novo governo, que segundo a revista, encontrará enormes desafios. Como consequência do *impeachment*, a pacificação nacional não será imediata. O texto faz uma referência à importância de dar continuidade ao combate a corrupção, como uma batalha para ‘higienizar a vida pública, mas também como forma de derrubar as alegações de segundo a qual o combate à corrupção, foi na verdade, apenas um pretexto para promover a deposição do governo do PT” (p. 10).

O texto também alega a necessidade de tratar com imparcialidade os corruptos, e cita a prisão de Eduardo Cunha como um exemplo. “Sua absolvição seria um sinal dramático contra a missão saneadora da vida nacional” (p.10), afastando também a ideia de uma moralidade seletiva, garantindo com isso um futuro de país.

Por fim, o texto fala da importância do STF nesse processo de pacificação nacional. Na tentativa de superar as divisões e como forma de garantir os antagonismos naturais da democracia, o editor afirma que o Supremo, a quem caberá a palavra final neste momento, deve ser prestigiado, para continuar tomando decisões equilibradas. Da mesma forma “o

Ministério Público em Brasília ou Curitiba, e a Lava-Jato, têm o dever de corrigir os eventuais erros mantendo com rigor e disciplina a execução de suas tarefas” (p.10).

Percebemos dessa maneira, que a revista mais uma vez se posiciona a favor do *impeachment*, recorrendo aos aspectos econômicos e políticos usados para legitimar o processo de impedimento da presidenta Dilma.

Posicionamento da revista: favorável ao impeachment.

<p>07/09/2016</p> 	<p>MANCHETE</p>	<p>A FARSA TRÁGICA (vazado em caixa alta na cor amarelo) / ESTA SOLENIDADE MAIS/ SE ASSEMELHA A UM ENTERRO (vazado na cor branca).</p>
	<p>BIGODE</p>	<p>MINO CARTA: (vazado na cor azul) / A INTELIGÊNCIA IMPOTENTE (vazado em branco) / NIRLANDO BEIRÃO: (vazado em azul) / O TRIUNFO DA NAFTALINA (vazado em branco) / ENTREVISTA: (vazado em branco) GREGÓRIO DUVIVIER (vazado em azul).</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO PRINCIPAL</p>	<p>Foto com Rodrigo Maia, Michel Temer, Renan Calheiros e o ministro do STF Ricardo Lewandowski. Todos de pé aplaudindo no plenário do senado a votação do afastamento definitivo da presidente Dilma. Michel Temer está sorrindo e os demais com expressões de seriedade.</p>
	<p>CHAMADAS SECUNDÁRIAS E BIGODE</p>	<p>-</p>
	<p>ILUSTRAÇÃO DAS SECUNDÁRIAS</p>	<p>-</p>
	<p>LOGOTIPO DA REVISTA</p>	<p>Logotipo habitual (vazado nas cores vermelho e branco)</p>
	<p>LAYOUT</p>	<p>A manchete ocupa a base da revista. O bigode está localizado também na base abaixo da manchete e centralizado. A ilustração principal ocupa o centro da revista. Acima do logotipo está vazado em azul sobre uma tarja branca e escrito em caixa alta: EDIÇÃO</p>

		ESPECIAL DO <i>IMPEACHMENT</i> . O logotipo ocupa a posição habitual.
--	--	---

Na edição de número 917, também do dia 07 de setembro, a revista *Carta Capital* traz estampada na capa a imagem da votação no senado do julgamento da então presidente Dilma Rousseff. Na foto que estampa a capa, estão presentes da esquerda para direita, o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ), o então vice-presidente, mas que, com a decisão no senado, passou a ocupar o cargo da presidência, Michel Temer, Renan Calheiros, senador (PMDB-AL) e o ministro do STF Ricardo Lewandowski. A manchete principal na parte inferior da capa, em caixa alta com letras na cor amarela traz “A FARSA TRÁGICA” e logo abaixo a frase “Esta solenidade mais se assemelha a um enterro”. A revista trabalha com a ideia de que o *impeachment* foi uma farsa forjada pelos políticos com o aval da suprema corte, e que o julgamento no senado se assemelhou a uma celebração fúnebre. Desde o começo do período por nós analisado a revista trabalhou com a ideia de que o *impeachment* era uma farsa e feria preceitos constitucionais, tonando nossa democracia vulnerável. Com a concretização do *impeachment* nos termos e nas circunstâncias em que se deu todo o processo, a democracia brasileira é apresentada como vítima de um golpe quicá fatal.

Essa edição não possui editorial.

Posicionamento da revista: desfavorável ao impeachment.

Data	Capa	Favorável	Desfavorável
09/12/2015	Edição 2455 da revista <i>Veja</i>	X	
09/12/2015	Edição 879 da revista <i>Carta Capital</i>		X
16/12/2015	Edição 2456 da revista <i>Veja</i>	X	
16/12/2015	Edição 880 da revista <i>Carta Capital</i>		X
02/03/2016	Edição 2467 da revista <i>Veja</i>	X	
09/03/2016	Edição 891 da revista <i>Carta Capital</i>		X

20/04/2016	Edição 2474 da revista <i>Veja</i>	X	
20/04/2016	Edição 897 da revista <i>Carta Capital</i>		X
18/05/2016	Edição 2478 da revista <i>Veja</i>	X	
18/05/2016	Edição 901 da revista <i>Carta Capital</i>		X
07/09/2016	Edição 2494 da revista <i>Veja</i>	X	
07/09/2016	Edição 917 da revista <i>Carta Capital</i>		X

Análise dos editoriais

Analisando os editoriais percebemos diferenças entre as revistas no tocante às características estilísticas de cada uma. A *Veja* apresenta em seu editorial uma linguagem menos sofisticada, mais objetiva, sem muitos recursos linguísticos. Os textos da seção ‘editorial’, na maioria das vezes são textos curtos e diretos e o editor sempre usa a história da revista como fundamento para suas argumentações. Diferentemente, a *Carta Capital* possui textos que recorrem a uma linguagem mais rebuscada, assinados por Mino Carta. A revista sempre faz menções a outros textos literários, recortes históricos da política brasileira, e esses textos requerem um pouco mais de competência linguística. Em comparação com os textos da revista *Veja*, os da *Carta Capital* são mais densos e combinando o uso de uma linguagem formal, crítica e sarcástica. Ao todo foram analisados 49 editoriais, sendo 26 de *Veja* e 23 da *Carta Capital*.

Os recursos utilizados pelas agências de notícias que analisamos tornam-se mais fortes, e com isso mais nítidos, nos meses em que os principais acontecimentos surgem. Por mais que tenhamos destacado o intervalo temporal entre os meses de dezembro de 2015 até a primeira semana de setembro de 2016, notamos uma exploração mais intensa do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff nos meses de dezembro, março, abril, maio, final de agosto e início de setembro de 2016. Cada revista lançou mão de alguma estratégia para destacar os momentos decisivos que apresentamos em nossa análise: a autorização da abertura do processo de *impeachment* (02/12/2015), a votação na Câmara (17/04/2016) e no

Senado (12/05/2016) para julgar a abertura do processo e o julgamento e afastamento definitivo de Dilma pelo Senado (31/08/2016).

A *Carta Capital* publicou edições destacando o *impeachment*, intituladas todas de “Edição Especial da Crise”, começando em março, com o número 892, trazendo na capa a imagem do ex-presidente Lula. Nesta edição, o *impeachment* foi construído como sendo um golpe ou um complô. As demais também trabalharam com a associação do *impeachment* a um golpe e o relacionando com o golpe de 1964, embora ressaltando as diferenças, dentre as quais a não necessidade do uso de armas no evento de 2016. O golpe militar é usado pela revista em diversas vezes como forma de invalidar o *impeachment* atual, sendo elaborado como um signo carregado de sentidos, que através da linguagem, ou da representação, possibilita a revista representar o *impeachment* de Dilma como um golpe contra o Estado e por conseguinte contra a democracia. Essas edições terminam com a edição 901, a qual destacamos em nossa análise.

No tocante à revista *Veja*, há uma publicação de uma edição extra em abril, ou seja, chegou-se a publicar duas revistas numa mesma semana, num intervalo de um dia, demonstrando a intensificação de suas políticas de representação do *impeachment* o que seria verificado em suas publicações nos meses próximos aos acontecimentos que estiveram diretamente relacionados com o processo do impedimento da presidenta DR. Percebemos que a revista lançou mão de elementos que aludiam à memória política do país, mobilizando os significados do *impeachment* de Collor de modo ressignificador no contexto atual, como forma de legitimar o *impeachment* de DR.

Nas edições das revistas aqui analisadas a palavra *impeachment* foi a mais citada por ambas as revistas, totalizando 94 vezes, sendo 51 na *Carta Capital* e 43 na *Veja*. A revista *Carta Capital* associou o *impeachment* a um golpe de Estado arquitetado pelas elites com o apoio dos magistrados, políticos, policiais e a ‘grande mídia’. No caso da revista *Veja* a palavra *impeachment* foi associada a questões de legalidade, como algo previsto na constituição brasileira, mas também como forma de solucionar a crise que teria sido produzida pelos governos do PT, classificados insistentemente como irresponsáveis, sem controle e corruptos.

Buscamos estabelecer como parâmetros de codificação do material que analisamos nos editoriais de ambas as revistas, elementos que compuseram as representações que cada uma delas foi construindo em relação ao *impeachment* de DR.

Categorias de Análise

Partimos do entendimento de Bardin sobre as categorias de análise como rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, com base nos caracteres comuns destes elementos (2010, p. 117). De forma analítica e progressiva exploramos os elementos e estabelecemos as categorias trabalhando com atenção às palavras, sentenças e seus significados, nas fases de pré-análise, exploração das informações e interpretação dos resultados. Dessa forma construímos as categorias e analisamos os textos dos editoriais das revistas aqui focalizadas sobre o tema do *impeachment*, o que nos levou a observar a existência de 8 categorias:

A. Aspectos sociais

Nessa categoria incluímos menções à Venezuela, ao populismo, ao chavismo; menções ao Brasil, ao fato de ‘sermos todos brasileiros’ à incompatibilidade entre o Brasil e a democracia, à figura de um país politicamente atrasado e socialmente desigual; a um país dividido, à polarização política; a menção à elite, à ‘casa-grande e sua senzala’, aos ‘graúdos do país’, à ‘elite nativa’; ao desequilíbrio social, incluindo a desigualdade financeira, a falta de saneamento básico, o alto índice de homicídios, entre outros; aos traços culturais da trapaça miúda e graúda, aos golpes baixos;

B. Aspectos históricos

Nessa categoria incluímos menções ao golpe de 1964, à ditadura, a golpes de Estado; à redemocratização, às ‘diretas já’, aos ‘caras-pintadas’; à república velha, a atores históricos como bandeirantes, escravagistas, colonizadores;

C. Aspectos políticos em geral e contra partidos e políticos

Nessa categoria incluímos enunciados referentes à crise política; ao *impeachment* como golpe; ao *impeachment* como processo político e processo legal; às eleições gerais; as menções pró-Dilma, Lula e o PT; a favor da democracia; aos EUA, ao Tio Sam, ao vizinho do norte; a Fernando Collor de Melo; as menções pró-vice

presidente Michel Temer; contra políticos e partidos: menção a Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados Federais; menção a Dilma Rousseff, governo Dilma, política econômica de Dilma, presidente afastada, entre outros; PSDB, tucanos, FHC, José Serra, Aécio Neves; PT; Lula; Michel Temer; Delcídio do Amaral.

D. Aspectos legais

Nessa categoria incluímos enunciados expressos nos editoriais que fazem referências à delação premiada; a favor de Sergio Moro e do judiciário, ao Ministério Público Federal, ao STF; contra Sergio Moro e o judiciário, ao ‘juiz curitibano’, a Gilmar Mendes; às investigações contra a corrupção; a favor da Lava-Jato; contra a Lava-Jato; à Polícia Federal;

E. O papel da mídia

Nesta categoria incluímos dois tipos de enunciados, produzidos pelas agências de notícias, aqueles que fazem referência à ‘grande mídia’, de modo genérico, heteroreferencial (aos outros), contra a ‘grande mídia’, à mídia nativa e o jornalismo do pensamento único; e o autorreferencial (a si), ao jornalismo imparcial, preocupado com os fatos e seu ‘real significado’;

F. Aspectos econômicos

Nesta categoria englobamos críticas às políticas econômicas dos governos petistas, intervencionismo, protecionismo e centralismo; crise econômica; privatização; petróleo, pré-sal; indústria nacional; menção a um ‘futuro melhor’; à inflação.

G. Teatrológia do poder

Nesta categoria incluímos os enunciados que relacionam o processo de impeachment a uma suposta encenação, um espetáculo do absurdo, ópera bufa, encenação do golpe, tragédia do ridículo.

H. Aspectos regionais

Nesta categoria incluímos as referências ao nordeste; à cidade do Rio de Janeiro.

Análises dos resultados

Ao todo, foram encontradas 308 menções aos 45 códigos, elementos que compõem as 8 categorias encontradas nos editoriais das revistas Veja e Carta Capital.

Quadro 1 – Categorias encontradas nos editoriais das revistas Veja e Carta Capital

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS		EXEMPLOS	
	VEJA	CARTA CAPITAL	VEJA	CARTA CAPITAL
A – Aspectos sociais	15	38	"Somos todos brasileiros. É bom não esquecer que entre os que apoiam e os que rejeitam o impeachment de Dilma existe um país" (ed. 2471, p. 10).	"Somos campeões, no dia adia, no golpe baixo, no passamoleque, no "levar vantagem", na trapaça miúda e graúda" (ed.893 p. 24).
B – Aspectos históricos	0	15		"Colonizadores escravagistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a República etc. etc." (ed. 879, p.18).
C – Aspectos políticos em geral e contra partidos e políticos	44	80	"Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político" (ed. 2455, p. 14).	"Ora, ora. Impeachment era, e continua a ser golpe" (ed. 879, p.18).
			"Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT" (ed. 2471, p. 10).	"É tradição tucana bandear-se sempre" (ed.894, p. 23).

D – Aspectos legais	25	28	"Até aqui, a Lava-Jato tem percorrido esse caminho prudente. Que seu exemplo se dissemine" (ed. 2469, p. 8).	" ...que esperar desta Justiça desvendada, embora tão verborrágica, empolada, falsamente solene?" (ed. 879, p.19).
E – O papel da mídia	17	11	"Enquanto VEJA existir, os leitores poderão carregar uma certeza: quem quiser estabelecer no Brasil um governo que sirva de preâmbulo à farsa ou à tragédia, ou a ambas, jamais contará com o silêncio de VEJA. Foi assim no passado e assim será no futuro, qualquer que seja o governo de hora. Por essa razão, VEJA não se cansa de repetir que é, e nunca deixará de ser, os olhos do Brasil" (ed. 2478, p. 15).	" ...no Brasil vigora o jornalismo do pensamento único, a serviço exclusivo da ideologia da casa-grande" (ed.883, p.12).
F – Aspectos econômicos	13	8	Centralismo, com protecionismo, controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1974, início do governo do general Ernesto Geisel, que quebrou o Brasil (ed. 2456, p. 12).	Não é previsível escapar desta crise no prazo curto e médio, mas o marasmo político, que a situação econômica e social multiplica, se oferece a uma saída clara, indisfarçável, aventada por vozes diferentes e bem-intencionadas" (ed. 910, p. 12).

G – Aspectos da teatrologia do poder	0	9		"Todo cidadão sensato há de perguntar aos seus desalentados botões até quando terá de assistir ao espetáculo de insensatez encenado diuturnamente pela mídia em apoio à trama golpista urdida mais uma vez a bem dos interesses da casa-grande" (ed 891, p.12).
H – Aspectos regionais	3	2	"Leve-se em conta que a Síria tem mais de 22 milhões de habitantes, três vezes a população do Rio. Por fim, leve-se em conta que a Síria está em guerra civil. Só esses dados já servem para mostrar que a situação do Rio de Janeiro é absolutamente inadmissível" (ed. 2486, p. 12).	"O Nordeste, por exemplo, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida. Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, embora tenha perdido espaço para os evangélicos, já não se prontifica a abençoar a casa-grande" (ed.888, p.12).
Total	117	191		
Total Geral	308			

Convertendo-se os valores em percentuais, observa-se que, de maneira geral, como mostra a figura 1, as menções ao *impeachment* como golpe, como processo político ou legal, assim como as menções a favor da democracia e de políticos, são aquelas que têm mais força, representando 40,25% das referências feitas pelos editoriais das revistas, seguido dos aspectos sociais, com 17,20%, e dos aspectos legais com os mesmos 17,20%. A categoria o papel da mídia vem logo após com 9,09% de representatividade. A seguir, observam-se os aspectos econômicos, com 6,81%, e os aspectos históricos com 4,87%. Por

fim, temos os aspectos da teatologia do poder com 2,92% e, com menor relevância, os aspectos regionais, com 1,62%.

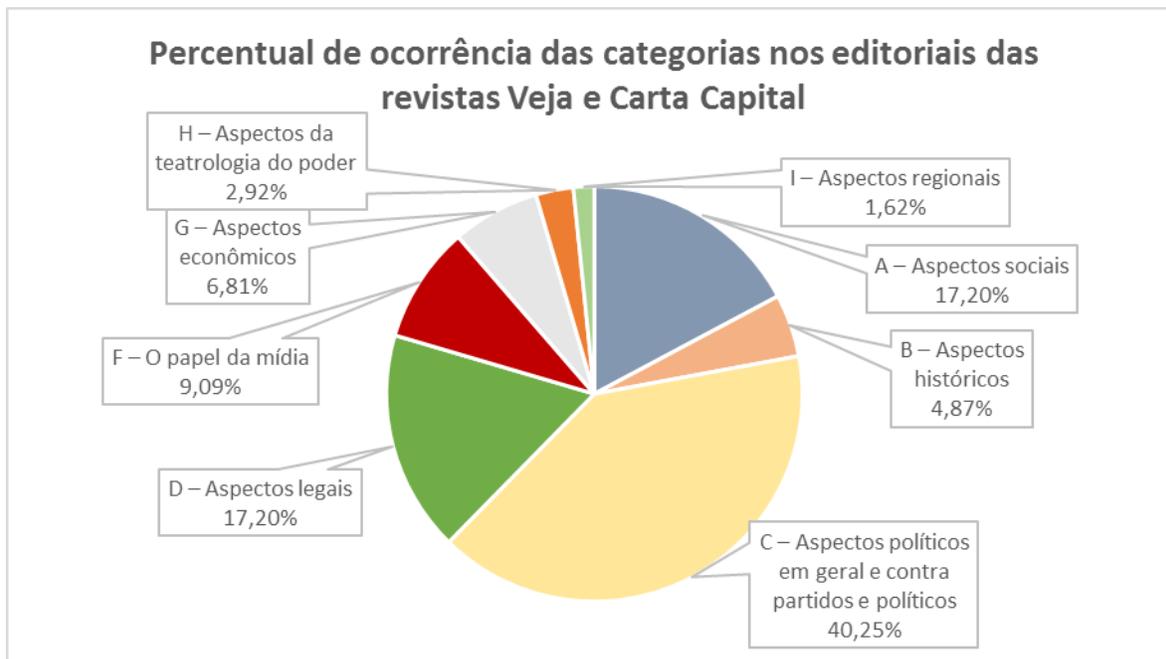


Figura 1 Percentual de ocorrências das categorias nos editoriais das revistas *Veja* e *Carta Capital*

Considerando os aspectos sociais, como mostra a figura 2, pode-se observar que cada uma das revistas faz referências a temas específicos na representação do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Na *Carta Capital* foram feitas mais referências ao tema elite, que inclui referências aos graúdos, a elite nativa, a casa-grande e sua senzala. Diz respeito a um grupo de indivíduos que controlam e ocupam lugares privilegiados na estrutura social, no caso específico, brasileira. São as elites que ditam o rumo do país, a partir de seus interesses, com 55,26% o tema se destaca sobre os demais. Em seguida, aparecem referências ao Brasil, atraso político e intelectual do país e sua incompatibilidade com a democracia e com as grandes revoluções que mudaram o mundo, com 18,42%, enquanto os temas desequilíbrio social e costumes, empatados com 13,15% cada um, ocupam o restante das referências usadas para representar o impeachment da presidenta.

No caso da *Veja*, observa-se o destaque da revista aos temas Brasil com 33,33% e um país dividido com os mesmos 33,33%. No tocante ao Brasil inclui referências aos brasileiros como uma solução da crise política, e a crítica à concepção de que o país afunda

por causa de uma corrupção sistêmica. Em seguida aparece a menção a Venezuela com 26,66%, esse país citado nos editoriais, está sempre relacionado a forma de governo e política econômica adotada no Brasil nos governos petistas. Por fim, com menor relevância percentual aparece a referência ao desequilíbrio social com 6,66%.

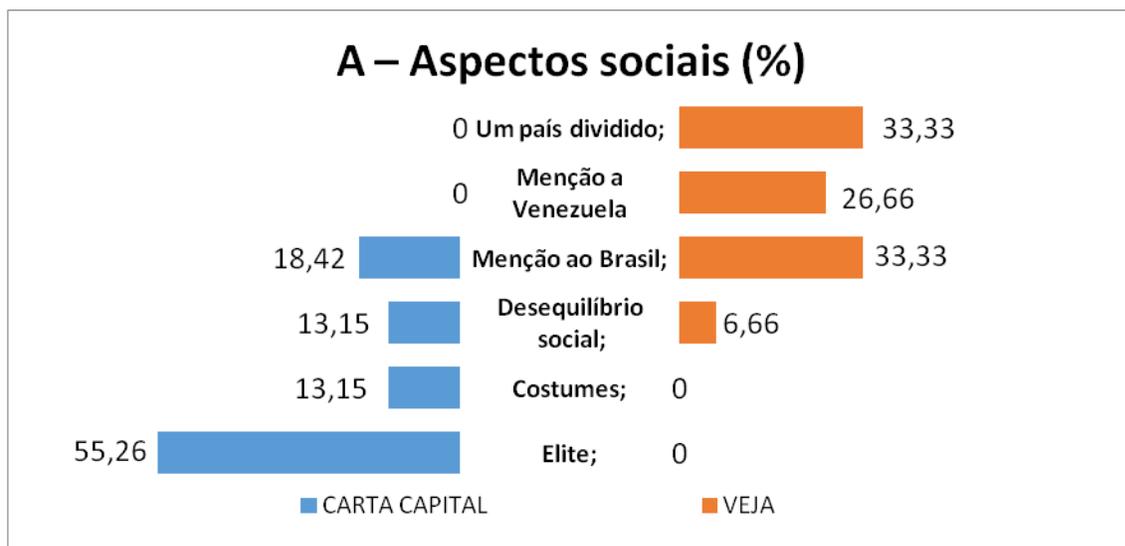


Figura 2 Categoria A - Aspectos sociais

As referências aos aspectos históricos, conforme a figura 3 nos mostrou, é um dado muito relevante para nossa análise. Trata-se do não uso, por parte da revista *Veja*, de aspectos históricos em seus editoriais. Isso nos levou a refletir sobre o interesse por trás desse não uso. No tocante aos dados que coletamos, retirados dos editoriais da *Carta Capital*, prevalece com 46,66% as referências ao golpe de 1964 ou ditadura. Em seguida, as referências a redemocratização ou diretas já, com 33,33%, e por fim a república velha com 20%.

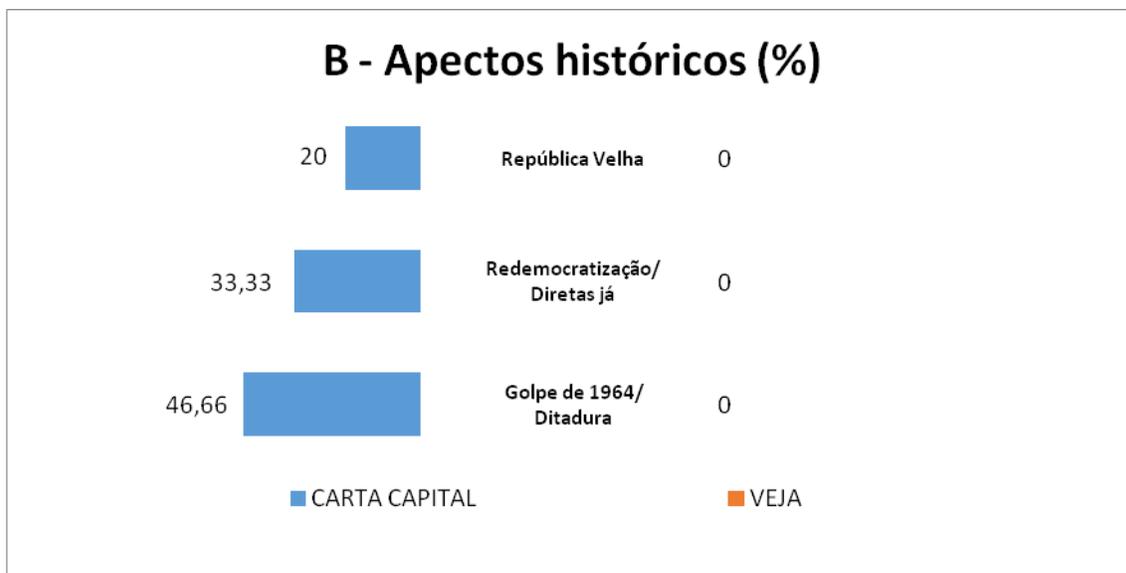


Figura 3 Categoria B - Aspectos históricos

A categoria “C – aspectos políticos em geral e contra partidos e políticos”, demonstrada pela figura 4, contém mais referências à natureza do processo de *impeachment*. Na *Carta Capital* com 30% para as referências que associam o *impeachment* a um golpe de Estado. E na *Veja*, 20,45% as referências ao *impeachment* como um processo legal. Em seguida, temos as referências em defesa ou pró Dilma, Lula e o PT, que correspondem na *Carta Capital* a 21,25% das referências, seguido das menções contra Eduardo Cunha e contra o PSDB ambos com 10%. Com 8,75% aparecem as referências contra Michel Temer, e com 7,5% contra o PT. Logo após aparece as menções a favor da democracia com 5%, e aos E.U.A com 3,75% das referências. Em seguida as menções as eleições gerais com 2,5% e por fim a Delcídio do Amaral com 1,25%. No tocante a *Veja*, logo após as referências ao *impeachment* como um processo, aparecem as referências contra o PT com 15,90% e pró-Temer com os mesmos 15,90%. Em seguida, as referências contra Dilma e contra Eduardo Cunha ambas com 13,63%. Com 6,81% as referências a favor da democracia, e com 4,54% contra Lula. Depois aparecem as menções sobre Dilma/Lula/PT com 2,27%, Collor de Melo com os mesmos 2,27%, a crise política também com 2,27% e por fim contra o PSDB também com 2,27%. Como mostra a figura 4.

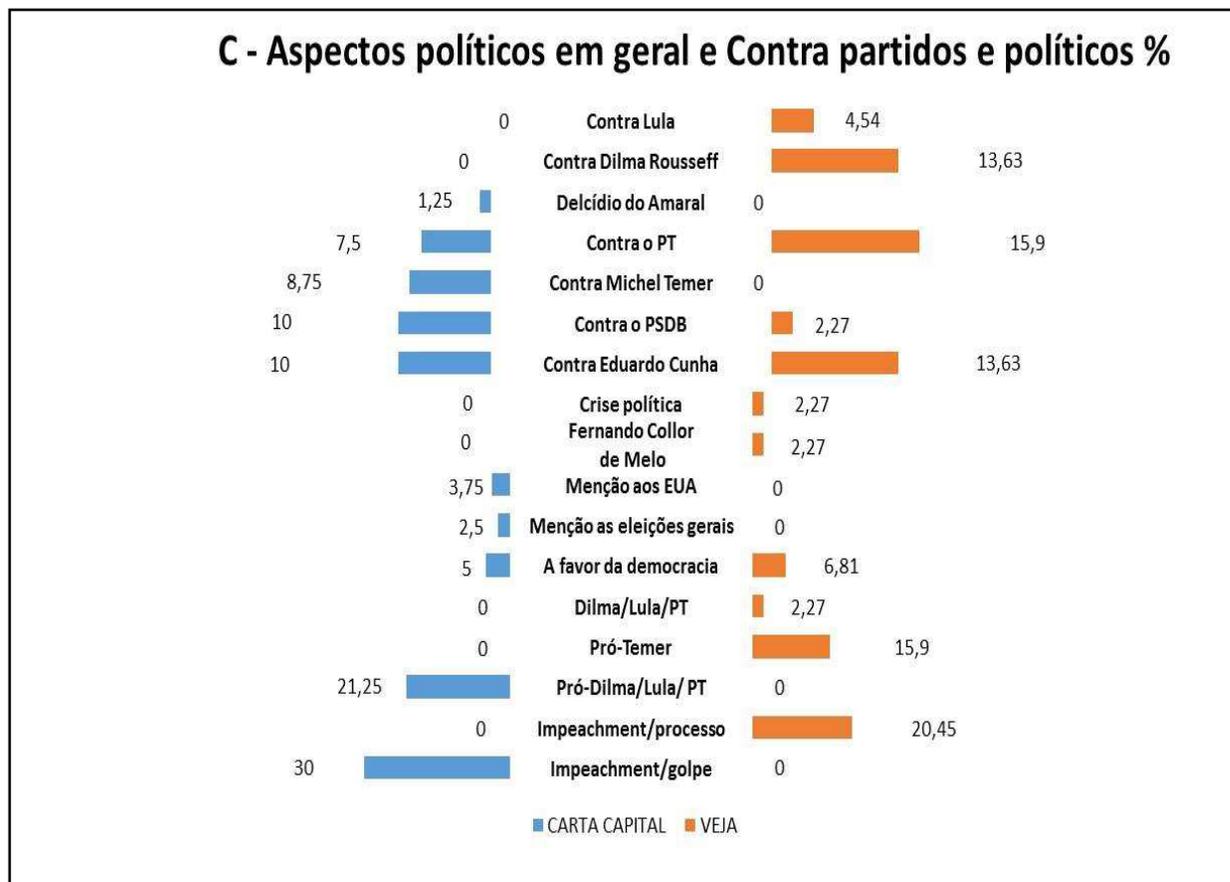


Figura 4 Catetoria C - Aspectos políticos

As referências aos aspectos legais, observados na figura 5, revelam que na revista *Veja*, prevaleceram as referências contra a corrupção e a favor da Lava-Jato ambas com o mesmo percentual de 44%, seguido das referências a favor de Sergio Moro e do judiciário com 12%. No tocante a *Carta Capital*, prevalecem as referências contra Sergio Moro e o judiciário com 64,28%, seguido das referências a polícia federal com 14,28%, contra a Lava-Jato com 10,71% e por último as referências sobre a delação premiada 3,57%.

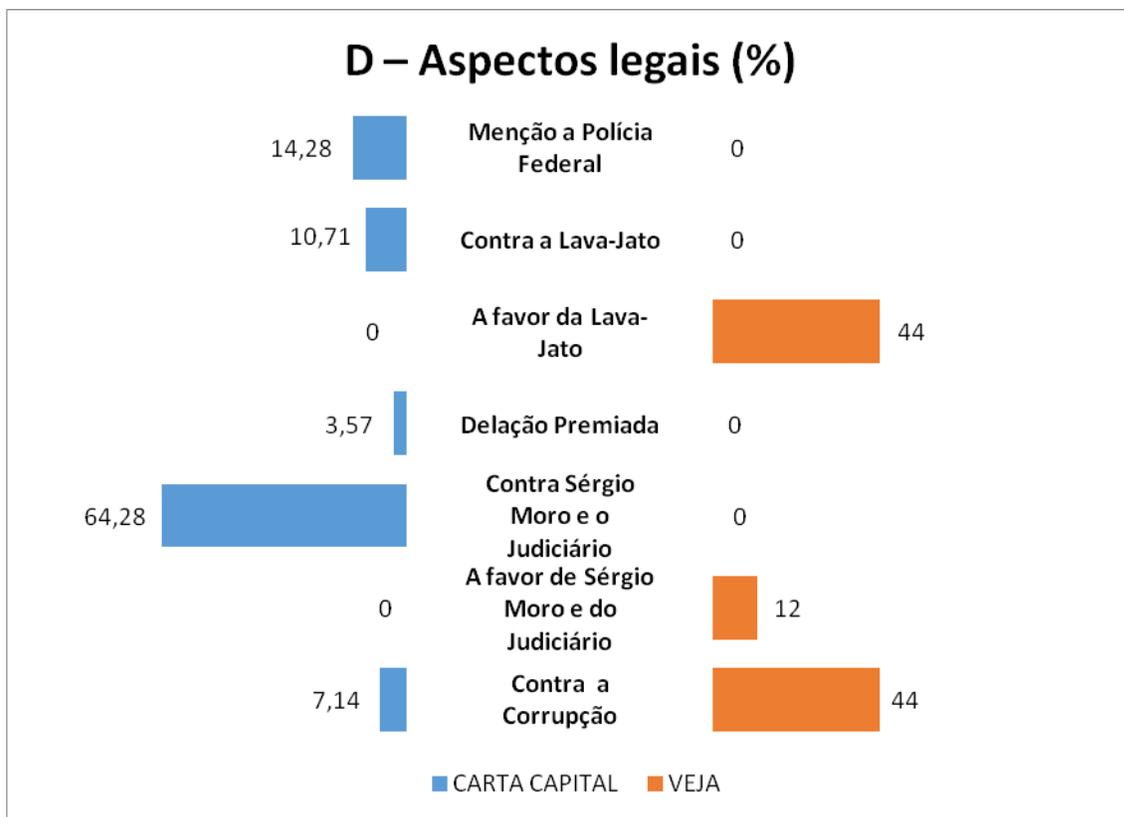


Figura 5 Categoria D - Aspectos políticos

No papel da mídia destacam-se dois tipos de enunciados, produzidos pelas agências de notícias: heteroreferencial (aos outros), e os enunciados autorreferencial (a si). Na *Carta Capital* temos aqueles que fazem referência a grande mídia, de modo genérico, heteroreferencial, contra a grande mídia, a mídia nativa com 100% do percentual analisado. E do lado da *Veja* prevaleceram os enunciados autorreferencial, referências ao jornalismo feito pela própria revista com 100% do percentual analisado. Como mostra a figura 6.

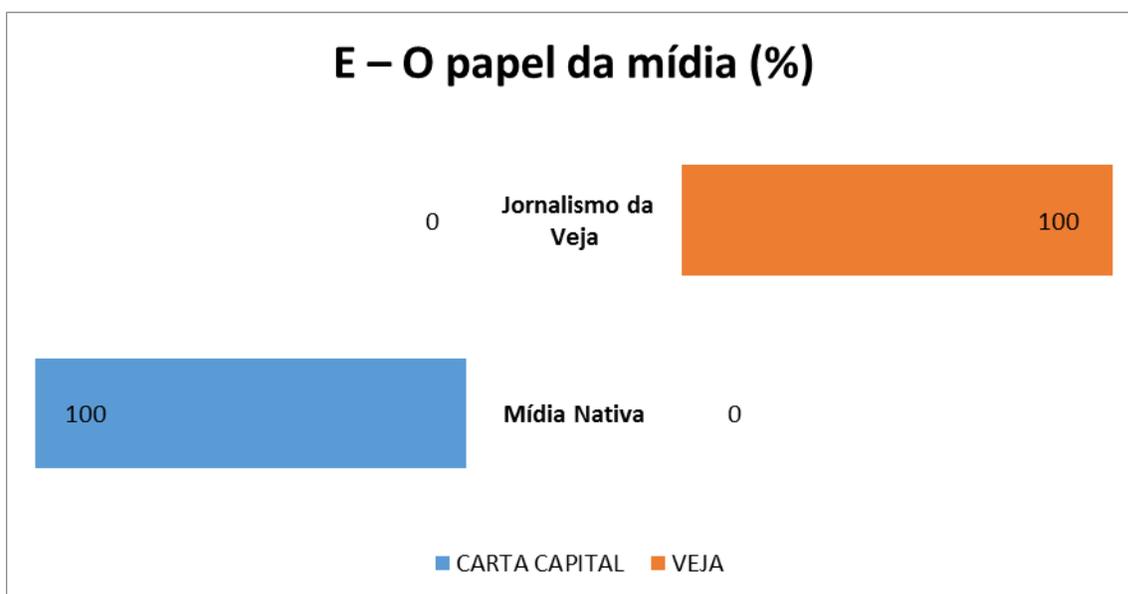


Figura 6 Categoria E - O papel da mídia

Sobre os aspectos econômicos na figura 7 temos na *Carta Capital* com 62,5% as referências a crise econômica, seguido das referências a privatização com 37,5%. Na *Veja*, as referências a crise econômica com 23,07%, a inflação e ao pré-sal todos com os mesmos 23,07%. Segue as referências à privatização com 15,38%, e a indústria nacional com 7,69% e o futuro melhor com os mesmos 7,69%. Como demonstra a figura 7.

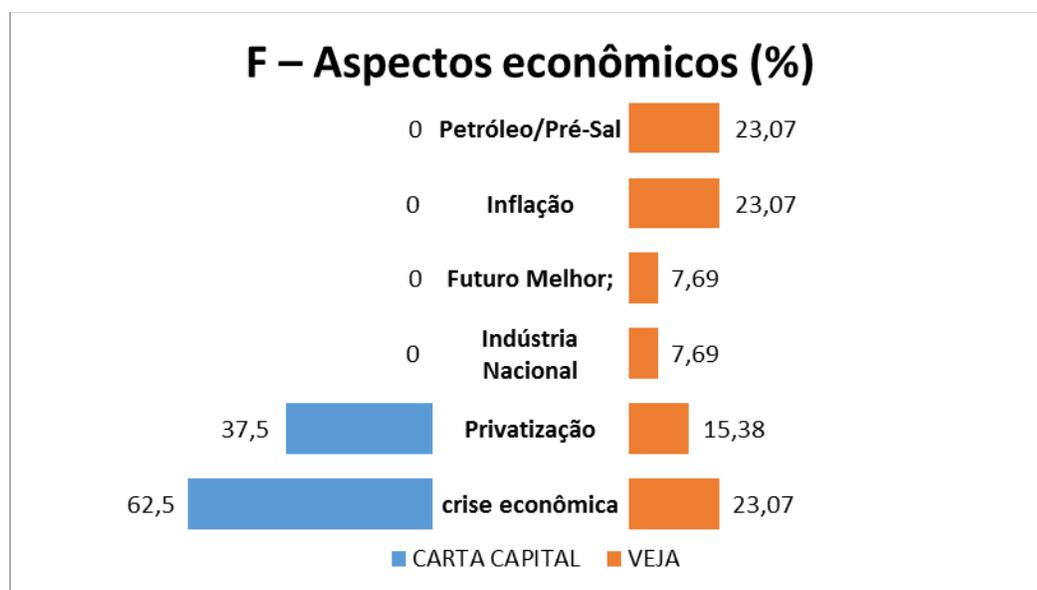


Figura 7 Categoria F - Aspectos econômicos

No tocante ao uso dos aspectos dramáticos na figura 8, aqueles que dizem respeito as referências ao processo de *impeachment* como um espetáculo, essa analogia só foi observada como mostra a figura 8, nos editoriais da *Carta Capital*. A *Veja* não lançou mão desse artifício. Só destacamos esse dado por ser pertinente na forma como a *Carta Capital* construiu sua versão sobre o processo político focalizado.

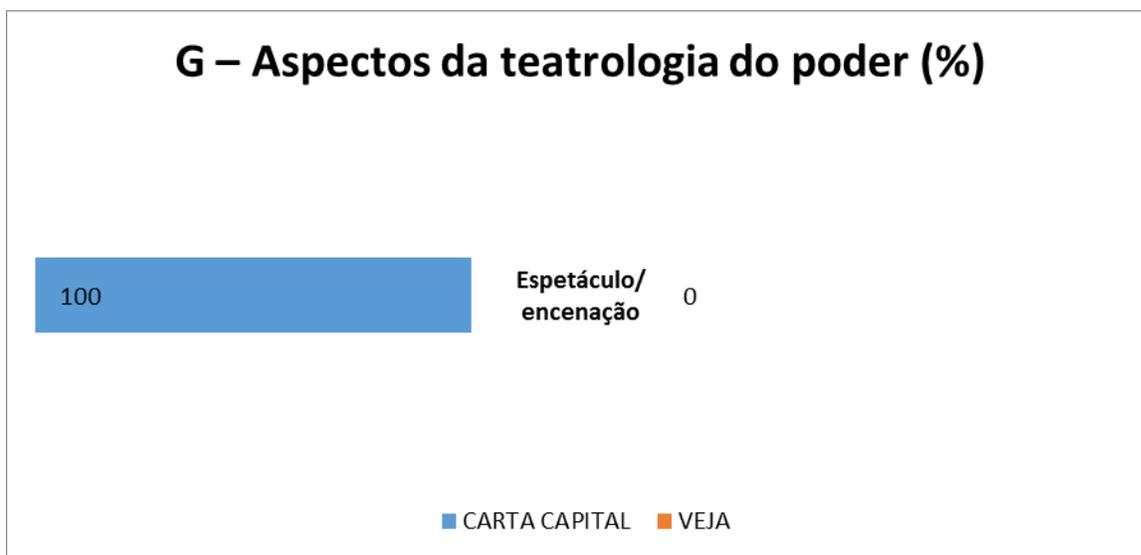


Figura 8 Categoria G - Aspectos dramáticos

Por fim temos os aspectos regionais. Na *Carta Capital* prevaleceram as referências ao nordeste com 100% dos dados coletados. E na *Veja* as referências ao Rio de Janeiro com 100% dos dados coletados, como demonstra a figura 9.

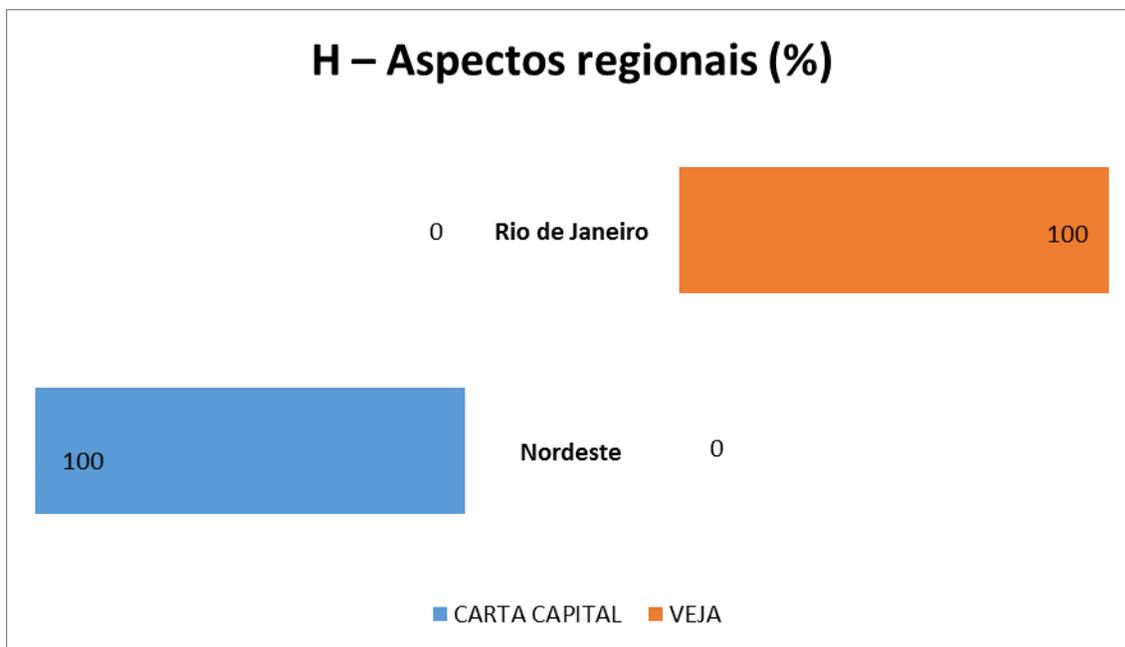


Figura 9 Categoria H - Aspectos regionais

Interpretação dos dados

Ao término da análise das categorias, passamos agora para a interpretação dos dados coletados e expostos nos gráficos. Destacamos a forte prevalência dos aspectos políticos, mesmo quando alegados os fatores jurídicos, no que diz respeito à natureza do *impeachment*, configurando-se duas versões principais, a saber: a de ‘golpe’ e a de ‘processo legal’. Isso aponta em direção ao que estávamos analisando desde o início de nossa pesquisa. Como cada uma dessas agências representaram o processo de impedimento da presidente, e quais recursos utilizados por elas na construção das versões sobre o processo. Partimos de interpretações antagônicas e fomos pouco a pouco comparando essas versões, chegando a resultados objetivos retirados dos textos editoriais de ambas as agências.

Sobre os aspectos políticos, na *Carta Capital*, como supúnhamos desde a escolha da revista como objeto de análise, prevaleceu o discurso de que o *impeachment* foi um ‘golpe de Estado’; e na *Veja*, o de que o *impeachment* foi um ‘processo legal’, que correspondeu aos tramites constitucionais, políticos e da ritualística processual/jurídica.

Na análise dos dados o discurso de cada uma delas foi se mostrando de maneira concreta. Na *Carta Capital*, as referências a favor de Dilma e Lula foram mais incisivas, apresentando-se a defesa da permanência da presidenta em seu cargo nos termos da proteção à democracia. "Lula, Dilma e o PT são intrusos nesta pantomima e esta presença, usurpada na visão dos antecessores no poder explica por que hoje são visados como únicos réus" (ed. 879, p. 19). Mesmo que o *impeachment* fosse inevitável, os editoriais apontavam como uma solução democrática às eleições gerais, como suposto reparo democrático contra o golpe que a cada momento do processo ganhava força. Eduardo Cunha e PSDB foram igualmente os mais criticados nos editoriais da revista. Eduardo Cunha por ter aceitado o pedido de *impeachment* motivado por vingança contra o PT e contra a presidenta, e por ter sido o grande operador do golpe. "Quanto a Cunha, o grande operador, já deveria estar cassado, a amargar o julgamento do STF" (ed.880, p.18). O PSDB por sua vez, sempre fez campanhas contra o PT, em 2002, 2006, 2010, 2014, no último ano, seu candidato nas eleições a presidência chegou a afirmar que a presidente Dilma não iria governar o país. Para a revista, o "PSDB nativo é o único da história do mundo que atua à direita, a qual, por ser brasileira, representa a direita mais reacionária da história do mundo" (ed. 916, p. 12). Em seguida aparecem as referências a Michel Temer, ao seu papel enquanto vice. São essas questões e outras no tocante ao seu papel no golpe, anunciadas como "as consequências que o governo Temer já começa a por em prática no plano econômico, com implicações profundas no campo internacional, a liquidação do País, do seu presente e do seu futuro" (ed. 914, p. 16). Há também referências ao PT como um partido que teria se comportado no poder como os outros. Nas menções aos E.U.A indicavam que o vizinho do norte, nunca teve apreço por países independentes no continente, e que o *impeachment* também seria um bom negócio aos interesses norte-americanos, que historicamente sempre interviram na política nacional do Brasil. "O tio do Norte está aparentemente mais distante, mas não desgosta de um satélite em lugar de um país independente" (ed.884, p.10). Por fim, aparece a figura de Delcídio do Amaral e suas revelações que configuraram uma grave irregularidade judiciária por obra do seu vazamento.

No caso da *Veja*, o *impeachment* aparece como um processo legal, como solução para um governo desastroso, vulnerável e corrupto, que não possuía mais o apoio dos políticos e da população. Dilma e o deputado Eduardo Cunha são os mais citados. A revista

fala da atitude de consentimento da presidente diante dos atos de corrupção em seu governo. Da arrogância da sua política econômica, e da falta de preparo para governar o país. "A política econômica de Dilma Rousseff não tinha a menor chance de dar certo. Por isso deu errado" (ed. 2456, p. 12). Quando fala do Eduardo Cunha, fala que o mesmo por estar envolvido em escândalos de corrupção acabou deslegitimando o processo de *impeachment*. "Desmoralizado por propinas e contas secretas na Suíça, Cunha, com sua presença, contamina a lisura do impeachment" (ed. 2473, p. 14). Mas também afirma que sua prisão também é necessária para o combate a corrupção no país.

Ao falar do PT, cita os escândalos do 'mensalão' e do 'petrolão', e ainda associa o aumento da intolerância política no país ao Partido dos Trabalhadores. Em seguida, aparecem as referências ao ex-presidente Lula, a corrupção desvendada em seu partido marcaria o fim da sua carreira política, o desgaste de sua imagem pública. "Ali, já se escreveu sobre o rombo da Petrobrás à luz das ondas gravitacionais de Einstein e sobre a construção e a destruição do mito Luiz Inácio Lula da Silva" (2476, p. 8). Por fim, fala do PSDB, ou mais especificamente de Eduardo Azeredo, no escândalo que ficou conhecido como mensalão tucano. Demonstrando com isso, que a revista pouco falou de outros partidos, dando prioridade as notícias que envolviam os políticos do PT.

Quando menciona Dilma, Lula e o PT, é apenas para mostrar esse enfraquecimento que levaria, de modo natural, à perda do mandato da presidente. "A presidente Dilma manterá seu cargo enquanto contar com uma base forte de sustentação no Congresso. Se perder essa base, perderá o mandato" (ed. 2455, p. 14). A revista afirma ter compromisso com a democracia, ao descrever o processo de maneira imparcial. Mas percebemos por outro lado, quando fala do vice-presidente Michel Temer, de como ele teria um desafio pela frente, o de comandar as reformas necessária para o país, que a revista toma partido, se posicionando a favor dele como possível solução para a crise política. "Em boa medida, ele terá obstáculos que poriam à prova qualquer político que viesse a substituir Dilma, dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país" (ed. 2474, p. 12). A revista logo após o afastamento da presidenta, afirma que o ambiente político se tornou civilizado, algo necessário para retomar o crescimento da economia e preservar o regime democrático.

Os ‘aspectos sociais e legais’ aparecem logo em seguida, como mostra a figura 1 acima. Quando comparamos as duas revistas, percebemos as diferenças entre os discursos. Na *Carta Capital*, o discurso é que no Brasil os acontecimentos são revestidos por uma singularidade jamais vista em outros países tidos como civilizados e democráticos. "O Brasil é único na moldura do mundo contemporâneo. Trafegamos entre a Idade da Pedra e a Idade Média" (ed. 893, p. 20). Segundo a revista, aqui prevalece o poder do mais forte, da elite, ou para usar uma expressão usual nos editoriais, a ‘casa-grande’: "Terror e guerra moram aqui mesmo, com suas formas peculiares, típicas da terra da ‘casa-grande e da senzala" (ed.880, p.18). Essa elite vem produzindo a resignação da senzala, o que se refletiria nas desigualdades sociais, na existência de uma educação precária, na falta de saneamento básico, nos altos níveis de concentração de renda, e na forma de um regime democrático incipiente.

No que diz respeito aos aspectos legais, a revista faz duras críticas a Sergio Moro e ao Supremo Tribunal Federal: "A impávida aquiescência da Suprema Corte diante de tais e tantas ofensas praticadas contra o bom exercício do Direito, inclusive por Sergio Moro" (ed. 908, p. 14). Questionando o caráter apolítico do judiciário, a revista constrói um discurso de que o juiz e os agentes da justiça fazem de um complô midiático-policia para derrubar a presidente Dilma. A operação Lava-Jato é também duramente criticada como um exemplo de abuso de poder: "Supor que a situação atual tem alguns responsáveis, identificados pela Lava Jato, não esclarece a real dimensão do problema. Responsável é quem usa o poder em proveito próprio" (ed. 879, p.18), assim como, o uso da delação premiada como forma de chantagem, partindo dela prisões preventivas que põem em xeque a presunção da inocência, "o indispensável *in dubio pro reo*" (ed. 879, p.18).

Na *Veja*, o discurso que prevalece nos aspectos sociais é de que o país está dividido, e o culpado dessa divisão seria o PT: "Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT" (ed. 2471, p. 10). A revista também faz associações entre a forma de governo dos petistas com a chavismo na Venezuela, que levou o país a se aprofundar no populismo. Faz críticas a forma como os dois países buscaram nas riquezas naturais uma forma de desenvolvimento econômico: "O errado é, a exemplo do que fizeram o Brasil e a Venezuela, apostar cegamente nas promessas de prosperidade

instantânea das jazidas" (ed. 2461, p. 10). A revista ainda afirma que a saída para tudo isso está no próprio brasileiro, e que seria falso o sentimento de que o Brasil está despencando no abismo, empurrado pela corrupção sistêmica. Pouca fala sobre o desequilíbrio social, mas diz ser a desigualdade social o principal obstáculo para construção de uma sociedade mais democrática e mais produtiva.

Nos aspectos legais, o discurso contra a corrupção e paralelamente a favor da Operação Lava-Jato se destaca nos editoriais da revista analisados. Para a *Veja*, um exemplo mais comum de corrupção seria a quantidade de cargos federais de confiança nos governos do PT:

A troca de cargos por votos em Brasília não é nova, todos os governos da era democrática recorreram a esse recurso para cabalar apoio no Congresso, mas sua aplicação é tão danosa que não pode deixar de denunciá-la: a vasta, a imensa, a descomunal quantidade de cargos federais de confiança, assim chamados aqueles que podem ser ocupados sem concurso público, está na base e na origem da corrupção e da desqualificação da política. (*Veja*, ed. 2472, p. 12)

Também afirma que a corrupção em qualquer proporção deve ser combatida e noticiada. Porém, o que prevalece nos discursos contra a corrupção é a ideia de que ela se encontra dentro do próprio Estado. Um exemplo de luta e combate à corrupção seria a Lava Jato, segundo a *Veja*, até o presente momento a operação tem percorrido um caminho prudente, de respeito às leis e as normas, distante das paixões e do amadorismo que causa precipitações. Milhões de brasileiros apoiam a operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro por terem desvendado o maior esquema de corrupção da história do Brasil.

Sobre o papel da mídia, observamos que na *Carta Capital*, os editoriais se referem a grande mídia do país, ou como o editor costuma denominar: a grande mídia nativa. Nos textos heteroreferencial (aos outros) da *Carta Capital*, a mídia é tratada como parte substancial do golpe. "Quantos caem no engodo urdido diariamente pela mídia nativa, alinhada como sempre de um lado só, compactamente a favor do impeachment" (ed.880, p.19). Essa mídia é acusada pela revista de fazer um jornalismo tendencioso ou parcial, a serviço das elites do país. Segundo a própria revista "no Brasil vigora o jornalismo do pensamento único, a serviço exclusivo da ideologia da casa-grande" (ed.883, p.12). O

complô entre a elite e o aparato midiático policial é denunciado no editorial, confirmando o discurso de que o impeachment seria um golpe de Estado.

Na *Veja*, o que percebemos na leitura dos editoriais, ao contrário da revista *Carta Capital*, foram textos em que o conteúdo se referia exclusivamente a própria revista, ou seja, autorreferencial (a si), no qual a revista fala do seu compromisso com a verdade e a imparcialidade: "Desde que começou a circular, em setembro de 1968, a revista só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil" (ed. 2466, p. 10). A revista fala sobre as polêmicas e falsas acusações levantadas contra ela, mas afirma ser algo natural para uma revista que vende milhares de exemplares todo o ano: "Nesse percurso, VEJA recebeu aplausos e vaias, como sempre ocorre quando a revista assume um papel destacado na vigilância sobre o poder" (ed. 2478, p. 15). Por fim, ela chega afirmar que seu único compromisso é com o Brasil, e que estaria do lado do "progresso social com igualdade de oportunidades para todos, porém tendo a economia de mercado como motor da criação de riqueza" (ed. 2466, p. 10).

Tomando os aspectos econômicos que encontramos na leitura dos editoriais. Temos na *Carta Capital*, os enunciados que tratam da crise política, foram os mais citados, seguido dos enunciados que falam da privatização. A crise econômica é tratada não apenas consequência das ações equivocadas do governo, mas também como consequência da crise política que o país estaria enfrentando: "Ainda há tempo para dar outro rumo à política econômica, embora seja evidente que a crise não se deve apenas aos erros do governo" (ed.880, p.19). No tocante à privatização, a revista trabalha com a ideia de que o golpe seria uma forma de implantar políticas liberais de privatização das estatais e venda dos recursos naturais: "Com o golpe, fica aberto o caminho da privatização da Petrobras, incluída a negociação do pré-sal com as Sete Irmãs, e do retorno à condição de satélite de Washington" (ed.880, p.19), enfraquecendo o Mercosul e o BRICS, as políticas econômicas internacionais de fortalecimentos dos países emergentes.

Na *Veja*, crise econômica, inflação e a questão do petróleo ou do pré-sal, foram os enunciados com maiores ocorrências. Para a revista, a crise econômica seria uma consequência de uma má gestão por parte do governo Dilma: o "estado da economia brasileira como amostra do poder de destruição do caos, do descontrole e da paralisia no

Planalto Central sobre o país" (ed. 2456, p. 12). Isso estaria provocando o aumento da inflação, por conta das altíssimas taxas de juros, como, por exemplo, a CELIC, que afeta os investimentos e a vida da população. No que diz respeito ao pré-sal a revista acusa o governo de monopolizar os recursos naturais, no que ela define como uma política nacionalista idêntica ao governo nacionalista da era Getúlio Vargas: o "regime de exploração energética da região do pré-sal tem a cegueira ideológica nacionalista de 1953" (ed. 2456, p. 12). Todo esse caos econômico seria resultante de certo estatismo, que centraliza o poder e entrava o desenvolvimento econômico: "O centralismo, com protecionismo, controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1974, início do governo do general Ernesto Geisel, que quebrou o Brasil" (ed. 2456, p. 12), o que teria feito com que a indústria brasileira tenha regredido a "patamares de 1950 - isso mesmo, 65 anos atrás" (ed. 2456, p. 12). Para essa revista, o vislumbre de um futuro melhor seria a aprovação das reformas, trabalhista, previdenciária que estariam em pauta logo após o *impeachment*: "Só assim o país terá garantias de que o futuro será melhor do que o passado e não se voltará à injustiça que perpetua o exemplo deletério: o de premiar os maus administradores e punir os bons" (ed. 2484, p. 12).

Quanto aos aspectos históricos, só encontramos menções a eles na *Carta Capital*. A revista faz uma analogia do *impeachment* com o golpe de 1964, porém diferente do primeiro, em que as elites tiveram apoio dos militares, armas e tanques foram chamados às ruas, hoje em dia a necessidade das armas ficou em segundo plano: "Em 1964, a casa-grande teve de chamar o Exército para dar o golpe. Hoje, basta chamar o Cunha" (Edição 880, p.18). Há também menção à redemocratização como uma farsa, como 'enganação', um acordo com os militares e a elite, que colocou José Sarney na presidência do país. Por fim, com menor percentual de ocorrência aparecem os enunciados que fazem menção à República Velha. A revista afirma que a república também teria sido proclamada através de um golpe: "colonizadores escravagistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a República" (p.18), e que a história sobre um país democrático e civilizado seria 'uma grande farsa'. A revista trabalha com a ideia de que os grandes acontecimentos do país, não foram apresentados 'como deveriam', e que tudo não passou de um embuste.

Sobre a *Veja*, refletimos sobre a não ocorrência desses enunciados. A revista omite os acontecimentos históricos de modo intencional, por eles não traduzirem o interesse ideológico da revista, que já se pronunciou em seus editoriais como estando ao lado da economia de mercado, ou seja, do liberalismo. Nesse ponto, parece que o ‘esquecimento’ é necessário e funcional para que a história se repita. A revista, não costuma usar fontes históricas nas notícias que veicula em seus editoriais, insistindo na autodescrição como um periódico “em busca da verdade, em nome do leitor e no interesse do Brasil. Sempre” (ed. 2493, p. 10).

Sobre a analogia entre o jogo político e uma encenação, destacamos o observado na revista *Carta Capital*, na qual encontramos a descrição dos processos relativos ao rito de impedimento da presidente como uma encenação das mais grotescas e absurdas: "A encenação da má-fé e da parvoíce, da arrogância e da irracionalidade, sempre logra ir além como se o ato final pudesse ganhar novas cenas *ad infinitum*" (ed.891, p.12). A revista desde do início de nossa análise sempre associou o fenômeno político focalizado como uma encenação, difícil de encarar com seriedade, mostrando que "isso tudo produz um espetáculo único a bem do deboche mundial" (ed.899, p. 23).

Por fim, temos os aspectos regionais. Na *Carta Capital*, predominam enunciados que falam da região nordeste, o comentário de que essa região há muito tempo esquecida teve sua paisagem modificada nos governos petistas, classificando como avanços o que foi feito na região: “O Nordeste, por exemplo, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida” (ed.888, p.12).

Na *Veja*, encontramos o predomínio de enunciados que falam do Rio de Janeiro, mas especificamente por causa do acontecimento das Olimpíadas, que foram realizadas nesta cidade. Nos editoriais encontramos menções ao Rio de Janeiro e os principais desafios que a cidade estaria enfrentando para a realização dos jogos: “A *VEJA* torce pelo Rio de Janeiro e não perde a esperança de resgatar essa cidade tão profundamente brasileira" (ed. 2486, p. 12). Além de citar os problemas econômicos enfrentados pelo município e da necessidade do governo interino buscar formas de ajudar os municípios que estariam passando pelo mesmo problema.

Considerações Finais

As formas pelas quais os indivíduos pensam sobre governos e acontecimentos políticos passam, necessariamente, pela representação dos veículos de comunicação, tendo em vista que, no cotidiano, as decisões e os conflitos que competem ao Estado não nos são acessíveis. Com isso, a função dos *mass media* em geral e particularmente da imprensa, em sua qualidade de ‘fiscalizar o poder’, carrega o sentido de vigiar, de *limitar* a ação dos que o exercem cargos públicos, os governantes e as instituições, tendo o dever de acompanhar de perto os bastidores da política, aparentemente resguardando a informação precisa através do debate de interesse público.

A análise do funcionamento dos meios de comunicação em geral aponta para o seu caráter de classe e de atravessamento da defesa de interesses das camadas dominantes da população e de interesses muito particulares. As capas e os editoriais são lugares de afirmação das opções ideológicas implícitas a esses atores que produzem os conteúdos que são publicados periodicamente, quer seja em revistas ou em qualquer outro meio de comunicação.

O ato de selecionar e enfatizar fatos permite que a narrativa jornalística construa imagens singulares em torno da política e de seus atores, fundamentadas por recortes e pontos de vistas adotados em relação ao que chamamos de ‘realidade’, produzindo significados que são oferecidos para compartilhamento por meio de linguagens diversas cujas recepções variam a partir das posições sociais dos indivíduos e dos interesses que lhes correspondem.

As representações que as agências de notícias fazem do acontecimento político são construídas a partir de tratamentos e seleções específicas das informações, que acabam privilegiando determinadas abordagens em detrimento de outros ângulos e perspectivas. Tendo isso em vista, esta pesquisa partiu de uma discussão mais geral sobre o papel da mídia nas sociedades, e foi através da produção midiática do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que buscamos analisar as formas de representação utilizadas por duas agências de notícias no país, a saber: a *Veja* e a *Carta Capital*. Nosso intuito

inicial foi desvelar as políticas representacionais adotadas pelas referidas revistas semanais em relação ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Através da discussão das políticas das representações e de produção/circulação de imagens sobre fenômenos políticos, nos termos estabelecidos por Stuart Hall, focalizamos as capas das duas revistas escolhidas, pensadas enquanto potência de significação para o que se passa no mundo, pois elas, em seus aspectos formais, favorecem a apreciação rápida dos leitores; e os editoriais, tendo em vista a importância desse espaço na revista, onde se apresentam o viés ideológico da mesma e a forma como os acontecimentos são tratados.

Nossa análise privilegiou 14 capas, 7 da *Veja* e 7 da *Carta Capital*, que retratavam exclusivamente o processo de *impeachment*, e que possuíam elementos significativos na construção do fenômeno analisado. Percebemos através da comparação entre as duas revistas, as especificidades conteudísticas das políticas de representação do *impeachment* que elas exercitam bem como prática de certo dialogismo, como no caso das publicações da *Veja* de 2 de março de 2016 e da *Carta Capital* do dia 9 do mesmo mês e ano. Ambas as revistas trazem estampadas em sua capa elementos muito similares, fazendo referência a política como um teatro de bonecos manipulados, como fantoches e ventríloquos.

Das capas partimos para os editoriais, e percebemos que nem sempre os editoriais dialogam com aquilo que foi destacado nas capas. Às vezes eles falam de publicações anteriores, outras vezes justificam o que está sendo tratado na publicação da semana, e em alguns casos o editor busca apresentar aos seus leitores o posicionamento da revista diante dos acontecimentos atuais.

No tocante ao processo de *impeachment*, as revistas construíram discursos distintos, o que nos possibilitou através da análise desses discursos, destacar os aspectos que prevaleceram e foram substanciais, e ao final das interpretações desses aspectos apresentar como cada uma dessas revistas construíram suas versões sobre o fenômeno político analisado.

Na revista *Veja*, predominou o entendimento de que o *impeachment* é um processo legítimo, previsto pela Constituição e com a justa condução assegurada pelas instituições parlamentares e pelo Supremo Tribunal Federal. A revista refutou incisivamente o discurso

de "golpe" e criticou o que chamou de *vitimismo* de Dilma e do PT. A revista procurou provar que a petista e seus partidários, como o ex-presidente Lula, não foram vítimas inocentes de uma conspiração da oposição, enfatizando as negociações feitas entre o PT e demais figuras do poder, como Eduardo Cunha, para salvar o mandato de Dilma.

A *Carta Capital*, por outro lado, enfatizou a abordagem do *impeachment* como um golpe de Estado. Em praticamente todos os editoriais, foi levantada a questão de que a acusação formal contra Dilma, de crime de responsabilidade fiscal, era inconsistente e apenas um pretexto para um *acerto de contas* da oposição. O golpe, segundo a *Carta Capital*, fez Dilma vítima de uma conspiração de figuras e setores poderosos. A revista enfatizou os interesses que estariam por trás do desejo de *impeachment* de Dilma Rousseff e os principais atores que teriam orquestrado a "conspiração": Eduardo Cunha, movido pelo desejo de vingança; Michel Temer e parte do PMDB, movidos pela aspiração de tomar o poder; e setores do mercado, que estariam insatisfeitos com a condução da economia.

Por fim, percebemos que ao analisarmos as capas e os editoriais, podemos descobrir ainda inúmeras possibilidades de leitura e interpretação das revistas. O que fizemos foi nos deixar levar pelos sentidos que foram surgindo durante nossa análise, nos concentrando apenas nas capas e nos editoriais. Nossa decisão não nos afastou das possibilidades outras de leituras das políticas representacionais dos periódicos analisados. O que as revistas fazem é justamente, com seu poder de alcance, fazer com que alguns sentidos construídos ganhem força em detrimento de outros.

A análise do fenômeno do *impeachment* nos demonstrou como a linguagem dos periódicos de informação mobilizam símbolos, imagens, sentidos através de inúmeros recursos, verbais ou não verbais, os quais, a partir dos pontos de vistas adotados, constroem resultados representacionais diversos, os quais afetam a forma como as pessoas interpretam os acontecimentos que as circundam. De onde vêm nossas interpretações, os significados que impingimos ao mundo? Do que lemos, vemos, conversamos, assistimos. Através das revistas pudemos captar duas direções de representações do *impeachment* diametralmente opostos, ainda que em aproximadas no que se refere à operacionalização da dramatização, da teatralização espetacularizada do fenômeno, sendo ambas, exemplos de como em momentos de crise política, podemos perceber, de forma ainda mais intensa, os choques de interesses, a luta de classes, e disputa pelo poder.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.
- _____. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. [Tradução Guido Antonio de Almeida]. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. [Tradução Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida]. São Paulo: Ática, 2001.
- AQUINO, Emiliano Fortaleza de. **Reificação e Linguagem em Guy Debord**. Fortaleza, EdUECE/Unifor, 2006.
- AQUINO, Emiliano Fortaleza de. Espetáculo, Comunicação e Comunismo em Guy Debord. *In: Kriterion*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007.
- BALANDIER, George. **O Poder em Cena**. [Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BARBOSA, Simonny Santos. Espectacularização midiática da política. *In: Revista Panorama*, PUC Goiás, ed. on line, nº1 ago/2011. (Acesso em maio de 2018).
- BARREIROS, Tomás Eon & AMOROSO, Danilo. **Jornalismo Estrábico: Veja e Carta Capital na cobertura do “Escândalo do Mensalão”**. In *Perspectivas de la Comunicación*. Vol. 1, p. 120-131, Universidad de la Frontera, Chile, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (19989-92)**. [Trad. Rosa Freire d’Aguiar]. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- _____, Pierre. **O Poder Simbólico**. [Trad. Fernando Tomaz]. Difel/Lisboa e Bertrand Brasil/ Rio de Janeiro, 1989.
- BRUNO, Fernanda; PEDRO, Rosa. Entre Aparecer e Ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea. *In: Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 11, pp. 1-16, julho/dezembro 2004.
- CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto & SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Dilma, uma presidente “fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático.

In: Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, Vol. 3, n.2, pp.45-65, Jul/Dez, 2016.

CARVALHO, Vanderlei Souza. O papel político e ideológico da mídia impressa: Veja e as reformas neoliberais no Brasil. *In: DUQUE, Ghislaine. (Org). Teoria e Pesquisa em Ciências Sociais: múltiplos olhares sobre fenômenos sociais contemporâneos*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2012, v. pp. 105-137.

CIOCCARI, Deyse. A espetacularização política brasileira: uma análise dos políticos midiáticos eleitos para o Congresso Nacional 2015-2019. *In: Revista Altegor*, Ano 06. Janeiro/Junho de 2015.

COURTINE, Jean Jacques. Os Deslizamentos do Espetáculo Político, *In Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). São Carlos: Claraluz, 2003.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. [Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

FERNANDES, Carla Montuori & CHAGAS, Genira Correia. A dramaticidade na narrativa do impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Jornal Nacional. *In Cultura Midiática*, Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Ano IX, 2016.

FERNANDES, Carla Montuori. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. *In: Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 5, n. 14, pp.69-85, jun. –set. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. [Tradução Roberto Machado]. 24.ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso**. [Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio]. 5.ed. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GHIORZI, Alessandra. **Gênero, Política e Mídia: a dimensão de gênero nos discursos sobre o impeachment de Dilma Rousseff**. *In Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º*, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510x.

- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. [Trad. Daniel Miranda e William Oliveira]. Rio de Janeiro, Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016.
- HOFFMANN, Anita Gonçalves. A cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff na imprensa francesa. In: **INTERCOM**, Curitiba, 40º: pp. 1-14, set. 2017.
- JESUS, Gilvan Santana. **Impeachment da presidente Dilma Rousseff: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático**. UFS, São Cristóvão: Sergipe, 2017.
- LEMOS, Beatriz Monteiro. **Misoginia, Feminismo e Representações Sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016)**. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Brasília, 2017.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade Lima. **A construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero**. In 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa, abr/jun. 2016.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. [Trad. Rosemary Duarte]. In **Líbero**, Ano VI, nº 11, 2004.
- KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa: análise de conteúdo**. [Trad. Álvaro Cabral]. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- LEILA, Barbara & GOMES, Maria Carmem Aires. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. In: **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan/jun. 2010.
- OLIVEIRA, Gabriela Nascimento Rossi de. Os “Black Block” brasileiros: vândalos ou ativistas? A construção retórico-discursiva. In: **Revista Brasileiras**. UFOP, 2015.
- MARTINS, Thamiris Franco. **A construção da imagem de Dilma Rousseff (PT) na esfera midiática: dissonâncias e convergências narrativas entre a presidente e à candidata a reeleição**. UFJF, 2016.
- MELO, Rostand de Albuquerque. O cotidiano da Política no Jornalismo: espetáculo e debate público na esfera midiática. In **Anais do Intercom**, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região do Nordeste, Mossoró, 2013.
- MOREIRA, Adriana Monserrat Cedillo Morales. Uma abordagem discursiva das reportagens do Jornal Nacional sobre o processo de Impeachment da Dilma Rousseff. In **Anais do 12º Interprogramas de mestrado Faculdade CásperLíbero**. 2016, pp. 1-14.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. [Trad. Ângela S. M. Corrêa]. São Paulo: Contexto, 2006.

PALOMINO, Rafael Henrique. **O leitor na reportagem de revista: um estudo das marcas da interação no gênero**. ARARAQUARA, 2014.

PRIORI, Claudia & POLATO, Adriana Delmira Mendes. **Signos Ideológicos e Conceitos Axiológicos: uma proposta interdisciplinar para leitura de um adesivo obscuro**. In *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 17 (2), p, 41-54, 2016.

REIS, Paloma Vaz Pinto. **O Relações Públicas na análise da imagem: a representação do impeachment de Dilma Rousseff nas capas da revista Veja**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RODRIGUES, Fabiana. A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão. In: **Anais do 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, realizado de 19 a 21 de agosto de 2009, organizado pela Unifor em Fortaleza/CE, com o tema "Mídia Alternativa e alternativas midiáticas".

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. In **Diálogos de la Comunicación**. Lima, (69):2004, pp.74-87

SANTOS, Thaiza de Carvalho dos & VIEIRA, Viviane Cristina. **Representações da presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”**. In *Discurso & Sociedad*, Vol. 10, p. 588-609, abri. 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado! Violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1996.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, nº 1, outubro 2007, p. 15-26.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. [Trad. Wagner de Oliveira Brandão]. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

VIEGAS, Ilana da Silva Rebello. **Rato e política: a crítica explícita em capas da Veja**. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 43: p. 1140-1156, set-dez 2014).